

ROSÂNGELA PEREIRA DE ABREU ASSUNÇÃO

DOPS/MG
IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E POLICIAMENTO POLÍTICO
(1935-1964)

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Belo Horizonte
Junho/2006

ROSÂNGELA PEREIRA DE ABREU ASSUNÇÃO

DOPS/MG
IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E POLICIAMENTO POLÍTICO
(1935-1964)

Dissertação de Mestrado em História e Culturas Políticas apresentada no Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Drº Rodrigo Patto Sá Motta

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Junho/2006

AGRADECIMENTOS

Estudar a polícia requer paciência, ousadia e coragem, atributos que em mim se manifestaram somente pelo apoio incondicional das pessoas que estiveram comigo durante o processo de pesquisa.

Não conseguiria seguir em frente sem a presença acolhedora e protetora do meu marido, Marcos. Sua compreensão e constante incentivo me fizeram mais forte.

Ao Marquinho, cuja existência dá sentido a minha vida, sou grata pelo amor e pela paciência em me ouvir falar repetidamente sobre a “polícia política”!

Aos meus familiares, obrigada pelo carinho e por vibrarem com minhas conquistas.

Sou agradecida ao Prof. Rodrigo Patto Sá Motta por sua orientação, confiança e respeito pelas minhas opções metodológicas.

Minha gratidão à Patrícia Luíza Costa da Biblioteca da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais - ACADEPOL e aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, pela atenção sempre dispensada.

De modo especial, agradeço a Sr^a Ceci Hazan e ao Dr^o Márcio Hazan que em muito contribuíram para este trabalho confiando-me o arquivo particular do Delegado do DOPS/MG, Dr^o David Hazan. Obrigada pela acolhida sempre simpática.

Agradeço, ainda, a CAPES pela bolsa de estudos que me possibilitou maior dedicação e compromisso com a pesquisa.

“O pormenor insignificante reforçaria provas, constituiria o elo necessário a uma cadeia interrompida. É desses pequeninos grãos que a polícia constrói os seus monumentos de misérias.”

Graciliano Ramos – Memórias do Cárcere.

ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

D.A – Diretório Acadêmico

DEOP – Delegacia Especializada de Ordem Pública

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DOP – Delegacia de Ordem Pública

DOPS/MG – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

DVS – Delegacia Vigilância Social

FACE – Faculdade de Ciências Econômicas

LSN – Lei de Segurança Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

UMG – Universidade de Minas Gerais

UNE – União Nacional Estudantil

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da Polícia Política Mineira – DOPS/MG e sobre o imaginário policial em relação aos comunistas no período compreendido entre os anos 1935 e 1964. Apresenta a trajetória institucional da Polícia mineira num contexto geral de expansão do comunismo, objetivando entender como a “ameaça vermelha” constituiu-se em fator de importância para a criação e consolidação do DOPS/MG. O imaginário anticomunista presente no meio policial é analisado buscando-se perceber como esse imaginário possibilitou à polícia construir a sua identidade, dar sentido e legitimar suas ações de policiamento político.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: A DEFINIÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA	18
1.1 - A "AMEAÇA VERMELHA" E A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA POLÍTICA MINEIRA	28
CAPÍTULO 2: POLÍCIA POLÍTICA -AUTONOMIA E INSERÇÃO POLÍTICA	61
2.1 - A APROPRIAÇÃO DOS SENTIDOS: IMPRENSA, POLÍCIA E IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA.....	71
2.2 - A "ADC" E A DIFUSÃO DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA.....	90
CAPÍTULO 3: IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E AÇÃO REPRESSIVA POLICIAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL.....	102
3.1 - O ANTICOMUNISMO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL.....	105
3.2 - IMAGENS DA SUBVERSÃO.....	112
3.3 - A Pomba da Paz Comunista: "Garras Malditas de Ódio e de Vingança"	116
3.4 - O IMAGINÁRIO DA INFILTRAÇÃO COMUNISTA: O SETOR TRABALHISTA E ESTUDANTIL	133
3.5 - INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO CAMPO.....	144
3.6 - INFILTRAÇÃO E DOCTRINAÇÃO NO MEIO ESTUDANTIL	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	167

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a historiografia sobre o Brasil República tem destacado os movimentos de resistência e luta contra a exclusão social e política imposta à sociedade brasileira. Analisadas sob diversas perspectivas, a cidadania e a democracia são temas centrais que norteiam os múltiplos olhares e abordagens sobre as variadas experiências históricas do nosso período republicano. Na maior parte das vezes, essas análises evidenciam os movimentos de resistência e luta dos grupos e setores excluídos da participação social e política do país e apresentam uma tendência em priorizar os sujeitos históricos que produziram esses movimentos, relegando a um plano secundário os grupos e instituições ligados à defesa da ordem política instituída.

Numa vertente contrária a essa historiografia, o presente trabalho, coloca em cena uma das instituições que foi responsável direta pelas ações de cerceamento e limitação da prática cidadã e do exercício da democracia: a Polícia Política, instituição do aparato estatal moderno que, no Brasil, por várias décadas, invadiu o espaço público para vigiar, controlar e reprimir o comportamento político de setores e cidadãos com projetos políticos contrários ao poder estabelecido. Consideramos então, que a Polícia Política assumiu uma posição central na dinâmica de um Estado conformado por um modelo republicano autoritário, caracterizado pela violência e pela falta de liberdade, desempenhando um papel importante na repressão contra setores e grupos sociais não reconhecidos neste projeto republicano.

Tendo como pano de fundo o contexto de expansão do comunismo e de sua contrapartida, o anticomunismo, tomaremos a polícia política mineira como uma pedra que compõe um grandioso mosaico. Este mosaico é formado por diversos setores da sociedade

brasileira e pelas forças de segurança estaduais e federais, todos voltados para o combate à ameaça vermelha representada pela expansão do comunismo, no Brasil e no mundo. Cada pedra deste mosaico é única e complexa, com forma, cor e estrutura interna próprias,¹ e é neste sentido que nosso olhar é direcionado para a polícia política mineira, buscando perceber nas ações deste órgão, no espaço específico de Minas Gerais, o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional e sobre o imaginário policial em relação aos comunistas. Este trabalho é, sobretudo, a busca do entendimento de como os policiais mineiros apreenderam a realidade política e social e de como se definiram e agiram diante dessa realidade.

Para melhor compreensão deste processo, adotamos como marco temporal o período compreendido entre os anos 1930 e 1964, enfatizando as conjunturas específicas onde o anticomunismo parece ter sido mais intenso no Brasil, 1935 a 1937 e 1961 a 1964.², mas, também valorizando os primeiros anos pós-guerra e a década de 1950, período em que a polícia política mineira consolida o seu papel político junto ao Estado e à sociedade

Apesar de entendermos a polícia política mineira em sua especificidade, não descartamos a sua relação com outras instituições policiais dos demais estados brasileiros, principalmente no que se refere às polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo, a julgar pela importância das mesmas como modelos administrativos e funcionais no combate ao crime político.

No entanto, a pesquisa da polícia política de Minas, como estudo de caso, é importante para que possamos pensar sobre uma questão posta na ordem do dia, fundamental para a existência de um Estado efetivamente republicano e democrático, qual seja, o uso de uma força policial capaz de lidar com o crime sem sustentar e legitimar um Estado autoritário. A existência de uma polícia a serviço do público é o grande desafio para a construção desse Estado. Uma sociedade livre depende de um ordenamento social que limite e regre os

¹ HOLLOWAY, 1997.

² MOTTA, 2002.

comportamentos nocivos à qualidade de vida da maioria dos cidadãos. Porém, a liberdade do cidadão depende da maneira como a polícia age na sociedade de tal modo a lhe garantir certo grau de segurança. Cabe à polícia, como instituição pública, propiciar aos cidadãos um nível de segurança de modo a não lhe restringir sua liberdade e os seus direitos. Pensar a república no Brasil requer (re)pensar suas instituições e a real participação destas na implementação de ações voltadas para o interesse público; requer um esforço consciente no sentido de transformar a instituição policial colocando-a a serviço da comunidade e contribuindo, portanto, para o processo de consolidação de uma sociedade livre e democrática.

Um dos princípios que irão nortear nosso estudo é o entendimento de que o político emerge, no quadro geral das atividades humanas, como uma instância concreta e autônoma, capaz de forjar uma realidade distinta na medida em que se configura como uma modalidade da prática social. Embora o campo do político seja autônomo, ele não é um campo fechado e, neste sentido, a política pode ser percebida na esfera das relações sociais, vinculada não somente ao âmbito do poder estatal e na história dos fatos da política governamental, mas, também, a outros setores da atividade humana que apresentam variadas formas de mecanismos de funcionamento do poder e que em algum momento da história tenham se inscrito na esfera do político.

Em seu processo de renovação, após décadas de abandono em virtude de sua identificação a uma visão de história linear e factual, a história política emergiu graças, entre outros fatores, à incorporação de métodos e técnicas das ciências sociais. Novos enfoques foram incorporados ao fazer historiográfico, notadamente o enfoque antropológico que em muito contribuiu para a compreensão da dialética entre a estrutura e o acontecimento, entre o imóvel e o mutável. Paralelamente a esse processo, houve uma crescente afirmação no campo de estudos da história cultural valorizando-se, em detrimento a uma prática historiográfica “informada por projetos e interesses claros e racionais, a dimensão do inconsciente, das

representações, do comportamento e dos valores.”³ A aproximação e o diálogo entre a história política e a histórica cultural, que se processou a partir de então, demonstrou ser enriquecedora para o fazer historiográfico na medida em que abriu possibilidades para o entendimento de uma dada realidade, a partir da influência das práticas culturais sobre as formas de exercício de poder.

Dessa forma, conforme apontou Rosanvallon, o político deixou de ser entendido como um domínio circunscrito de uma dada realidade, para ser visto como o lugar onde se admite a dimensão das representações sociais e onde se processa a experiência coletiva.⁴ Assim, ao invés de buscar apreender o homem numa visão única de sua racionalidade, a história voltou a conscientizar-se da importância dos aspectos subjetivos para a ação política ao focalizar um movimento que compreende a interação entre a racionalidade e os aspectos relacionados às normas, valores, crenças, imaginário, enfim, aos aspectos situados no nível do inconsciente e das culturas.

Neste sentido, consideramos a dimensão subjetiva que possibilitou aos policiais da polícia política mineira desempenhar um papel mais ativo na política do Estado em diferentes momentos da história do país. Trata-se, portanto, de estabelecermos pontos de contato entre o fenômeno político, o social e o cultural. Partindo, pois, da premissa de que o político comunica-se com todos os outros setores da atividade humana, faz-se necessário olhar a polícia política sob outro prisma, não somente como “braço político” do Estado, executando racionalmente e de maneira instrumental as tarefas determinadas por uma instância superior, mas, sobretudo, como um setor especializado das forças de segurança deste Estado, caracterizado pelo poder discricionário de polícia, que lhe é inerente, e que é exercido em suas práticas cotidianas.

³ MOTTA, 1996:84.

⁴ ROSANVALLON, 1995.

Assim, como definiu Rémond, entendemos a política como a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder em sua relação com a sociedade global.⁵ Admitindo o caráter essencialmente político da polícia mineira, nosso foco está direcionado a questões que vão além da manipulação e uso deste órgão pelo Estado. Na busca pela manutenção do poder de polícia e na prática diária deste poder, a ação policial deste setor foi facilitada pela interação de fatores variados, conformados por “outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias”.⁶

Nesse trabalho, procuramos perceber como o imaginário anticomunista conformou a ação repressiva desta polícia. Nosso principal objetivo, portanto, é compreender como os policiais apreenderam a realidade político/social e como se definiam e agiam diante dessa realidade informados por um imaginário anticomunista, constituído e reelaborado em momentos de forte mobilização anticomunista por parte da sociedade brasileira.

A noção de imaginário é útil, portanto, para entendermos como era a visão de mundo da polícia política mineira, descortinando os valores e crenças que impulsionaram a ação policial e a importância dessa dimensão na definição dos comportamentos políticos dos policiais deste órgão. A partir desta leitura é possível perceber que os policiais construíram e reconstruíram, ao longo do período republicano brasileiro, representações anticomunistas que conferiram sentido a suas ações no combate aos subversivos da ordem, legitimando e reatualizando práticas arbitrárias e violentas.

Esta pesquisa se preocupa não somente em identificar esse imaginário, mas também em analisar como o imaginário anticomunista possibilitou à polícia política definir a sua identidade, dar sentido e legitimar suas ações políticas. Para esse empreendimento

⁵ RÉMOND, 2003.

⁶ Rémond chamou atenção para as correlações possíveis entre os comportamentos políticos e outras variáveis, enfatizando que os comportamentos políticos dos homens são conformados por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias. (Cf. RÉMOND, 2003:446).

consideramos de extrema importância e validade analítica o exame da documentação produzida pela própria instituição em questão, a polícia política mineira.

A partir da década de 1990, inscrito em um movimento mais amplo de redemocratização no qual o “direito à informação” foi evidenciado como direito fundamental de qualquer cidadão ocorreu, em diversos estados brasileiros, um processo de abertura e disponibilização à consulta pública dos acervos dos respectivos órgãos estaduais de Polícia Política.⁷ Em Minas Gerais, o acervo da polícia política foi encaminhado ao Arquivo Público Mineiro no ano de 1998, após um longo processo de discussões que envolveu uma série de trâmites legais e a ação de entidades civis e públicas.⁸ O acesso a parte deste acervo foi franqueado ao público no início de 2005 com restrições, definidas em Lei, referentes ao livre acesso à documentação de caráter privado.

Ao longo de sua existência, a polícia política sempre esteve direcionada à vigilância, controle e repressão dos setores e cidadãos com projetos políticos contrários ao poder instituído. Em sua prática diária de investigação lançou mão “da produção e armazenamento de uma quantidade enorme de informações sobre cidadãos considerados perigosos para a ordem vigente.”⁹ A longo prazo, acumulou em seus arquivos uma quantidade enorme de informações segundo a “lógica da desconfiança” que permeava este órgão.

Tendo em vista a longevidade desta instituição repressiva no Brasil, é inegável a importância e a riqueza destes acervos para os pesquisadores em geral e, em particular, para os historiadores cujos interesses recaem na história republicana brasileira. Assim, nos debruçamos sobre os arquivos produzidos nesse órgão procurando entender o olhar da polícia sobre o “subversivo” comunista.

⁷ DEOPS- SP = Projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS- SP – Arquivo Público do Estado de SP; DOPS – MG = Arquivo Público Mineiro – Projeto em parceria com o APM, FAPEMIG e DEPTÔ DE HISTÓRIA UFMG; DOPS – RJ – Projeto de tratamento técnico documental, de conservação, restauração e informatização do acervos das polícias políticas do Rio de Janeiro e da Guanabara. Além de iniciativas no mesmo sentido nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraná.

⁸ A esse respeito ver MOTTA et ali, 2000.

⁹ ARAÚJO, 2001

Tal como sugerido por Kuschmir, admitimos que a documentação produzida por esta instituição apresenta uma tipologia mista na qual, se por um lado tem como objetivo identificar o “suspeito”, por outro tem a função de explicitar o universo do ‘outro’ a partir da perspectiva da própria polícia. Assim o acervo da polícia política permite:

“Tanto reconstituir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve se a do “fichador”. E esse modo como ele vê o mundo e o “fichado” é o que compõe o material do DOPS.”¹⁰

Nossa estratégia foi a de buscar perceber na documentação produzida pelos policiais a visão que estes tinham sobre o comunismo e seus adeptos, considerando que cada material apreendido e produzido pela polícia, relacionado à subversão comunista, “são testemunhos do universo simbólico representativo dos valores endossados pelas autoridades policiais.”¹¹

Em linhas gerais, escolhemos trabalhar com dois grupos de documentos do acervo policial. No primeiro grupo inserimos a documentação escrita por agentes e autoridades policiais acerca do tema comunismo. Escolhemos como fonte principal os relatórios de instrução de inquérito, elaborado pela autoridade policial, e os informes/comunicados de investigações, elaborados pelos agentes. O imaginário anticomunista será captado por meio da análise dos discursos policiais presentes nestes documentos, a partir dos relatos sobre as atividades comunistas e da impressão sobre os mesmos que autoridades e agentes deixaram transparecer, de forma explícita ou velada, em seus relatórios.

Também foram objetos de nossa análise as comunicações de formatos diversos, ofícios, informes via rádio, trocados entre a polícia política e outras unidades da corporação, bem como com outras instituições. As publicações como os Manuais de Polícia e as revistas policiais foram também analisadas. Consideramos como fontes o “Manual de Organização e

¹⁰ KUSHNIR, 2002: 570-571

¹¹ CARNEIRO, 2002: 51

Práticas Policiais” (1971), de Antônio Dutra Ladeira; o “Dicionário Teórico e Prático – Segurança Nacional e Subversão” (1977), Reservado – Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado de Segurança Pública; o “Manual de Polícia Política e Social” – 1ª ed. (1954) e 4ª ed. Rev. e ampl. (1967), de Luiz Apollonio; revista “Vigilância” (1952) – Boletim do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo; “Resumo Histórico do D.O.P.S” (1953)– Departamento de Ordem Política e Social – São Paulo; “Regulamento da Superintendência de Segurança Política e Social” Polícia do Estado de São Paulo (1940); “Revista Vigília” – mensário de assuntos técnicos policiais de Minas Gerais, nºs diversos (1949 a 1953); “Revista Minas Policial” – órgão técnico da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil de Minas Gerais, nºs diversos (1962 a 1964).

Acreditamos, pois, ser possível apreender o imaginário anticomunista, presente nas instruções/ensinamentos constantes nos manuais e na revistas especializadas deste órgão, acerca do papel e da forma mais eficiente de ação policial em relação ao combate ao comunismo e ao conceito de ordem pertinente à instituição policial.

Incluímos ainda no primeiro grupo uma documentação de caráter privado constante no arquivo particular do Delegado David Hazan, cuja longa carreira policial se processou sempre nos quadros da polícia política mineira. Trata-se de informes, circulares, relatórios, publicações comunistas e de organizações anticomunistas, regulamentos e normas de órgãos policiais de outros Estados.

No segundo grupo, selecionamos parte da documentação que foi escolhida e/ou apreendida (como prova do crime) e arquivada pela polícia no decorrer de sua existência a qual, também, diz respeito ao tema comunismo. Agrupamos assim, recortes de notícias dos principais jornais em circulação, panfletos, opúsculos e jornais editados pelo partido ou entidades comunistas, publicações e comunicados de órgãos de polícia política de outros estados, informes e instruções produzidos pela polícia.

Para nosso propósito, fez-se necessário estudar inicialmente a inserção histórica da polícia política mineira num contexto geral de expansão do comunismo e de seu contrário, o anticomunismo. Buscamos perceber a trajetória institucional desta polícia apontando as transformações e continuidades em sua organização administrativa e burocrática. Pretendemos demonstrar que a “ameaça vermelha” constituiu-se em motivação para a criação deste setor especializado das forças policiais e para a implantação de projetos de reestruturação e reformas institucionais direcionadas ao controle político da sociedade. Procuramos ainda, demonstrar como o anticomunismo foi usado pela polícia política revelando os interesses desta em legitimar sua existência e demarcar seu espaço político e social. É o que abordamos no capítulo 1.

No segundo capítulo, destacamos a relação entre a polícia política mineira e duas entidades envolvidas em campanhas anticomunistas: a imprensa não partidária e uma instituição anticomunista secreta identificada pela sigla “ADC”. Buscamos perceber o vínculo e a influência destas entidades sobre a polícia mineira num processo que permitiu a assimilação, por parte da polícia, do imaginário anticomunista veiculado pelas mesmas. Nossa intenção, portanto, é demonstrar que essas publicações, de órgãos da direita, foram relevantes para a ação repressiva policial na medida em que apresentavam uma dupla função: ao mesmo tempo em que informavam sobre as atividades dos comunistas, eles alimentavam um imaginário a respeito do “perigo vermelho”.

No terceiro Capítulo, analisamos as imagens anticomunistas presentes no meio policial buscando perceber a constituição do imaginário através de imagens que delimitavam uma identidade para os comunistas e os policiais, definindo espaços entre uns e outros. Exploramos as formas de expressão deste imaginário no meio policial em diferentes momentos históricos e demonstramos a persistência ao longo do tempo de certos temas e imagens, mas, também, as transformações e a assimilação de novos elementos criados em

decorrência das variações conjunturais. Para nossa análise, tomamos como referência os conceitos de Imaginário, Anticomunismo, Tradição Anticomunista e Identidade que serão explicitados ao longo do capítulo referido.

CAPÍTULO 1: A DEFINIÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA

Definir Polícia a partir do sentido da palavra¹² ou das características e funções que esta assume é uma tarefa árdua e muitas vezes imprecisa¹³. A instituição policial é uma instituição singular, podendo apresentar uma pluralidade de atividades e funções que vão aparecer sob diversas estruturas administrativas, apresentar variados sentidos de ação em diferentes regiões, formas de governo e contexto histórico.

De uma forma geral, nos trabalhos sobre a Polícia, há uma noção já estabelecida do que seja essa instituição e quais são as funções a ela inerentes. Na definição comumente aceita prevalece o “arquetipo da idéia moderna de polícia”,¹⁴ entendida como uma organização especializada e profissional, autorizada pelo Estado para manutenção da ordem social através da aplicação da força física, cujo monopólio pertence ao Estado. Esta noção fundamenta-se no fato de que a polícia, como entidade especializada e profissional,¹⁵ surge na emergência e consolidação do Estado Nacional.

No Brasil, o desenvolvimento da polícia especializada está ligado ao processo de transição de colônia a nação. Esse processo está inscrito num quadro mais geral da formação do Estado e construção da nação no qual o controle social, exercido por meio das hierarquias privadas, passa a ser exercido pelo Estado através das instituições públicas.¹⁶

¹² O termo Polícia originalmente vem do grego “*politeia*”, termo este derivado da palavra *Polis*, que remete, a partir de Platão e Aristóteles, a sentidos distintos, mas que se complementam: designa um “conjunto de leis e de regras que concerne à administração geral da Cidade, isto é, a ordem pública, a moralidade, a salubridade, os abastecimentos” e remete também aos “guardiães da lei encarregados de fazer respeitar essa regulamentação.” (Cf. MONET, 2001:20).

¹³ REINER, 2004:26; BAYLEY, 2001.

¹⁴ O arquetipo moderno de polícia caracteriza-se por um policiamento feito por profissionais empregados pelo Estado em uma organização com mandato para policiar todos. (Cf. REINER, 2004:23).

¹⁵ Uma força policial especializada se concentra, principalmente, na aplicação da força física e a profissionalização refere-se a uma preparação explícita para realizar funções exclusivas da atividade policial. (Cf. BAYLEY, 2001:25 e 50).

¹⁶ Até a formação do Estado brasileiro, as funções de policiamento, nas áreas urbanas, ficavam a cargo de civis desarmados, “guardas e quadrilheiros” funcionários do Conselho Municipal da cidade, sem poderes de força

Esse padrão da idéia moderna de polícia pode levar a duas considerações distintas: a primeira que vê a polícia como parte da administração pública, entendendo-a como “um serviço público neutro, imparcial e equitativo, ao abrigo das paixões, das influências e dos compromissos derivados da arena política.”¹⁷ A segunda, que reconhece o papel político da polícia devido ao elo imediato que associa a polícia à soberania do Estado, numa relação que implica reconhecer a presença deste Estado e de sua capacidade de fazer prevalecer sua razão com o apoio imprescindível da força policial.

Como bem demonstrou Reiner,¹⁸ a noção de neutralidade política da corporação policial não se sustenta por apoiar-se em uma concepção estreita do termo “política”, cujo sentido não considera a dimensão do “poder” no campo do político. Reiner aponta para um sentido mais amplo do termo “política” e é nesse ponto que compartilhamos com seu pensamento, considerando a “política” como atividade que se relaciona com o “exercício e a prática do poder” e que “tem relação direta com o Estado e a sociedade global”.¹⁹ Constatamos assim, o caráter essencialmente político inerente à instituição policial cujo nascimento, organização e profissionalização são apoiados pelos processos políticos estatais, com a finalidade de controle social e manutenção da ordem pública. Esse posicionamento é também compartilhado por vários autores em diferentes abordagens sobre a instituição policial.

Huggins,²⁰ afirmou que toda ação policial é política, mesmo aquele policiamento “normal”, não diretamente relacionado ao comportamento explicitamente político, “uma vez que implica a existência de um órgão oficial sustentado pelo poder do Estado, que utiliza a força, ou a ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes considerados hostis

policial. Nas áreas rurais, o policiamento ficava a cargo dos grandes senhores os quais, com o apoio de capangas a seu serviço, fazia prevalecer a sua vontade. (Cf. HOLLOWAY, 1997:44/45).

¹⁷ MONET, 2001:16.

¹⁸ REINER, 2004:28.

¹⁹ RÈMOND, 2003:444.

²⁰ HUGGINS, 1998:10.

à ordem social, econômica e política do Estado e, portanto, aos interesses de suas classes dominantes.”

Para Bayley,²¹ a política afeta a polícia assim como a polícia afeta a política. O regime político do Estado influencia a centralização do comando policial e a extensão da interferência policial na vida política. Em contrapartida, toda ação policial, por ser política, acaba moldando os processos sociais, definindo, em última instância, a vida política de uma sociedade. Para o autor:

*“A atividade policial é crucial para se definir a extensão prática da liberdade humana. Além disso, a manutenção de um controle social é fundamentalmente uma questão política. Não apenas ela define poderosamente o que a sociedade pode tornar-se, mas é uma questão pela qual os governos têm um grande interesse, porque sabem que sua própria existência depende disso. Por todas essas razões, a polícia entra na política, querendo ou não.”*²²

A abordagem conceitual de que tratamos acima, revelou-se importante para o entendimento da corporação policial, principalmente, porque nos permite entender a estreita relação entre a polícia e o Estado. Entretanto, essa definição de força pública baseada no “arquetipo da idéia moderna de polícia” remete à idéia de polícia tomada como uma unidade, um corpo institucional homogêneo e burocrático do aparato estatal moderno, desconsiderando a complexidade da estrutura administrativa, burocrática e funcional que a conforma. Apesar de haver uma definição comumente aceita da noção de polícia e das funções que lhe são próprias, a polícia “é chamada para desempenhar uma confusa miscelânea de tarefas, desde controlar o trânsito até controlar o terrorismo”,²³ o que acaba exigindo uma estrutura administrativa configurada por uma divisão organizacional.

No Brasil, desde o início da formação da Polícia Civil, podemos observar um esforço voltado para a estruturação desse órgão de acordo com um certo grau de separação

²¹ BAYLEY, 2001:203.

²² BAYLEY, 2001:203.

²³ REINER, 2004:26 – citando BITTNER, 1970,1974.

organizacional, que se manifestou nas diversos setores e departamentos criados ao longo do tempo. Essa separação organizacional está relacionada com a questão da especialização e profissionalização da polícia civil brasileira²⁴ mas, também, com a preocupação do Estado em controlar o comportamento político social, em virtude da emergência de grupos e ideologias contrárias à política governamental, como o anarquismo e o comunismo.

Conforme demonstrou Xavier, desde os primórdios do período republicano do Brasil, o governo do Distrito Federal se preocupou em estruturar um setor especialmente direcionado ao controle político, o **Corpo de Investigações e Segurança Pública**, que, apesar de não ser especializado, concentrava suas atividades nas matérias ligadas às “vigilâncias especiais”. Já nos anos 1920, a polícia civil do Rio de Janeiro contava com a institucionalização da **4ª Delegacia Auxiliar**²⁵, cujas atividades relacionavam-se com a “ordem política social, associações operárias, anarquistas, político especial, cadastro operário, comunista e expulsões.”²⁶ Em Minas Gerais, o controle do comportamento político passou, a partir de 1922, a ser tarefa do **Gabinete de Investigações e Capturas**, setor da polícia Civil mineira especialmente designado para controlar os movimentos trabalhistas e os adeptos do anarquismo e comunismo.²⁷

Para nosso propósito, portanto, é necessário considerar a polícia política como um tipo especial de modalidade de polícia, o que exige uma exploração conceitual que aborde as características e especificidades das atividades e funções da Polícia Política, permitindo-nos entender sua natureza e ação em relação a um amplo período de tempo em que foi ativa.

Para o esclarecimento sobre o conceito de Polícia Política, selecionamos três Manuais de Polícia e um Dicionário Teórico e Prático, onde é apresentada a sua definição. A

²⁴ As transformações sociais decorrentes da expansão do mundo do trabalho, aliadas à concepção de progresso e modernidade, determinaram importantes mudanças na estrutura da Polícia Civil, como a criação de órgãos especializados -, Gabinete de Identificação e Estatística, Serviço Médico-legal, Gabinete de Investigações e capturas -, mais eficientes na ação de conhecimento e mapeamento da sociedade sobre a qual atuava. (Cf. CARPI E CAMPOS, 1996).

²⁵ Criada através do Decreto nº 15.848 de 20 de novembro de 1922–(Cfme.XAVIER, 1996:33)

²⁶ XAVIER, 1996: 35.

²⁷ Sobre a trajetória da polícia política em Minas Gerais, ver MOTTA; et. al. 2003.

principal razão para esta escolha reside no fato de que essas obras foram escritas por policiais com razoável experiência profissional em órgãos de Polícia Política, o que permite uma visão mais ampla da compreensão da própria polícia sobre as atividades e funções do policiamento direcionado para o ordenamento político e social.

A primeira definição de Polícia Política pode ser encontrada no Manual de Polícia Política e Social,²⁸ adotado pela Escola de Polícia de São Paulo, publicado em 1954, e de autoria do Professor Luiz Apollonio. Docente da Escola de Polícia de São Paulo, Luiz Apollonio foi policial por mais de vinte e cinco anos em São Paulo, sempre no setor de ordem política e social. O Manual é uma obra escrita acerca do Partido Comunista e de seus adeptos no Brasil. Caracteriza-se por ser uma obra de caráter didático voltada para os alunos do “curso de Polícia Política e Social”, objetivando “estudar a ação subversiva dos partidários do credo vermelho, especialmente, no que diz respeito com as suas tentativas de perturbação da ordem pública e a segurança do Estado.”²⁹ Em pequenos capítulos, subdivididos em tópicos, o manual aborda desde o histórico do Partido Comunista da U.R.S.S. até os métodos, táticas, sabotagem e espionagem, agitação e propaganda, meio e objetivos do P.C.B. No capítulo XIX, Apollonio assim define a Polícia Política:

“Polícia Política é a Polícia do Estado, que tem por finalidade máxima exercer atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores da desordem social, a bem da ordem. Visa ela, especialmente, os movimentos políticos e sociais de caráter internacionalistas.”

Sobre a função inerente a essa polícia, Apollonio esclarece:

“A polícia Política exerce sua missão em um largo raio de ação. Dentro do País zela pela manutenção da ordem político-social, pela segurança das instituições, da forma de governo e da segurança da autoridade, prevenindo e reprimindo as greves, atentados, agitações, conspirações, conjurações, revoluções, a propaganda e a disseminação das ideologias subversivas e dissolventes. Utiliza, em larga escala, agentes secretos em todos os setores onde eles se fizerem necessários.”

²⁸ APOLLONIO, 1954.

²⁹ Ibidem:12

O Manual de Polícia Política e Social escrito por Apollonio foi reeditado por mais três vezes: 2ª edição em 1959, 3ª edição em 1963 e 4ª edição em 1967. Na edição de 1967, revista e ampliada, assim como nas anteriores, a definição de Polícia Política permanece inalterada.

Publicado em 1971, o Manual de Organização e Prática Policiais,³⁰ de Antônio Dutra Ladeira, ex-chefe do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, traz um capítulo sobre a Polícia Política onde a mesma é assim definida:

“É a polícia do Estado que vela pela ordem, segurança e tranqüilidade públicas, exercendo ação preventiva e repressiva dos delitos contra a ordem política e social. Zela pela segurança do Estado e do regime político social, preservando os direitos e garantias individuais, e se empenha no sentido da integração social, com base na valorização dos esforços comunitários.”³¹

Por último, encontramos a definição de Polícia Política no Dicionário Teórico e Prático³² da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro datado de 1977. De caráter “reservado”,³³ o Dicionário foi escrito também por um delegado de Polícia, Zonildo Castello Branco, e segundo o próprio autor visando “suprir lacuna existente nesta Secretaria de Segurança, ou seja, a ausência de uma publicação para pronta consulta, cuidando de SEGURANÇA NACIONAL, INFORMAÇÕES, OPERAÇÕES e SUBVERSÃO, matérias afetas à POLÍCIA POLÍTICA.”³⁴. Nessa obra encontramos verbetes relacionados com a segurança nacional, partidos e organizações, técnicas e táticas comunistas, movimento comunista internacional, conceitos marxistas-leninistas, entre outros. Diferentemente dos Manuais acima mencionados, o Dicionário de Castello Branco é direcionado, especificamente, aos policiais em exercício na Polícia Política, objetivando contribuir “para o

³⁰ DUTRA LADEIRA, 1971.

³¹ Ibidem: 355.

³² CASTELLO BRANCO, 1977.

³³ Grifo nosso.

³⁴ CASTELLO BRANCO, 1977 – nota do autor.

aperfeiçoamento dos policiais mandados servir na POLÍCIA POLÍTICA, principalmente aos que se iniciam neste campo especializado.”³⁵

À página 269 encontra-se o verbete Polícia Política:

“É aquela que exerce atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores de desordens em proveito da ordem política-social. À Polícia Política cabe diligenciar pela manutenção da ordem política e social, pela segurança do regime, das instituições e das autoridades constituídas, prevenindo atentados, conspirações, conjurações, revoluções, propaganda e disseminação de ideologias de caráter dissolvente. É a Polícia da profilaxia social. A sua atuação se faz sentir especialmente sobre os agitadores políticos, aqueles que preparam o ambiente em todos os seus aspectos: histórico, físico, administrativo, social, econômico, financeiro etc., transformando-o em campo fértil para que possam facilmente germinar os movimentos subversivos.”

Da comparação entre as definições acima constatamos que, apesar das mesmas terem sido publicadas em diferentes obras e períodos, há pouca diferenciação entre elas no sentido literal do conceito. A definição escrita por Castello Branco, em 1977, é praticamente uma compilação da definição proposta por Apollonio em 1954. Em Dutra Ladeira, a definição é apresentada de forma mais sucinta sem, contudo, suprimir o sentido que norteia a ação da Polícia Política, expresso através da descrição da função do referido órgão, tal como se encontra definido em Apollonio. O que queremos ressaltar é que as definições de Polícia Política, contidas nas obras analisadas, convergem para o mesmo sentido no que diz respeito à finalidade, a função e as atividades preventivas da mesma.

A permanência desta conceituação de Polícia por um longo período de tempo, em diferentes conjunturas políticas, é indicativo de que a atribuição e função da polícia política em sua ação de prevenção e repressão, que lhe eram inerentes, também permaneceram inalteradas, acabando por conformar a compreensão de diferentes gerações policiais que ali serviram sobre a especificidade deste setor policial.

A Polícia Política é entendida como um órgão especializado da corporação policial, inserida no aparato estatal. O que a distingue dos demais órgãos policiais é sua

³⁵ Ibidem.

função voltada para a manutenção da ordem político-social. O entendimento do que seja a ordem político-social compreende as nuances relacionadas à aplicação da legislação vigente e a interpretação que se faz dos preceitos legais. Na prática, essas nuances serão condicionantes para o direcionamento da ação policial no sentido do controle dos comportamentos político e social.

A polícia civil, como instância do aparato executivo estatal, tem feição de polícia judiciária, exercendo simultaneamente as funções preventiva e repressiva.³⁶ A competência para o exercício dessas funções advém da lei e é por ela delimitada: “Nenhum ato pode ser realizado validamente, sem que o agente disponha do poder legal para praticá-lo”.³⁷ Essa premissa é válida para a Polícia Política a qual, ‘oficialmente’, recorrerá a legislação que define a ordem política e social para justificar suas ações preventivas e repressivas. A lei será, portanto, o dispositivo usado para legitimar a ação da polícia política.

Assim, com base na Lei nº 1.802 – de 5 de janeiro de 1953 – Lei de Segurança Nacional, Apollonio esclarece sobre os crimes contra a ordem política e social:

“No Brasil, os crimes contra a ordem política e a ordem social estão definidos em lei. São considerados crimes contra o Estado, entre outros:

I – Tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro.

II – Tentar desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território Nacional, desde que para impedi-los seja necessário proceder a operações de guerra.

III – Tentar mudar a ordem política ou social, estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organizações estrangeiras ou de caráter nacional.

IV- Subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo.

V – Promover insurreição armada contra os poderes do Estado.

VI – Praticar atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles.

VII – Praticar devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou a suscitar o terror com o fim de atentar contra a segurança do Estado.

³⁶ DUTRA LADEIRA, 1971:45/46.

³⁷ MALACHIAS, 1987:22.

VIII – Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; B) de ódio de raça, de religião ou de classe; c) de guerra.

IX – Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

X – Conseguir, transmitir ou revelar para o fim de espionagem política ou militar, documento, notícia ou informação que, em defesa da segurança do Estado ou no seu interesse político, interno ou internacional, deva permanecer secreto.”³⁸

A primeira vista, a lei de Segurança Nacional (1953) chama atenção pelo seu caráter imparcial, igualitário e universal. Nenhum grupo ou setor da sociedade é apontado diretamente como passível de vigilância e repressão. No entanto, como demonstrou Reiner, na prática “as desigualdades do poder social provavelmente têm um impacto nos procedimentos de legislação e de administração da justiça, de tal forma que a própria lei pode se afastar da imparcialidade formal.”³⁹

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, o ambiente internacional polarizou-se nas duas grandes potências, capitalista e socialista, configurando uma nova dimensão na política dos governos ocidentais face ao “espectro do comunismo”. No Brasil, o temor da revolução social, fortemente vivenciado no período de “guerra fria”, mobilizou recursos e esforços do Estado e de amplos setores da direita no combate às organizações e associações comunistas. Esse ambiente, como bem salientou Reznik, “conformou valores, uma cultura política compartilhada por diversos grupos, especialmente aqueles mais afinados com a ‘Segurança Nacional’.”⁴⁰ Dessa forma, apesar da aparente imparcialidade da Lei de Segurança Nacional de 1953, nela está refletido o esforço de setores conservadores do País, por meio do aparato legal, no sentido de garantir a segurança nacional contra os inimigos da ‘democracia’ e do desenvolvimento econômico, leia-se, contra os comunistas. A LSN refletiu, portanto, a intolerância política em relação aos comunistas, não podendo assim ser considerada imparcial. Apesar de não serem apontados diretamente na referida Lei como o grupo passível de controle

³⁸ APOLLONIO, 1954: 144/145.

³⁹ REINER, 2004:29

⁴⁰ REZNIK, 2004:20

e repressão, os comunistas eram naquele momento identificados como o grande perigo a ser combatido em prol da defesa da nação.

Por outro lado, em relação à manutenção da ordem política e social, a LSN é precisa ao determinar as infrações que os inimigos da nação possam vir a cometer. Porém, ela é mais flexível quanto aos meios que a polícia deve utilizar em relação ao combate a esses inimigos e quanto à definição de ordem política e social. A LSN é ambígua e, por isso mesmo, constrói um amplo espaço de autonomia decisória à polícia. A definição do que seja a ordem política e social dependeu em grande medida da maneira como a polícia definia a situação em função de um contexto político próprio, de seus interesses e de suas lógicas. A idéia de ordem política e social ficará vinculada, sobretudo, ao caráter essencialmente discricionário dos agentes policiais em relação à legislação vigente.

Um acompanhamento mais detido da ação da polícia política no Brasil, em vários Estados e em distintas conjunturas políticas, demonstra que a atenção da polícia política recaiu mais pesadamente sobre o Partido Comunista e sobre todos aqueles identificados com a doutrina comunista durante toda a sua existência, embora em outros momentos combatesse também anarquistas e estrangeiros (2ª Guerra Mundial). Neste sentido, podemos inferir que a compreensão, por parte desta polícia, do que seja a desordem política e social está, intrinsecamente, atrelada às ações do Partido Comunista considerado como o único partido merecedor de intensa vigilância e repressão por parte da polícia. Nas palavras de Apollonio, a Polícia Política,

*“É a sentinela avançada da ordem. Como não é ignorado, presentemente, existe um único partido que, na realidade, está oferecendo sério perigo à humanidade. É o Partido Comunista, organizado em quase todos os Países (...).”*⁴¹

Apollonio ainda conclui:

⁴¹ APOLLONIO, 1954:146/147

“Por isso, e já há algumas dezenas de anos, organizou-se em São Paulo o Departamento de Ordem Política e Social que, finalmente, é a Polícia Política e, dentro das suas atribuições, previne e reprime os crimes de caráter político e social.”⁴²

Assim, se juridicamente a ordem política é compreendida como “a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos”⁴³ e a ordem social está relacionada “aos direitos e garantias individuais (...), ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente”⁴⁴, na prática, na ação cotidiana desta polícia, marcada pela ação discricionária da mesma, a ordem social está relacionada ao controle permanente, preventivo e repressivo, sobre as manifestações públicas de caráter político, levadas a cabo pelo partido comunista, ou por influência deste ou por organizações de esquerda que compartilhavam dos preceitos comunistas. A ordem política relacionava-se à permanente vigilância sobre partidos políticos e associações comunistas. Além disso, não raro, na ação cotidiana do setor de polícia política não houve uma separação tão nítida entre ordem social e ordem política, uma vez que ambas as noções estavam ligadas às ações dos comunistas e por sua vez eram sinônimos de ameaça à segurança nacional.

1.1 - A “AMEAÇA VERMELHA” E A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA POLÍTICA MINEIRA

A questão a saber consiste em identificar quando começaram a ser instituídos os primeiros órgãos policiais com o direcionamento de ação preventiva e repressiva voltado para o controle político e social na República.

⁴² Ibidem, 1954: 147

⁴³ Conforme Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, art. Nº 22, parágrafos 1 e 2. (Citado em PEREIRA; et alli, 1996).

⁴⁴ Ibidem.

Partimos do princípio de que uma polícia política “ESPECIALIZADA E PROFISSIONAL” só começa a se institucionalizar no Brasil quando o comunismo passa a representar para as elites políticas e para os setores mais conservadores da sociedade uma “alternativa social capaz de mobilizar grupos dispostos a realizá-la”⁴⁵

O quadro político do Brasil espelhará, *pari passu*, o embate travado contra o comunismo tanto a nível externo quanto a nível interno.

Em nível mundial, o combate à alternativa comunista começa a surgir quase que simultaneamente ao próprio socialismo, tomando corpo após a Revolução Russa de 1917, advento que possibilitará um aumento das ações anticomunistas dos grupos dominantes, a quem não interessava o crescimento de uma utopia comunista frente aos problemas sociais, institucionais, políticos e econômicos de uma Europa abalada pela guerra. Cabe destacar o papel da imprensa Européia no combate ao comunismo que possibilitou a repercussão de imagens negativas sobre a revolução de 1917 e sobre o regime soviético.⁴⁶

Ainda no decorrer do século XX, segundo Motta, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, apresentando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais. Essa centralidade ficou ainda mais evidente, no contexto da guerra fria, “momento a partir do qual o comunismo tornou-se, de fato, uma força planetária”.⁴⁷

Internamente, o combate aos comunistas, levado a cabo pelo Estado, por grupos, instituições e associações civis anticomunistas, teve suas ações conformadas pela influência

⁴⁵ FERREIRA: 1986:8

⁴⁶ Ibidem, p,8 - 11 A esse respeito, Ferreira esclarece que a percepção coletiva negativa que se terá sobre o comunismo a partir de 1920, não advirá meramente de alegorias fantasiosas, mas se fundamenta na experiência real do processo revolucionário soviético.

⁴⁷ MOTTA, 2002: XX-XXI.

estrangeira, mas, também, pela (re)elaboração e (re)criação de elementos anticomunistas advindos das “singularidades da dinâmica política brasileira”.⁴⁸

Inquestionavelmente, a Revolução Russa de 1917 foi o fato histórico de importante ressonância no Brasil. Já a partir de 1917 e no decorrer da década de 1920 as manifestações contra o comunismo já podiam ser sentidas na imprensa brasileira e nos círculos políticos e literários dos grandes centros.

Na primeira metade do século XX no Brasil, os principais núcleos urbanos, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, foram palcos de profundas mudanças econômicas políticas e sociais. Os grandes centros urbanos desenvolveram uma diversidade de atividades industriais atraindo, por conseqüência, grande contingente de trabalhadores oriundos do interior do país, bem como uma grande massa de trabalhadores imigrantes cuja importância para a organização do movimento operário brasileiro foi bastante significativa.

Concomitante aos movimentos de agitações sociais ocorridos no mundo em torno de uma proposta política e econômica alternativa ao capitalismo, os movimentos operários no Brasil, alguns sob a liderança de imigrantes originários de países com tradição nas lutas político-sociais como a Itália e Espanha, sofreram influência das ideologias anarquistas e comunistas. Apesar de observarmos neste período grande preocupação por parte da polícia em relação ao perigo para a ordem social e política representado pela força dos ideais anarquistas nos movimentos operários o comunismo começava a ser motivo de especial atenção por parte desta mesma polícia. As greves dos operários, que se intensificaram a partir dos anos 1920 nos grandes centros urbano-industriais do país, eram identificadas pela polícia como movimentos sob a influência de ideologias estrangeiras perigosas à ordem política e social. Faz-se necessário dizer, que nos anos 1920 ‘ordem e segurança pública’ eram questões

⁴⁸ MOTTA, 2002:2 Segundo esse autor a reverência dos anticomunistas brasileiros a modelos estrangeiros acompanhou a dinâmica das relações culturais e políticas do Brasil com o exterior. No entanto, o Brasil não era mera correia de transmissão de ordens vindas de cima. A recepção das construções discursivas e imagéticas anticomunistas se fazia de forma seletiva ao lado do surgimento de elaborações anticomunistas próprias do contexto político brasileiro.

expressas de modo vago e estereotipado. Os subversivos- anarquistas e comunistas-, os desordeiros, os vadios e os mendigos eram vistos como indesejáveis, causadores da ‘desordem’.⁴⁹

Xavier nos informa que a natureza dos serviços ligados a uma polícia voltada para a prevenção dos crimes políticos no início do século XX, era competência privativa do chefe de polícia. Ainda segundo essa autora a função de polícia política organizada no Distrito Federal ficou a cargo do Corpo de Investigação e Segurança Pública da Polícia Civil, sendo mais tarde exercido pela Inspetoria de Investigação e Segurança Pública.⁵⁰ Aprofundando sua investigação no sentido de verificar a existência institucionalizada de uma polícia política ainda na Primeira República, a autora informa sobre a criação da 4ª Delegacia Auxiliar, subordinada à Polícia Civil do Distrito Federal, com as mesmas competências da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública.

A esta Delegacia, coube a condução do controle político na década de 20 constituindo-se,

*“num elo de ligação entre os órgãos encarregados dos serviços de segurança pública da Polícia Civil: a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública e a DESPS. Da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública a 4ª Delegacia Auxiliar é herdeira de competências e atribuições administrativas, tendo sido constituída com as mesmas seções, com exceção da Seção de Ordem Social e Segurança Pública que passou a ser denominada Seção de Ordem Política e Social. À DESPS a 4ª Delegacia Auxiliar foi transmissora de funções”.*⁵¹

As autoridades policiais estavam atentas à disseminação das idéias comunistas e anarquistas e é na conjuntura da organização e controle do “mundo do trabalho” na cidade que serão determinadas importantes mudanças na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal,

⁴⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1996:13

⁵⁰ Pelo Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, a seção de Ordem Social e Segurança Pública ficou vinculada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública e tinha as seguintes competências: “Velar pela existência política e segurança interna da República... desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos”.

⁵¹ XAVIER, 1996:33. A DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social, foi criada em 1933 e foi organizada em três seções: Segurança Polícia, Segurança Social e Seção de Armas e Explosivos.

principal centro irradiador de políticas administrativas e referência para todo o resto do País.⁵² Assim, atuando na prevenção e repressão ao crime político no Distrito Federal, coube à 4ª Delegacia Auxiliar, durante os anos 20, alimentar o arquivo de prontuários e registros com nomes de indivíduos com suposta “simpatia” pelas doutrinas “reacionárias”, com as desordens referentes à ordem política social, cadastro operário, comunista e expulsões.⁵³

No Estado de São Paulo, foi criada em 1924, a Delegacia de Ordem Política e Social⁵⁴ que tinha, entre outras atribuições:

“O processo de entrada de estrangeiros no território nacional, acompanhado do competente registro de fiadores e afiançadores e de acordo com os modelos aprovados pelo então Chefe de Polícia; a organização de estatística operária pelos métodos mais adequados; a fiscalização e observação do trabalho e da movimentação operária e as decorrentes das leis e decretos em vigor; e, finalmente, a prevenção e repressão ao anarquismo e demais doutrinas de subversão nacional.”⁵⁵

Em 1922, organizou-se em Minas Gerais O **Gabinete de Investigações e Capturas**, setor policial que entre outras atribuições tinha a competência de combater às desordens sociais, decorrentes do perigo suscitado pela influência de ideologias subversivas, como o anarquismo e o comunismo. A polícia mineira buscou acompanhar as transformações e agitações sociais decorrentes do crescimento urbano e da influência “negativa” das ideologias subversivas e, em 1927, o Gabinete de Investigações é substituído pelo **Serviço de Investigações**. Melhor estruturado, este órgão era constituído pelo Corpo de Segurança e por diversas delegacias, entre elas, a **Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social**, núcleo que deu origem, posteriormente, ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG. A esta delegacia competia:

“velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a

⁵² CARPI; CAMPOS, 1996.

⁵³ XAVIER, 1996.

⁵⁴ Lei nº 2.034, de 30-12-1924.

⁵⁵ Resumo Histórico do D.O.P.S – Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 1953.

liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos.”⁵⁶

As atividades preventivas e repressivas da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, foram direcionadas aos comunistas e às associações de caráter comunista. A delegacia já podia contar com uma estrutura funcional suficiente para colaborar com o Distrito Federal no que diz respeito a informações acerca de indivíduos apontados como comunistas residentes em várias localidades de Minas Gerais. Em ofício datado de 26 de setembro de 1930, encaminhado ao Chefe do Serviço de Investigações, o Delegado de Segurança Pessoal, Miguel Gentil, emitiu parecer favorável à designação de investigadores com a incumbência de localizar, identificar e colher informações sobre setenta e nove possíveis comunistas que estariam agindo nos meios operários nos municípios de Uberaba, Juiz de Fora, Barbacena, Formiga, São João Nepomuceno e outros.

Para além de atender ao pedido da autoridade policial da 4ª Delegacia Federal, o delegado mineiro ressalta a importância da execução das investigações para a própria Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, cujos resultados seriam “transmitidos a esta repartição para os lançamentos e providências que se tornem necessárias.”⁵⁷

Apesar de percebermos algum movimento em direção à profissionalização e especialização da polícia política nos anos 1920 será, porém, nos anos 1930 que esse movimento ganhará força. Os anos 1930 foram fundamentais para o processo de modernização e profissionalização da polícia civil. Nestes anos, o Estado Vargasista volta-se para a maior regulação e intervenção na sociedade. Trata-se de um Estado de feições autoritárias e que, por isso mesmo, não prescindiu da polícia para o controle dos comportamentos políticos.

⁵⁶ Em conformidade ao Decreto nº 8.068, de 12/12/1927. Ver também REZNIK, 2004; MOTTA, 2003.

⁵⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0355.

Com o recrudescimento dos movimentos de esquerda no Brasil, possibilitado a partir do crescimento do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1930 e pela formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), percebe-se um esforço por parte dos governos estaduais e da própria polícia em aprimorar sua estrutura funcional para melhor atuação no controle político/social.

Em 1934, o Primeiro Delegado Auxiliar Leite de Barros, do Estado de São Paulo, apresentou projeto que se converteu no Decreto nº 6.885, de 29 de dezembro de 1934, referente à criação da Superintendência de Ordem Política e Social de São Paulo. A Superintendência compreendia as Delegacias Especializadas de Ordem Política, Ordem Social e de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, estrutura semelhante a da Polícia Política da Capital Federal, porém, ao invés de seções tinha a Superintendência delegacias especializadas e, como complementos, o serviço Especial, a Secretaria Geral, a tesouraria, a Contadoria, o Almojarifado, o Presídio Político e o Gabinete do Superintendente. A Superintendência de Ordem Política e Social de São Paulo, não demorou muito para se tornar modelo para outras instituições congêneres em todo o país. Em 1944 foi transformada em Delegacia de Ordem Política e Social e, em 1945, por força do Decreto-lei nº 14.854, de 9 de julho foi elevada a Departamento de Ordem Política e Social.

Por outro lado, o impacto gerado pelo movimento comunista de 1935, contribuiu para que no meio policial o estigma do ‘comunista’ se consolida-se na forma de “um monstro político moral e social”⁵⁸ A conjuntura de instabilidade política, o anticomunismo dos setores conservadores, expresso por meio de diversas ações de combate aos comunistas, a atuação da imprensa brasileira que divulgava os fatos de modo a explicitar a condição dos comunistas como os grandes inimigos da Pátria e da ordem social, contribuíram para acentuar o autoritarismo da polícia política acentuando seu caráter anticomunista.

⁵⁸ ALVES, 1997:121

A ação policial passou a ser suportada pelo aparato legal da nova Lei de Segurança Nacional de 1935, que foi decisiva para a afirmação desta polícia como órgão voltado para o controle social e político e serviu ainda para justificar e legitimar a existência deste órgão.

A partir de então as atividades das Delegacias de Ordem pública dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo e Belo Horizonte, se intensificaram. Comunistas, integralistas e estrangeiros seriam os principais alvos a ser combatidos; “*Promoveu-se uma verdadeira caça aos comunistas, ao Partido Comunista do Brasil, à Aliança Nacional Libertadora, às suas supostas associações culturais, sociais, sindicais.*”⁵⁹

Em Minas, o processo de profissionalização da polícia civil iniciado nos anos 1930 resultou em significativas mudanças para a corporação policial como um todo. Analisando os Decretos-lei que tratam da estruturação organizacional da polícia mineira, percebemos um efetivo esforço para o processo de profissionalização da polícia, visando garantir a eficiência do trabalho policial.⁶⁰ De uma forma geral, buscou-se aumentar os efetivos policiais do Serviço de Investigações (que incluía as delegacias de Furtos, Roubos e Falsificações em Geral; Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos, Delegacia de Vigilância Geral e Capturas e a Delegacia de Segurança Pessoal de Ordem Política e Social), elevar as categorias policiais à condição de funcionários públicos, a criação de novos setores policiais – como a Superintendência Estadual de Trânsito e a Superintendência da Guarda Civil -, e a criação de seis Laboratórios de Polícia Técnica.

Entretanto, notamos que, no que diz respeito à polícia política, essas mudanças não foram tão intensas quanto as que se processavam na Capital Federal e em São Paulo, o que só viria acontecer a partir dos anos 1940, intensificando-se nos anos 1950, quando a

⁵⁹ REZNIK, 2004:108.

⁶⁰ Decreto nº 9.677, de 3 de setembro de 1930; Decreto nº 10.030, de 24 de agosto de 1931; Decreto nº 10.157, de 16 de outubro de 1932; Decreto nº 11.590, de 2 de outubro de 1934; Decreto-lei nº 66, de 18 de janeiro de 1938; Decreto-lei nº 80, de 10 de fevereiro de 1938; Decreto-lei nº 84, de 14 de março de 1938.

polícia política mineira se tornaria um organismo especializado aos moldes da polícia política de São Paulo.

Não obstante, em 1931, a Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social de Minas Gerais, foi desmembrada em duas delegacias: Delegacia de Segurança Pessoal e **Delegacia de Ordem Pública**, esta última, após a promulgação do conjunto de leis e decretos federais versando sobre a segurança nacional, teve ampliado o seu espaço de atuação ficando assim responsável pela *“apuração de crimes contra a Segurança Nacional e Economia Popular, danos a bens públicos, desacato, injúria, greve, comércio de armas proibidas, crimes relacionados ao código de Caça e Pesca, emissão de atestados de pobreza, de antecedentes políticos e sociais, de identidade, de residência, entre outros”*⁶¹.

Na tentativa de limitar a ação do movimento comunista, considerado subversivo por colocar em risco a ordem estabelecida, a Delegacia de Ordem Pública intensificou sua vigilância contra todos aqueles que eram suspeitos de estar exercendo atividades comunistas. A lógica do trabalho dos policiais da DOP consistiu na vigilância e controle constantes dos suspeitos comunistas.

A preocupação com o operariado tornou-se mais evidente. Com o objetivo de suprir seus arquivos para futuras providências, a DOP oficiava constantemente às delegacias Auxiliares das cidades onde o número de indústrias e a concentração operária eram mais significativos, solicitando informações sobre a ação comunista. A cidade de Juiz de Fora era um dos municípios mineiros onde a questão operária era motivo de preocupação constante da autoridade da DOP. Em 1932, respondendo à solicitação do delegado de Ordem Pública, o delegado auxiliar de Juiz de Fora assim se manifesta:

“Secretaria do Interior
4ª Delegacia Auxiliar da Segurança Pública
Juiz de Fora, 12 de janeiro de 1932
Ilmoº Sr. Dr. Delegado de Ordem Pública

⁶¹ MOTTA, 2003: 141.

Demorei até a presente data a resposta bem como as informações solicitadas em vosso ofício de novembro último, acerca da existência de associações ou sindicatos operários, neste município, pelo facto de querer prestal-as amplas, como convem, em se tratando de assunto de importante natureza social.

A polícia, mormente no momento que corre de inquietação de idéias ou problemas político-sociais, é imprescindível conhecer toda a segurança os pontos prováveis agitações, que pretendam abalar a ordem social no sentido de fazer vingarem idéias subversivas que importam no desejo ou na implantação mesmo de sistemas políticos condenáveis.

As associações operárias são os centros naturaes dessas efervescências; por isso mesmo devemos conhecê-las na sua organização, forças, meios de acção e finalidades verdadeiras.

Para esse fim, officiei á União Operária desta cidade, que é verdadeiramente o terreno apto por onde transitam e tendem a germinar as idéias mais modernas de natureza política e social.

Pelo officio incluso, ver-se á que as informações pedidas são de molde a fazer esperar.

Mas tanto que os cheguem, daremos integral resposta ao vosso ofício acima alludido.

Saudações cordiaes
Delegado Auxiliar.⁶²

No período de 1935 a 1940, o anticomunismo se firmou na polícia mineira emergindo de maneira consistente contra os inimigos da ordem e do Estado. Manifestando sob a forma de espionagem, vigilância, prisões, detenções, regulação de reuniões públicas e censura, a Delegacia de Ordem Pública se configurou como instância disposta a participar e influenciar a vida política mineira.

Vários esforços foram empreendidos neste sentido pela Delegacia de Ordem Política. Em documento de 28 de abril de 1936, o então delegado Orlando Moretzohn, relata sobre as atividades da polícia durante o movimento ‘revolucionário’ de 35 e os meses que o seguiram⁶³. Após a confirmação de que o movimento na cidade de Natal “era obra dos adeptos da doutrina soviética, e, conseqüentemente, de todos aquelles que se filiaem ao partido político acima referido”, foram detidas quarenta e quatro pessoas na Capital e algumas detenções em Pouso Alegre, Lavras, Uberaba e Uberlândia, todos, segundo o delegado, eram

⁶² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 069, Pasta 4712, Imagem 0847

⁶³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0262

sócios da Aliança Nacional Libertadora e simpatizantes do comunismo. A despeito do ‘estado de sítio’ vigente no País, a justificativa para a ação contínua da polícia mineira recaiu na possibilidade de que a ordem pública fosse perturbada na Capital pelos “extremistas” em solidariedade para com os companheiros do movimento revolucionário de Natal. Além disso, outro fato foi usado pela autoridade policial para demonstrar a validade da ação policial. Acabara de fugir do Quartel do 10º B.C. em Ouro Preto, o capitão do Exército André Trifino Corrêa, suspeito de envolvimento no movimento de 1935, veterano da Coluna Prestes e membro da Aliança Nacional Libertadora, considerado elemento de alta periculosidade capaz de instigar a desordem social.

Ressalte-se que vários relatórios foram produzidos pelo Delegado Orlando Moretzohn e encaminhados ao Distrito Federal com o intuito de ‘prestar contas’ sobre as atividades repressivas da polícia mineira neste período. Em alguns de seus relatos, o delegado informa que em Minas a ordem pública não havia sido diretamente abalada pelo movimento de 1935, “não tendo ocorrido aqui qualquer facto que pudesse ser encarado como de perturbação a ordem pública.”⁶⁴ Apesar da tranquilidade política verificada em Minas, fica claro nos relatos e nos informes policiais que a ação preventiva e repressiva da Delegacia de Ordem Pública se intensificou após o acontecimento de 1935. O caráter contraditório do discurso policial em relação ao ambiente político mineiro pode ser entendido a partir da explicação da própria autoridade da Delegacia de Ordem Pública, o qual entendia a ação policial sobre os comunistas como uma “medida preventiva, e como único meio de se identificarem os comunistas, para futuros efeitos”⁶⁵.

Passados os primeiros efeitos decorrentes do movimento de 1935, a DOP mineira intensificou suas ações investigativas. Demonstrando o interesse e a preocupação constante dos investigadores em relação aos comunistas, encontramos na documentação da

⁶⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0178

⁶⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0262

DOP vários informes de investigações policiais de caráter espontâneo. Esses documentos não foram escritos em decorrência de uma ordem de investigação expressa pela autoridade policial ou pelo chefe dos investigadores, mas sim a partir de observações, fatos verificados ou presenciados ou informações levadas ao conhecimento do investigador, muitas vezes durante o seu período de folga e provenientes de seu contato com outras redes de sociabilidades. Muitas vezes, esses informes geraram uma investigação mais detalhada produzindo uma série de informações sobre o suspeito que, em última instância, alimentaram o arquivo do Serviço de Investigações. As comunicações de caráter espontâneo são indicativas de que os policiais da DOP, longe de se configurarem como uma força passiva e acordes com as ordens emanadas de seus superiores ou do Estado, pautavam suas ações a partir de uma percepção própria sobre a sua função como policial e sobre o ambiente político no qual atuavam. Neste sentido, cabe destacar a comunicação prestada pelo investigador nº 111 – Aldemar Queiroz, ao Chefe do Serviço de Investigações:

“Exmoº Sr. Dr. Chefe do Serviço de Investigações.

Verifica-se, a cada passo, a tenacidade com que os adeptos de Lenine procuram introduzir as normas do credo russo em todas as camadas sociais.

A Intrepidez dos rubros de Marx é sempre crescente e assaz methodica, cautelosa e paciente. Indo elles doutrinando, solertemente, na expectativa (sic) de lançado mais um golpe ousado, ganhar terreno para uma possível conquista.

Ainda agora chegou ao meu conhecimento de que alguns sargentos da Força Pública de Minas, estacionados nesta Capital, cultivam, no seio da corporação, idéas extremistas, podendo-se mesmo dizer – que no quartel do 1º B.C.M., existe uma cella comunista.

Esta allusão se positiva no facto de ter sido o Sargento Maia, convidado por collegas seus para adherir à causa de Stalin, conforme me foi dito, em palestra que mantive com o graphico Sr. Lindolpho Spechidt, cunhado daquelle militar.

Espechidt, pediu-me reserva sobre este assumpto e me asseverou que o seu cunhado repellira o convite que lhe fora feito.

Belo Horizonte, 23 de junho de 1936.”⁶⁶

⁶⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0278

As inúmeras detenções foram acompanhadas de buscas e apreensão de material considerado “de caráter extremista”. A análise dos documentos de apreensão de material produzidos pela Delegacia de Ordem Pública neste período, sugere que a preocupação com a circulação das idéias consideradas “subversivas” passou a ser constante no meio policial. A censura à imprensa, a fiscalização de editoras e livrarias também foram priorizadas pelos policiais. Boletins da Aliança Nacional Libertadora, bem como publicações sobre a doutrina soviética, foram recolhidos pelos policiais em suas ações de repressão aos comunistas. A título de ilustração, citaremos abaixo algumas das cento e quarenta publicações listadas pela polícia para serem apreendidas na capital no período subsequente ao movimento comunista de 1935:

Jornais: A Classe Operária; Sentinella Vermelha; O Preso Proletário, O Jovem Proletário; Bandeira Vermelha; União de Ferro; Vanguarda Estudantil; Nossa Bandeira e outros.

Publicações: Internacional Syndical; La Lutte de Classe; Internacional Comunista; Lo Stato Operário; Correspondência Sul Americana.

Livros: Manifesto Comunista; Socialismo Utópico e Socialismo Científico; A Crise Brasileira e sua Solução Revolucionária; Becco sem Sahida; Capitalismo e Comunismo; Poesias e Hynos Libertários; Princípios do Comunismo; O Capital; Lênin; História da Revolução Russa; Com os Olhos Abertos; China Soviética; O Despertar da Ásia; A nova Rússia; O Trabalho Vermelho; O Estado e a Revolução; Princípios do Comunismo; O que é Marxismo ou Bolchevismo; Recordações de Lenine; Ensaio sobre o Burguês; A Gênese do Capital; A Mulher na Rússia Soviética; Karl Marx, sua vida e sua obra; P.C.B – Partido Comunista Brasileiro e outros.⁶⁷

⁶⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagens 0067 a 0072

A infiltração policial nos sindicatos tornou-se rotineira em virtude da identificação desses setores como os meios mais propícios, centros naturais das efervescências da ideologia subversiva. Daí a necessidade da espionagem policial nesses meios a fim de conhecer o inimigo em suas formas de organização e seus meios de ação. A espionagem policial nos setores operários de Minas Gerais levada a cabo pela Delegacia de Ordem Pública, continuou contando com o auxílio das Delegacias Auxiliares dos principais municípios mineiros, cuja colaboração foi essencial para o bom andamento dos trabalhos da DOP. As correspondências e trocas de informações entre as delegacias auxiliares e a DOP aumentaram consideravelmente.

Por sua vez, os investigadores designados pela DOP agiam na Capital e no interior e infiltravam-se em qualquer associação considerada suspeita. As “células” comunistas também eram alvos da espionagem policial. Em relato detalhado, o investigador Helyon de Guimarães informa sobre os associados e as atividades realizadas no núcleo comunista da cidade de Juiz de Fora, deixando visível a prática de infiltração da polícia:

“Meu ingresso no seio do núcleo tem sido dificultado em virtude de ainda haver entre alguns operários pequena desconfiança de minha pessoa, desconfiança esta que só pode ser combatida aos poucos, porém ante os passos que estou dando espero em breve ser membro do referido núcleo, podendo melhor desenvolver o serviço.”⁶⁸

Nos anos que se seguiram, nos governos do período democrático do pós-45, observa-se a continuidade em relação às funções preventivas e repressivas da polícia política seguida pela intensificação no processo de especialização funcional. Os acontecimentos da Segunda Guerra e posteriormente o clima da Guerra Fria confirmaram os comunistas como o principal alvo da suspeição policial. Sindicatos, partidos políticos, entidades ligadas a movimentos de defesa da sociedade civil, entidades e movimentos dos trabalhadores, foram

⁶⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 069, pasta 4712, Imagem 0873 e 0874

identificados com a doutrina comunista ou como meio propício à influência e a infiltração de elementos comunistas e, portanto, passíveis da ação vigilante e repressiva desta polícia:

*“Não obstante, a conjuntura muito específica da guerra e o fato da ação repressiva pós 1935 ter desencadeado duro golpe no movimento comunista organizado, o PCB e a ação comunista internacional jamais deixaram de estar na mira da polícia política: fato comprovado pelo acompanhamento das atividades de ex-militantes e entidades que assumem posturas mais radicais na luta antifascista, na proibição de desembarque em solo brasileiro de refugiados de guerra supostamente ligados ao comunismo, ou ainda na vigilância constante às organizações de refugiados que fazem propaganda contra o Eixo.”*⁶⁹

Na ótica policial, a defesa da ordem política e social em Minas Gerais se fazia urgente em vista da situação caótica, cada vez mais turbulenta provocada pela ação incisiva dos elementos subversivos. Segundo a polícia, eram tempos difíceis e tormentosos marcados pela ação contínua dos comunistas, que mesmo na condição de ilegalidade, imposta por decreto federal, continuavam provocando inúmeras agitações sociais. Infiltrados, nos mais diversos setores do trabalho, os comunistas eram, segundo a polícia mineira, os responsáveis por insuflar os movimentos grevistas que explodiam com intensidade na capital e em diversos municípios mineiros, como por exemplo, a greve da Mina do Morro Velho e a dos motoristas em transporte de cargas no Triângulo Mineiro ocorrido em 1953. Segundo as análises da polícia política, a ação comunista também se fazia sentir nas agitações e perturbações da ordem provocadas pela realização de encontros, congressos e comícios dos variados movimentos, tais como “Contra o Emprego da Guerra Bacteriológica”, “Centro de Defesa e Estudo do Petróleo e Defesa Nacional”, “Contra a Exportação dos Minerais Estratégicos e Areias Monásticas”, “Contra o Pacto de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos”, “Movimentos pelo Pacto de Paz”, entre outros, os quais, segundo as autoridades policiais, eram sempre preparados pelas mesmas lideranças comunistas com o claro objetivo de desestabilização da ordem.

⁶⁹ PEREIRA, 1996:25.

Intensificou-se ainda, o número de Associações de Caráter comunista como o “Movimento de Ajuda à Imprensa Democrática (MAID)”, a “União Geral dos Trabalhadores Mineiros (UCTM)”, a “União dos Trabalhadores de Belos Horizonte (UTBH)”, a “União Sindical dos Trabalhadores de Belo Horizonte”, a “União dos Ferroviários da Rede Mineira de Viação (UFR)”, a “União Feminina de Minas Gerais”, a “Associação Mineira Pela Paz Mundial”, a “Associação Mineira de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional”, a “União da Juventude Comunista”, a “Associação Profissional dos Ferroviários da Central do Brasil, e a “Associação Brasileira de Escritores (ABDE).⁷⁰ Ao mesmo tempo em que surgiam inúmeras Associações e movimentos de cunho social, que já representavam uma grande preocupação para a Delegacia de Ordem Pública, acentuou-se em Minas a “propaganda comunista”. Inúmeras publicações de caráter comunista como “Jornal do Povo”, “Tribuna do Povo”, “Soldado de Prestes”, “O Apito”, “Locomotiva”, “Vai Rodá” e “O Tecelão” eram editados em Belo Horizonte e em vários municípios mineiros, constituindo, na visão policial, uma afronta à polícia e à Lei de liberdade de imprensa em vista da mensagem subversiva contida nesses exemplares.⁷¹

Ao longo dos anos 1940, a Delegacia de Ordem Pública acusou um aumento significativo de trabalho e, em resposta a esse contexto de ‘instabilidade social’ as autoridades policiais se mobilizaram para a efetiva transformação da delegacia. Assim, no decorrer da década de 1950, a DOP sofreu uma reestruturação organizacional ampla, dando-lhe novas atribuições e criando outros serviços para “melhor cumprimento de suas funções”. A Delegacia de Ordem Pública passou a ser denominada, em 1954, **Delegacia Especializada de Ordem Pública - DEOP** e ficou estruturada em cinco Seções, sob o comando de um delegado que respondia pela chefia da DEOP: Seção de Ordem Política e Social, Seção

⁷⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2249.

⁷¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – Subpasta 2, Imagem 2249.

Especial de Vigilância, Seção de Armas, Munições, Explosivos, Produtos Químico-agressivos e Matérias-Primas correlatas, além da Seção Técnica e cartório.⁷²

O esforço para a reestruturação da nova delegacia deveria, na argumentação policial, considerar o momento de forte conturbação política e social. Não bastaria somente reestruturar administrativamente a DEOP, era necessário também reforçar os armamentos utilizados pela polícia para capacitá-la a enfrentar os conflitos decorrentes das inúmeras ‘agitações sociais’ provocadas pelos comunistas.

Após aprovação do governador mineiro, Juscelino Kubitschek, o Chefe de Polícia, Geraldo Starling Soares, solicitou ao Ministro de Estado dos Negócios da Pasta da Guerra, autorização para a importação de grande quantidade de armamentos. A solicitação não especifica a quantidade e nem o tipo de armas que seriam encaminhados à DEOP, no entanto, além de armas comuns como revólveres de diversos calibres, são listados armamentos específicos, de caráter ofensivo, para a repressão de ajuntamentos ou mobilizações onde se tem grande número de pessoas, o que é indicativo de que boa parte desse material seria encaminhada a DEOP. Entre os armamentos solicitados encontramos:

*“-5 (cinco) pistolas de gás lacrimogênio “Lake Erie”, calibre de 1” (25 mm) – 1 tiro (Riot Pistol 1” caliber fire) ITEM 29-A
- 8 (oito) fuzis “tru Flite Super Long Rang Gunh), para gás lacrimogênio, de longo alcance, calibre 37 mm. – ITEM 20
- 5 (cinco) cassetetes de gás lacrimogênio “Lake Erie” de alumínio preto, calibre 12, de comprimento 12” (Tear Gás Watchman’s Black Alumínite Club (12 Cauge) – 12” length – ITEM 31
- 50 cargas de gás lacrimogênio para fuzis de longo alcance, 50 cargas de gás lacrimogênio para pistolas e 50 cargas de gás lacrimogênio para cassetetes, material esse “Lake Erie” e para o armamento de gaz enunciado acima.”⁷³*

O quadro funcional da DEOP também foi reforçado com a transferência de policiais que serviam em outros quadros da polícia. Em um dos procedimentos de transferência de policiais encontrados na documentação citamos o caso do “Guarda Referência III”, José Henrique Dutra Filho, da 1º Divisão do “Departamento de Transportes”,

⁷² DUTRA LADEIRA, 1971.

⁷³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2194.

encaminhado pelo Chefe de Polícia para exercer suas funções na DEOP, em vista das novas atribuições a ela subordinadas.⁷⁴ O investimento no quadro funcional da DEOP incluiu o treinamento de investigadores no Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. O investigador José Feliciano Moreira, vinha desenvolvendo seu trabalho na região do Triângulo Mineiro, identificado como local de grande foco de agitação subversiva. Por isso mesmo, foi escolhido e enviado ao DOPS/SP para ali realizar um estágio “nesse bem organizado órgão de Polícia Civil”.⁷⁵

Abrigado sob a forma de Departamento, a polícia política de São Paulo era referência para a DEOP mineira, de organização e funcionalidade no combate ao comunismo. O DOPS paulista recebeu algumas autoridades policiais mineiras interessadas em “profissionalizar” a polícia aos moldes de sua congênere paulista. Visitaram o DOPS/SP o professor da Escola de Polícia de Belo Horizonte, Gilberto Porto (1952) e o Delegado de Ordem Pública, Antônio Dutra Ladeira (1954) que, em telegrama enviado ao Diretor do DOPS/SP após seu regresso, reafirma seu entusiasmo em relação à estrutura orgânica do aludido órgão:

*“Dr Manuel Ribeiro da Cruz
Diretor do DOPS
São Paulo
Nº 5639-839 – Ao regressar esta Capital vg reitero ao
distinto colega e amigo meus agradecimentos pela fidalga acolhida a mim
dispensada pt Nesta oportunidade reafirmo vg ainda vg a magnífica
impressão que me causou o modelar DOPS tão sabiamente organizado e
dirigido pelo caríssimo Diretor pt Estendo estas manifestações aos demais
colegas com os quais tive a oportunidade de privar pt sds cds
Antônio Dutra Ladeira
Del Esp Ord Pub”⁷⁶*

Em agosto de 1954, o Delegado Antônio Dutra Ladeira assumiu a direção da Delegacia Especializada de Ordem Pública. Argumentando junto a instâncias superiores do Estado de Minas Gerais, Dutra foi enfático ao afirmar que até aquele momento, coube à

⁷⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5939 – subpasta 2, Imagem 2252.

⁷⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2228.

⁷⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5389, Imagem 0249.

DEOP a difícil “missão” de defender a ordem e a pátria dos inimigos nacionais, mas, em virtude do contexto de agitação social e política fazia-se urgente a *“necessidade de ampliar a Delegacia, dando-lhe mais maleabilidade para melhor cumprimento de suas missões. Fazendo sentir às autoridades superiores que a transformação do órgão que dirigia era benefício da própria Polícia Civil.”*⁷⁷

Encarregado de organizar um aparelho policial que pudesse agir de forma mais eficiente contra aqueles que atentavam contra o governo, contra as instituições democráticas em vigor e contra a sociedade, Dutra Ladeira, com base no modelo de polícia política adotado pelo Estado de São Paulo, apresentou uma nova proposta administrativa e funcional para a transformação da Delegacia Especializada de Ordem Pública em **Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG.**

O Decreto nº 5.027, de 17 de junho de 1956, aprovou o Regulamento do Departamento de Ordem Política e Social e, em 31 de dezembro do mesmo ano, a Lei nº 1.527 - Art. 14, transformou as Seções da DEOP em Delegacias Especializadas, significando maior autonomia de cada Delegacia em relação às suas atribuições e competências. Desta forma, o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG, além da Seção de Arquivo, Serviço de Cartório e Seção Administrativa, abrigou a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; Delegacia Especializada de Vigilância Especial e a Delegacia Especializada de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos.

As funções policiais de vigilância, controle e repressão da ordem política e da ordem social, que anteriormente eram atribuições de um mesmo delegado, com a nova reestruturação se evidenciaram bem nítidas, apresentando a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social e a Delegacia de Vigilância linhas distintas quanto à especificação de

⁷⁷ DUTRA LADEIRA, 1971:356.

suas funções e quanto ao comando das mesmas, uma vez que cada Delegacia Especializada era chefiada por um Delegado titular.

À Delegacia de Ordem Política e Social cabia zelar pela ordem pública em geral, o que incluía o controle sobre greves, atentados, agitações, o policiamento e fiscalização de reuniões, encontros, e toda e qualquer manifestação de cunho político. À Delegacia de Vigilância Especial tinha a “*missão de descobrir os planos de agitação ou de revolução de organizações políticas que visem, por meio violento, à mudança do regime social e político do país*”.⁷⁸ Suas atribuições estavam voltadas para o controle sobre os membros do extinto P.C., sendo utilizados para o cumprimento dessa “missão” a astúcia e perspicácia do policial que, infiltrando-se nos meios conspirativos colhiam úteis informações para a repressão do “inimigo”:

*“Os elementos da Delegacia de Vigilância Especial são infiltrados nos meios revolucionários e conspirativos, a fim de colher as informações tão necessárias para rechaçar as investidas do inimigo oculto; desfazer seus planos; evitar a progressão do trabalho de propaganda, descobrir os planos revolucionários, para resguardar a tranqüilidade e a ordem pública; evitar ser o País colhido de surpresa por um golpe revolucionário; combater as injustiças, como meio de evitar o progresso do comunismo.”*⁷⁹

Não obstante, muitas vezes, ambas as Delegacias atuaram concomitantemente, acentuando a conjugação dos esforços em direção à ação preventiva que era o objetivo comum ao Departamento. A Delegacia de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos atuava de forma constante na repressão ao porte de armas, ao controle do comércio e da fabricação de munições e materiais explosivos.

As Delegacias recebiam importante auxílio da Seção de Arquivo, o coração do Departamento, haja vista ser o local da guarda e da transmissão de informações a partir de documentos produzidos pela “lógica da desconfiança” que movia a ação policial. A Seção de

⁷⁸ Ibidem, p. 359.

⁷⁹ Ibidem, p. 359.

Arquivo alimentava a Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia de Vigilância com uma farta documentação: exemplares de publicações comunistas apreendidos, recortes de jornais e outros, que serviam para municiar a ação policial com informações sobre os comunistas, organizações, entidades e partidos ligados ao comunismo.

Era também tarefa cotidiana deste setor manter um sistema de elaboração de fichários individuais de suspeitos onde eram cronologicamente armazenados, ao longo dos anos, a vida pública e, muitas vezes, a vida privada do suposto criminoso. Neste prontuário, ficavam registrados detalhes como a filiação política, o envolvimento com elementos comunistas, a participação em comícios, greves, palestras, panfletagem, enfim todos os documentos que pudessem comprovar a prática subversiva realizada pelo prontuário, tudo organizado de forma a possibilitar uma consulta rápida e eficiente.

Não obstante verificarmos existir desde a Delegacia de Segurança e Ordem Política e Social (1927) um setor de arquivo para onde convergiam as informações colhidas pelos investigadores, foi nos anos 30 que esse arquivo começou a ganhar proporções significativas culminando, a partir da transformação do órgão de polícia política em Departamento, como um setor altamente especializado quanto a forma de arquivamento e difusão dos informes.

Houve, neste período, um considerável aumento no volume de informações do setor de arquivo. Ilustrando o grau de importância deste setor do Departamento de Ordem Política social, transcrevemos o teor de uma “certidão” que demonstra a importância do setor de arquivo como instrumento da ação de vigilância política e social:

“CERTIDÃO

Eu, Henrique Magalhães, escrivão de Polícia de 3ª Classe, lotado na Delegacia de Ordem Política e Social, do –DOPS-, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc...

CERTIFICO, por determinação do Sr. Dr. Chefe do Departamento de Ordem Política e Social e a pedido da parte interessada, à vista das informações da Secção de Arquivo, deste Departamento, que

SANI SCHWARTZMAN, rumeno, casado, comerciante, filho de Schiman Schwartzman e Passa Schwartzman, nascido a 2 de abril de 1911 em Berlindan, Rumênia, residente nesta Capital, a R. Guarani, nº 241, apto. 501, REGISTRA, entre outros, os seguintes ANTECEDENTES: “Segundo comunicação de investigador, datada de 27 de julho de 1932, foi apontado, na época, como grande entusiasta do comunismo; na mesma ocasião, de acordo com o mencionado relatório policial, contribuía com uma certa quantia para uma sociedade estrangeira, cuja finalidade era dar proteção financeira a todos os perseguidos e presos políticos que se batiam pelo ideal vermelho; possui prontuário na Secção de Expediente e Arquivo sob nº 159.552; foi preso nesta Capital, em sua residência, (...) na manhã de 14 de julho de 1936, por ser adepto do comunismo; em seu poder foram apreendidos papéis, cartas e livros escritos em hebraico, alguns dos quais considerados comunistas; foi professor em uma escola que funcionava na sede do Sindicato dos Operários em Construção Civil, e sócio do Centro de Cultura Popular; em 1936, por ocasião de sua prisão, ficou apurado que o marginado era freqüentador de rodas comunistas, tendo sido apreendidos, em sua residência, recortes de jornais contendo fotografias de agitadores comunistas, bem como, de seus líderes internacionais; num dos recortes aludidos, contém a fotografia do agitador vermelho Tovias Warschiwsky; (...) também fotografia do líder bolchevista Lenine e outros foram apreendidas, na mesma época; (...) Do auto de apreensão efetuado na residência do marginado, datado de 4 de julho de 1941, figuram os seguintes livros de cunho comunista:... “Maldita seja a Guerra”, “Materialismo Histórico”, - “Biblioteca Pedagogia Soviética”, “Cartas íntimas de Lenine”, “Lenine e a Psicanálise”, “Dicionário da Questão Social”, “Supressão do Capitalismo”, “Os fundamentos do Leninismo”, “Causas Econômicas da Revolução Russa” e outros; foi um dos assinantes de uma lista para o “Churrasco de Congraçamento”, denominado “Brasil único Soviético”; (...) Era o que se continha em os referidos documentos que foram por mim fielmente transcritos, aos quais me reporto e dou fé. Belo Horizonte, 20 (vinte) de outubro de 1962. O escrivão.”⁸⁰

Neste documento, percebe-se que a lógica policial de suspeição tinha por fundamento a atemporalidade em relação ao crime político. Uma vez considerado simpatizante ou adepto à causa comunista, o suspeito do crime de subversão tinha sua vida acompanhada de forma permanente durante anos, sendo agregados em seu prontuário os relatórios de investigações e provas dos seus atos subversivos. Tal lógica caracteriza-se, na visão policial, pela necessidade de se conhecer o inimigo a fim de se constituir o melhor planejamento para a execução da segurança interna. O documento acima transcrito foi elaborado pela Delegacia de Vigilância Social em virtude de ação movida pelo prantuariado,

⁸⁰ APM – fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0266, Imagens 0282 a 0290.

em 1962, para fins de processo de naturalização, processo este que dependia da Certidão Negativa do DOPS com relação às atividades políticas do mesmo.

A estrutura orgânica e funcional do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG, não sofreria novas mudanças durante a sua existência. Somente em 1964, houve uma mudança na denominação do DOPS, que passou a designar-se **Departamento de Vigilância Social**. Entretanto, as divisões das delegacias e demais setores foram mantidas intactas, assim como as funções e atribuições inerentes a cada uma delas.

A atuação do DOPS/MG foi significativamente relevante em todo o Estado mineiro. A ampliação de sua autonomia e de sua ação policial também foi possibilitada pelas modificações que ocorreram no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Através da Lei nº 1.527, de 31 de dezembro de 1956 (a mesma que estruturou o DOPS), foram criadas novas delegacias regionais, de comarcas e distritais, além da criação de 30 Delegacias Especializadas de Capturas a serem dirigidas por oficiais da ativa da Polícia Militar. O DOPS passou a ser auxiliado no serviço de vigilância e controle das atividades subversivas pelas Delegacias Regionais, de Comarcas e Distritais que mantinham contato direto com o Departamento, comunicando a presença de atividades comunistas em suas respectivas regiões. Após a devida comunicação sobre as atividades comunistas ao Delegado Chefe do DOPS, essas delegacias, se necessário, chegavam a adotar as primeiras providências de controle e repressão dos comunistas suspeitos, instruindo, por vezes, o inquérito policial.

Devemos ressaltar que a polícia política mineira, partidária do pensamento conservador e partilhando da “tradição anticomunista” presente na sociedade brasileira, exerceu formas de policiamento que não se alteraram ao longo de toda a sua existência. A despeito do surgimento de novas tecnologias e métodos investigativos, o *modus operandi* do policiamento político seguiu um padrão baseado na “lógica da suspeição”, cujo princípio consistia em atuar preventivamente sobre grupos e pessoas considerados potencialmente mais

perigosos, procedendo à identificação do suspeito e o recolhimento de provas para, a posteriori, descobrir os crimes cometidos.⁸¹

No entanto, se o *modus operandi* do policiamento político não se alterou o mesmo não podemos dizer dos suspeitos. Conforme esclarece Tucci Carneiro,

*“Sob o olhar vigilante do Serviço Secreto da Polícia Política estiveram por mais de meio século, os comunistas, integralistas, anarquistas, negros, religiosos, estudantes, nazistas, criminosos comuns e judeus. Com base em critérios ideológicos, estes indivíduos foram rotulados de “subversivos da ordem”, conforme a “lógica da desconfiança”, artifício legalizado pelas esferas do poder.”*⁸²

Na trajetória institucional da polícia política brasileira houve deslocamentos, segundo conjunturas diversas, quanto aos setores que foram privilegiados em sua ação repressiva. Não obstante, nos levantamentos documentais realizados por pesquisadores nos acervos das polícias políticas dos principais Estados brasileiros, é merecedora de especial atenção a constatação de que os comunistas permaneceram como o principal foco de atenção e preocupação por parte desta polícia durante toda a sua existência. Em recente trabalho sobre a reconstituição do acervo do DOPS/RJ, assim esclareceram os autores:

*“Não obstante, a conjuntura muito específica da guerra e o fato da ação repressiva pós 1935 ter desencadeado duro golpe no movimento comunista organizado, o PCB e a ação comunista internacional jamais deixaram de estar na mira da polícia política, fato comprovado pelo acompanhamento das atividades de ex-militantes e entidades que assumem posturas mais radicais na luta antifascista, na proibição de desembarque em solo brasileiro de refugiados de guerra supostamente ligados ao comunismo, ou ainda na vigilância constante às organizações de refugiados que fazem propaganda contra o Eixo.”*⁸³

Assim, a forma como o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais foi estruturado, sofrendo ao longo dos anos freqüentes transformações, é indicativa de que esse processo ocorreu em parte, devido à necessidade de acomodar a estrutura defensiva

⁸¹ Cf. ARAÚJO, et al., 2001:24. Os autores perceberam na ação do DEOPS- SP aquilo que alguns estudiosos apontaram como “tradição inquisitorial” da polícia brasileira que pode ser identificado pela construção de estereótipos sobre os cidadãos tendencialmente criminosos por portarem certas características: tipo de fala, de idéias, de trajes, de trabalho, de relações de amizades, de leituras.

⁸² CARNEIRO, 1997:18.

⁸³ PEREIRA, et. al. 1996:25.

do Estado ante as conjunturas políticas de instabilidade, representada por uma proposta política contrária a do poder estabelecido. Por outro lado, observamos que os contextos históricos de grande tensão política, como o período da guerra fria, permitiram às autoridades policiais utilizar tais acontecimentos a seu favor.

Concomitantemente aos esforços e iniciativas dos governos Federal e Estadual no sentido de acomodar a estrutura policial ao aparato legal, soma-se os esforços das autoridades policiais empenhadas em melhorar a estrutura policial. As autoridades policiais diretamente ligadas ao comando da polícia política, há muito desejosas de aprimorar a estrutura organizacional deste órgão, exploraram o anticomunismo com o claro objetivo de transformar a DEOP em um órgão especializado, garantindo assim sua distinção dos demais setores da Polícia Civil de forma a alcançar o mesmo grau de prestígio e respeito atribuídos à polícia carioca e paulista.

O anticomunismo serviu para amalgamar a visão conservadora presente no meio policial, visão que consistia em rechaçar qualquer discordância ou conflito no campo político, haja vista serem sinônimos de crise e desordem. O acentuado aumento nos movimentos de caráter político e social a partir do pós-guerra, era entendido pela polícia política como produto de uma conspiração manipulada pelos agentes do comunismo. Mesmo em conjunturas em que a atuação dos comunistas em Minas não se fez tão evidente, os policiais se esforçaram em comprovar o recrudescimento da ameaça vermelha na sociedade mineira. A lógica da investigação policial sobre os comunistas, baseada na ação preventiva e na apreensão sistemática de provas ‘subversivas’, ofereceu evidências de que o comunismo era um perigo ‘real’, uma constante e ininterrupta ameaça à ordem. Frente a essa ameaça, quando, segundo as autoridades policiais, violências e distúrbios graves se fizeram ‘reais’ na cena mineira, a polícia política pressionou o poder público lembrando-o que a ‘missão’ de

reprimir e mesmo por fim a toda e qualquer manifestação contrária à ‘verdadeira democracia’ competia a ela.

Por suas intervenções contrárias a qualquer manifestação política contestadora à ordem estabelecida, a polícia política legitimou, em diferentes momentos, o governo instituído; reforçando assim a sua indispensabilidade para o controle político e social. Agindo dessa forma a polícia política buscava valorizar o seu papel político perante o Estado e a sociedade, com o objetivo de reafirmar a necessidade de sua existência. Por conseguinte, quando isso acontece, a

“lógica política e lógica policial podem convergir, desembocar num interesse comum e no que os sociólogos da política chamam de ‘transações conclusivas’: a polícia defende os interesses do poder local que, em troca, defende sua polícia. Por suas intervenções contra a ação dos protestadores, os policiais legitimam *ipso facto* as autoridades do local; as quais legitimam de volta, por seus discursos, as intervenções da polícia e recompensam, por alocações materiais e simbólicas, a fidelidade desses ‘leais servidores do Estado’.”⁸⁴

Neste aspecto, ao considerarmos a posição acima, concluímos que a utilização oportunista do anticomunismo⁸⁵ pela polícia mineira serviu ainda para justificar e legitimar suas ações de cunho autoritário sobre a sociedade civil e possibilitou a essa polícia um ganho de autonomia considerável em relação às atividades preventivas e repressivas.⁸⁶ A transformação da DEOP em Departamento acarretou, por consequência, o fortalecimento e ampliação da autonomia e do ‘poder de polícia’ sobre os cidadãos. De sua formação inicial até 1964, a polícia política mineira teve um significativo aumento de autonomia de ação em Minas em relação ao controle e a regulação dos processos políticos competitivos.

Assim, a polícia política se posicionou perante o Estado e a sociedade como instituição legítima, com autoridade para nela intervir de forma a assegurar a ordem em nome

⁸⁴ MONET, 2001:241

⁸⁵ Segundo Motta, a expressão “Indústria do Anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho” pelo Estado, imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e Igreja. Motta, 2002:161.

⁸⁶ MONET, 2001:241.

do ‘interesse geral’ e do Estado. Neste sentido, o caráter arbitrário e repressivo do policiamento político fez-se presente e atuante também nos períodos democráticos. Na prática, no policiamento político a ordem esteve sempre à frente da lei e a autonomia decisória da polícia se ampliou de forma que suas ações fossem definidas em função de seus interesses e de suas lógicas

Logo, o que se viu, a partir do período pós-guerra, foi a recorrência de ações e mecanismos repressores e/ou neutralizadores dos efeitos da movimentação política da sociedade. Combater os comunistas e suas ações na cena pública, implicava uma atuação constante da polícia na cena política. Implicava, sobretudo, em desempenhar a função de grupo de pressão tanto na vida cotidiana da sociedade mineira, quanto no âmbito da política governamental.

A relevância da polícia política mineira no plano político estadual é inegável porque é ela quem irá exercer o controle político e social na cena política cotidiana, haja vista sua configuração como poder legítimo, capaz de inibir qualquer tentativa de ação comunista. É importante sublinhar que parte desse poder advém também da idéia presente no meio policial de que a sociedade é um organismo indefeso, frágil, e despreparado para enfrentar o perigo comunista.

Esse pensamento ganha consistência na medida em que os policiais se auto investem da qualidade de salvadores, verdadeiros heróis em permanente missão contra o mal. Neste sentido, afirmamos que a polícia política tentou impor à sociedade mineira um determinado projeto político que resultou na interferência na vida política mineira. Uma das formas pelas quais a polícia política afetou a vida política mineira foi a sua interferência direta sobre os movimentos sociais, determinando em última instância quem poderia participar da política.

A polícia mineira foi contumaz na prática de censura, espionagem, detenções e prisões dos suspeitos comunistas, e para além desses procedimentos, coube a ela regular o comportamento da população em manifestações em locais públicos. Os encontros políticos, as manifestações de caráter diversos, as passeatas e os discursos políticos, foram postos sob o controle sistemático da polícia mineira. Os movimentos e encontros políticos só poderiam se realizar em locais públicos após a devida notificação à autoridade policial, seguida de sua aprovação. Normalmente, esses encontros eram vistos pela polícia como obra das lideranças comunistas com o objetivo único de insuflar a população para a desestruturação da ordem social e era, portanto, negado aos organizadores o direito da manifestação pública.

Em Minas, no período do pós-guerra, as autoridades policiais proibiram os comícios, marchas, confiscaram materiais de propaganda e prenderam manifestantes, posicionando-se claramente como grupo de pressão na cena política mineira. Em 1947, quando o Partido Comunista foi novamente posto na clandestinidade, a polícia mineira participou ativamente no combate e fechamento das sedes e células distritais espalhadas pelo território mineiro, intensificando o trabalho de vigilância e apreensão das publicações de jornais e propaganda comunista impressa

A repressão às greves e a vigilância sobre os movimentos sindicais, era mais uma faceta da interferência da polícia política no corpo social. A polícia mineira se esforçava na vigilância sobre os movimentos sindicais, por meio de seus agentes infiltrados, a polícia:

“registrava a existência e a localização dos sindicatos, assim como recuperava os antecedentes das diretorias e dos candidatos em eleições; anotava discursos e pronunciamentos destes em assembléias e reuniões; retinha exemplares dos boletins e informativos sindicais; acompanhava a organização de uniões e centrais, assim como as conferências intersindicais.”⁸⁷

Tal procedimento embasava as decisões contrárias às manifestações grevistas na cena pública, tais como a realização de comícios e passeatas. Outra forma de interferência

⁸⁷ REZNIK, 2004:127

ocorria quando a polícia se apresentava como intermediadora nas negociações entre patrões e empregados.

A polícia tinha ainda autoridade para regular os processos de eleições, investigando a vida dos candidatos e impedindo ou não a sua candidatura. Era a única instituição com poderes para fornecer o “atestado ideológico” para fins de cadastramento e participação em eleições.

Neste sentido, o escrivão do Departamento de Vigilância Social assim certifica:

*“CERTIFICA que, revendo em seu poder e cartório e atendendo pedido verbal de parte interessada, devidamente autorizado pelo Senhor Chefe do Departamento, encontrou s documentos do seguinte teor relativo a JAIR MATUCHK: “foi vice-prefeito de mandato cassado pela Câmara de Vereadores de Caxambu, na mesma sessão que decretou o “impeachment” do ex-prefeito, Abel Murta de Gouveia; é homem frio, premeditado e calculado em suas ações subversivas, mantendo-se estritamente ligado aos comunistas de Caxambu, atendendo ordens de Abel e comandando seus discípulos; é político carreirista, já que vinha se elegendo vereador até à sua eleição de vice-prefeito, apregoando pela cidade que será candidato à Prefeito nas próximas eleições; participa de todos os atos e procedimentos políticos-comunistas de Abel Murta de Gouvêa, como o fizeram nas propagandas eleitoreiras próximas passadas, inclusive, provocando seus adversários, aos quais via, digo, aos quais vaiavam nos programas da rádio local; faz parte da diretoria da Escola de Comércio dirigida por Abel, na gestão deste, na Prefeitura, também exerceu o cargo, por duas vezes, estando, portanto, com as mesmas responsabilidades daquela administração; nos dias após a Revolução propriamente dita, foi à Soledade de Minas apanhar um oficial do Exército (...) como vereador, somente para desmoralizar e desarticular a administração da época, foi autor de cento e tantos projetos irrealizáveis, valendo-lhe o apelido de “vereador dos centos e tantos projetos”; merece, portanto, ter seu nome fichado nos arquivos deste Departamento, para fins de impedir sua atuação, futuramente, como candidato a postos eletivos, para não permiti-lo continuar a enganar o povo.” (...)*⁸⁸ (grifo nosso)

A polícia mineira também afetou a política diretamente ao direcionar e conceber diretrizes de combate ao comunismo na esfera da política governamental. Em 20 de outubro de 1936, foi realizada no Distrito Federal a Primeira Conferência Nacional de Polícia que contou com a presença dos chefes de polícia dos principais Estados da Federação, os quais

⁸⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, Pasta 0238, Imagem 1379 e 1380

participaram ativamente do evento apresentando teses sobre assuntos ligados ao “combate ao extremismo e defesa do regime”⁸⁹.

Conforme apontado por Cancelli, o encontro tinha por objetivo unificar o trabalho policial, tanto sob o ponto de vista da definição do alvo político de suas ações, como da transformação legal da Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações policiais para o País; aparar eventuais arestas entre os comandos estaduais do serviço policial e suas autoridades e aumentar o prestígio do Chefe de Polícia do Distrito Federal.⁹⁰

Os participantes da Primeira Conferência Nacional de Polícia discutiram ainda sobre a interação da polícia do Distrito federal com as polícias políticas em nível estadual, sobre a organização das polícias dos Estados com base nos modelos do Distrito Federal e de São Paulo, a organização do arquivo central sediado no Distrito Federal, a contribuição e troca de informações entre as polícias, a questão dos estrangeiros, e a importação de explosivos, armas e munições, controle deste comércio e posse de arma.

Como resultado deste Congresso e das discussões sobre o movimento comunista, foram aprovados 50 cláusulas e 61 sugestões, abrangidas por quatro Teses principais: “Imigração (cartas de chamada, naturalização, expulsão de indesejáveis, etc.); Organização uniforme das polícias e melhor intercâmbio entre as mesmas; Armas e explosivos e o respectivo commercio; e, finalmente, o combate ao extremismo.”⁹¹ Entre as medidas aprovadas, ficou decidido que o Congresso representaria, por intermédio do ministro da Justiça, no sentido de ser o comunismo considerado “fora da lei”. Tal medida deveria ser feita através de uma “emenda à Constituição da República” e “deveria ser applicada apenas ao communismo”.⁹²

⁸⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0247

⁹⁰ CANCELLI, 1994:64

⁹¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0246.

⁹² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0247

O Congresso de Polícia resultou ainda em sugestões ao ministro da Justiça no que diz respeito às normas gerais e uniformes para a censura à imprensa. A partir ainda do que ficou definido no Congresso, as polícias políticas dos Estados ficaram responsáveis por expedir a chamada “Folha Corrida” para o ingresso nas classes armadas, no funcionalismo público, nas empresas de serviços públicos e nas associações de classe. Essa responsabilidade ficou a cargo da polícia política mineira durante todo o seu funcionamento. Nos anos que se seguiram ao Congresso de Polícia, frequentemente a polícia mineira era procurada por empresas estatais e privadas e também por pessoas físicas que interessadas no registro de armas ou para participar de eleições sindicais, pedidos de naturalização, ingresso no funcionalismo público ou em empresa privada, entre outros, ali buscavam a “Certidão de bons antecedentes”.

Em dezembro de 1951 teria início na cidade do Rio de Janeiro, outra Conferência Nacional de Polícia. Nessa ocasião a polícia mineira foi representada pelo Chefe de Polícia do Estado, Geraldo Starling Soares, o qual apresentou a “Quarta Tese” sobre:

“A propaganda de teses aparentemente legais, mas em consonância com a diretriz de associações ou partidos ilegais e com a política exterior de nações estrangeiras. Sua equiparação à propaganda de doutrinas contrárias ao regime democrático, para os efeitos de repressão legal; intervenção do poder de polícia”.⁹³

no qual o Chefe de Polícia disserta sobre a disseminação de sociedades com aparência de ‘legais’ criadas pelos comunistas e sobre as atividades ‘ilegais’ insufladas pelos comunistas. Sob o ponto de vista político, a contribuição da “Quarta Tese” do Chefe de Polícia Mineiro, possibilitou a discussão sobre a legalidade das diversas manifestações públicas sobre os temas os mais diversos, como a campanha o “petróleo é nosso”, a “Federação Mundial da Juventude Democrática”, a “Federação Democrática Internacional de Mulheres” e os movimentos dos “Partidários da Paz”, sinalizando para medidas efetivas que

⁹³ Revista Vigília, Ano III nº 23, março e abril de 1952

viabilizariam, nas ações cotidianas de prevenção e no aspecto jurídico, a repressão a esses movimentos considerados por Starling Soares como “outra artilosa cortina de fumaça espalhada pelo Partido Comunista.”.

Cabe ressaltar que, se todas as resoluções aprovadas nos dois Congressos de Polícia realizados em 1936 e 1952 não foram colocadas em prática, pelo menos as mais importantes, aquelas relacionadas com o combate ao comunismo, foram implementadas pelos governos federal e estadual e pelas autoridades da polícia política. Conforme esclareceu Motta,⁹⁴ na Conferência de Polícia do ano de 1951 o Delegado José Picorelli do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP/DF, defendeu a urgente necessidade de aprovação de outra lei para a defesa do Estado e da ordem social e política. Nesta oportunidade foi aprovada a moção e o envio ao governo da sugestão de criação de nova legislação de segurança e ao que tudo indica tal moção surtiu efeito quase imediato, sendo que em 1953 foi aprovada nova Lei de Segurança para o país que vigorou até a edição da Lei de Segurança Nacional dos militares, em 1967.⁹⁵

Por último, e não menos importante, acreditamos que a polícia política mineira influenciou a política em âmbito estatal através do consentimento por intimidação. A polícia política mineira afetou os processos políticos não apenas pelo que ela fez, mas também pelo que ela ameaçou fazer. Não é difícil perceber na documentação policial ameaças explicitadas em relação às possíveis atitudes de alguns grupos ou setores sociais. Em vista da notícia da preparação de alguma manifestação pública, a polícia política interferia mandando publicar avisos onde, em nome da ordem pública, determinava-se a proibição de qualquer tipo de ajuntamento de pessoas nas vias públicas.

Em 1961, o DOPS, ao tomar conhecimento de uma possível manifestação de desagravo contra a carestia organizado por líderes políticos da Vila de São Vicente de Paula,

⁹⁴ MOTTA, 2006.

⁹⁵ Lei n. 1802, de 5 de janeiro de 1953. Citado em MOTTA, 2006.

mandou o Chefe da Seção de Arquivo, Wilson Marques, para fazer parte do encontro realizado na Sede da Associação de Defesa Coletiva daquela Vila. Ao tomar a palavra frente a mais de quarenta pessoas, segundo afirmou, Wilson Marques assim se manifestou:

“em poucas palavras expliquei aos presentes que, o DOPS já tinha tomado conhecimento que havia uma manifestação de Desagravo contra o Exmo. Sr. Presidente da República, por motivo da carestia da Vida, expliquei-lhes também que nenhuma Vila desta capital têm tido o apoio que devem ter das autoridades, somente a Vila S. Vicente de Paula o têm recebido pois somente ali se encontram homens honestos e trabalhadores.

Uma manifestação desta natureza não pode ser feita por homens honestos, e sim por desonestos e homens desclassificados.

Em seguida fiz com que soubessem que o DOPS tomará medidas enérgicas contra qualquer perturbação de Ordem Pública que se registrar naquela Vila, e disse-lhes que o DOPS estará a disposição de todos.”⁹⁶

Percebe-se no discurso do policial, uma ameaça velada contra a associação. A mensagem do DOPS é clara, a Associação receberia apoio do DOPS desde que não perturbasse a ordem pública, caso contrário, a Vila S. Vicente seria considerada local de “homens desonestos” e perigosos para a ordem e, portanto, passíveis da ação repressiva do DOPS. Na avaliação do policial, a mensagem foi entendida pelo presidente da Associação de Defesa Coletiva que agradeceu “comovido e declarou aos presentes que já ouviu rumores com referência a esta Manifestação e que qualquer perturbação será incontinenti levada ao conhecimento do DOPS.”

⁹⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 014, Pasta 0197, Imagem 1852

CAPÍTULO 2: POLÍCIA POLÍTICA -AUTONOMIA E INSERÇÃO POLÍTICA

Como vimos na parte inicial deste trabalho, a polícia política mineira incorporou e desenvolveu com eficiência o papel de salvaguarda da sociedade e da nação contra o perigo comunista, intervindo na cena política, influenciando e regulando o comportamento político da sociedade. Mas, como podemos explicar o anticomunismo na polícia? Em uma inferência mais apressada, poderíamos afirmar que, em virtude do direcionamento e da finalidade atribuída à polícia política, voltada para o controle social e manutenção da ordem pública, o anticomunismo seria um atributo natural desta instituição. No entanto, parece-nos que essa seria uma visão muito simplista para explicar o anticomunismo na polícia política mineira.

Neste capítulo, a questão central gira em torno da enorme proeminência e grande notabilidade da polícia política nas atividades anticomunistas. A documentação produzida pela polícia política revelou que o anticomunismo foi elemento predominante nas atitudes e ações dos policiais no combate ao crime político. A questão a saber é como anticomunismo se incorporou à instituição policial.

Antes, porém, uma ressalva se faz necessária. As características das fontes aqui analisadas não nos permitiram ampliar nosso olhar para as experiências pessoais do corpo de funcionários da polícia, o que nos possibilitaria a reconstrução do meio social e das relações de sociabilidades que possivelmente teriam moldado o olhar que estes policiais construíram sobre o comunismo.

Além do mais, o levantamento dessas fontes demandaria um tempo maior do que dispomos para a realização deste trabalho e esbarraria no problema característico da polícia mineira, que é a pouca vocação para a guarda de documentos, inclusive sobre os policiais que prestaram serviços em seus departamentos, o que com certeza dificultaria a localização e o

posterior levantamento sobre suas experiências pessoais, costumes, família, religião, experiências profissionais, inserção social e outros elementos que poderiam servir para mapear os canais sociais pelos quais teria se processado o recebimento do discurso anticomunista.

Nosso esforço, portanto, se restringiu em abordar alguns dos possíveis canais de contato que a polícia política manteve com outros atores políticos, os quais permitiram a assimilação e a troca de mensagens anticomunistas. Para tentarmos compreender essa questão, buscaremos traçar alguns vínculos estabelecidos entre a instituição policial e organismos e entidades sociais de caráter anticomunista. Antes disso, iremos percorrer os caminhos propostos por alguns autores em suas abordagens sobre a polícia, a fim de nos posicionarmos a respeito dos estudos já desenvolvidos sobre essa instituição e sobre o caráter anticomunista da mesma.

Até recentemente, a polícia não havia sido reconhecida no meio acadêmico como objeto de estudo.⁹⁷ Configurando um quadro de “descaso crônico,”⁹⁸ os cientistas sociais em geral deixaram de reconhecer a importância da polícia na vida política e social. Esse descaso se fez sentir também no campo dos estudos históricos, onde a instituição policial foi abordada quase sempre como um apêndice em relação ao estudo de outros objetos. Quando pensamos na Polícia Política os estudos são ainda mais escassos. Certamente um dos problemas acerca da abordagem histórica sobre essa modalidade especial de polícia recai na natureza sigilosa das investigações realizadas nesse aparato policial e, como consequência, na natureza das fontes disponíveis ao historiador. A falta de acesso à documentação produzida por esse órgão impossibilitou aos historiadores uma visão mais ampla sobre a instituição no que diz respeito à sua organização, suas formas de ação, perfil de seus agentes, projetos políticos, entre outros.

⁹⁷ Os estudos sobre a polícia começaram a se desenvolver a partir da década de 60 nos EUA no bojo dos grandes conflitos raciais que marcaram esse período. Nos anos 1980 houve uma “explosão de pesquisas sobre a polícia” nos EUA e em alguns países da Europa, acompanhada por significativa expansão quantitativa e qualitativa das pesquisas desenvolvidas. (Cf. BAYLEY, 2001; BRETAS, 1997; REINER, 2003; MONKKONEN, 2003).

⁹⁸ BAYLEY, 2001:16.

Na historiografia brasileira, a atuação da polícia na cena de embates cotidianos de repressão e resistência é o tema mais recorrente.⁹⁹ Essa vertente de estudos que se desenvolveu sob a influência da história social, a partir da década de 1960, concentrou sua atenção no período de transformação do Estado, compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX e no período da Primeira República. Sob temas e enfoques diversos as pesquisas apontam para o papel da polícia enquanto agente mantenedor da ordem social, num contexto de construção do capitalismo, segundo os preceitos da ordem burguesa do país. Nesta perspectiva, o órgão policial é entendido como instrumento das elites tendo como principal tarefa controlar, por meio de ações repressivas, a massa de trabalhadores e homens pobres que não se enquadravam nos projetos de nação da elite burguesa.

Em *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*,¹⁰⁰ a polícia carioca do período imperial transforma-se em objeto de estudo na medida em que é percebida como instância central no processo de transformação do projeto burguês em realidade social. Para Holloway, a força policial, sendo criação do Estado Moderno, concentrou suas ações nas formas repressivas de controle social, funcionando como instrumento de ação do Estado e dessa forma, possibilitando a condução dos objetivos e dos projetos políticos defendidos pela elite burguesa.

José Murilo de Carvalho, em seu livro *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi* – 1987, analisou o período de transição do Império para a República no Rio de Janeiro. Em seu estudo, o povo emerge na cena política numa relação conflituosa com o Estado. O objetivo proposto por este autor é exatamente perceber como se deu essa relação a partir da implantação de uma República que não permitiu a participação popular na vida política e cultural. A polícia aparece em seu trabalho ora como instrumento repressor do Estado, expulsando os anarquistas estrangeiros e “domesticando” os capoeiras, ora como

⁹⁹ BRETAS, 1997.

¹⁰⁰ HOLLOWAY, 1997.

órgão que, cumprindo suas obrigações formais -, protestos de massa, repressão de crimes e cumprimento das leis -, intervia na sociedade de forma a manter a ordem pública. Neste sentido, era natural que essa polícia se fizesse presente nos momentos de “desordem” social e agisse de forma “enérgica” para impor as leis do Estado visando, em última instância, a restauração da ordem.

Há, nas abordagens acima mencionadas, uma naturalização da função policial na medida em que sua ação é exatamente o que se espera de uma instituição moderna, parte do aparelho burocrático estatal e, portanto, um mero instrumento da racionalidade administrativa do Estado.¹⁰¹ As fontes policiais são utilizadas pelos autores não no sentido de perceber a instituição policial, mas com a finalidade de definir a “identidade” e o movimento de resistência por parte dos revoltosos na cena cotidiana da vida urbana no Rio de Janeiro. O período analisado pelos autores acima e o tema proposto pelos mesmos não possibilita a apresentação de evidências empíricas a respeito do caráter anticomunista da polícia. Não obstante, os autores estabelecem um padrão de análise que vincula a instituição policial aos ditames estatais.

Nos anos 1980, influenciados pela renovação no campo da História Política, os historiadores se voltam para o Estado Novo buscando através da adoção de novos temas, abordagens, métodos e fontes, enxergar as particularidades nacionais e recortes mais específicos de forma a possibilitar maior entendimento da complexidade desse momento histórico. Entre os temas explorados estão aqueles que enfocam os aspectos da política repressiva e do controle social do Estado. É por essa linha interpretativa que a polícia política ganhou destaque na historiografia brasileira, sendo abordada a partir do enfoque que privilegia seu alinhamento à política estatal como extensão dos interesses políticos do regime instituído. Nesses estudos, o caráter anticomunista da polícia política é apontado, apesar de

¹⁰¹ BRETAS,1997.

ser apresentado como assunto marginal em relação ao assunto central, que evidencia o vínculo estreito entre Estado e a instituição policial. O anticomunismo na polícia seria resultado do direcionamento estatal em conformidade a uma política repressiva.

Elizabeth Cancelli, em seu trabalho, *O mundo da violência: a polícia da era Vargas* - 1994 toma por objeto a polícia do Rio de Janeiro evidenciando o papel do Estado Vargas na criação, formação, no direcionamento da ação policial e no uso do aparato repressivo para fins políticos. Ao se propor verificar como o Estado estruturou e institucionalizou uma força de segurança, a autora aponta para a formação de um importante braço executivo do regime: a polícia política especializada e centralizada, com funções destinadas ao controle do comportamento político de modo a dar suporte ao Estado em sua política de cunho “totalitário”.

A reflexão teórica que norteia o estudo de Cancelli está centrada na noção de Totalitarismo e apresenta, como eixo de sua análise, a idéia de um Estado que não prescindiu da violência como meio para a realização de seu projeto de “integração política”, inscrito no “espírito da ordem” em uma sociedade orgânica e homogênea. No seu estudo, a polícia é entendida como o “elemento fundante da manutenção de poder e da ação do estado totalitário e da legitimação que ele pretende dar à violência e aos seus vários instrumentos de violência”¹⁰² e, fundamentalmente por isso, a política varguista levou a efeito um amplo processo de reestruturação do corpo policial favorecendo a especialização, principalmente, no que diz respeito à polícia política.

Segundo a autora, “a maior modificação verificada na organização e na estrutura policial foi a criação do Departamento Federal de Segurança Pública, por meio do qual a ação policial tornara-se federalizada com “uma centralização maior das ações e especialização dos serviços” direcionados ao controle político e social do país.

¹⁰² CANCELLI, 1994: 4.

Não obstante concordarmos com a autora quanto ao processo de especialização da polícia política ocorrido no governo Vargas, consideramos que o conceito de totalitarismo utilizado pela mesma gerou, a nosso ver, uma análise exagerada quanto a idéia de um Estado idealizador e norteador dos processos de reestruturação das forças de segurança e também com relação à afirmação de que a polícia política passou a encarar o crime de forma diferenciada do que fora até então e a exercer variadas formas de vigilância, a partir das reformas implementadas pelo governo.¹⁰³

Nessa leitura, Cancelli enfatizou o papel primordial do governo como idealizador e condutor das reformas do aparato de segurança de modo a atender aos imperativos de sua política totalitária. A autora não considerou que desde as primeiras décadas do século XX, foram implantadas importantes mudanças na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal. Essas mudanças foram resultantes dos inúmeros esforços efetivados nos círculos político-administrativos da polícia civil, que reivindicavam uma polícia especializada e científica em conformidade às concepções positivistas e cientificistas em voga no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Além disso, essa leitura despreza a tradição repressiva e anticomunista presente na polícia civil já na década de 1920, em favor da idéia de que o anticomunismo na polícia seria o resultado de uma política direcionada pelo Estado. Com efeito, contrariando a visão de que o anticomunismo deriva do Estado, é possível afirmar que a política varguista, embora tenha empreendido um considerável esforço no sentido de viabilizar a reestruturação do aparato repressivo, não desconsiderou e tão pouco rejeitou os procedimentos de vigilância e repressão arraigados na tradição de uma polícia voltada para o combate ao comunismo e ao anarquismo. Utilizou, na prática, procedimentos de vigilância e ações repressivas já presentes

¹⁰³ Ibidem: 26

na 4ª Delegacia Auxiliar, setor que, embora não especializado, foi responsável pelo controle político na década de 1920.

Ao reduzir a história da polícia política a uma condição institucional, como “braço executivo do regime”, Cancelli acaba enquadrando-a num modelo previamente construído. Tomados como um corpo institucional, os policiais não são vistos como sujeitos políticos capazes de realizar escolhas, mas sim, como um corpo de funcionários, controlados por um governo de feições totalitárias, que em suas ações cotidianas de controle e repressão referendavam a política estatal. Desconsidera-se, em sua análise, a influência de outros fatores e acontecimentos conjunturais, internos e externos, e também as experiências, as práticas políticas e culturais presentes nas atividades cotidianas dos policiais que, com certeza, contribuíram para explicar o anticomunismo na polícia.

Em suma, em suas várias vertentes, as análises historiográficas acima mencionadas consideraram a polícia civil como instituição do moderno aparato estatal e por isso, foi percebida como um corpo institucional homogêneo, diretamente vinculado às decisões políticas do Estado. O papel da polícia enquanto agente de controle político e social consistiu no cerne dessas análises, negligenciando-se outras dimensões que compõem as atitudes e conformam as ações no campo político.

Essa discussão aconteceu concomitantemente a um movimento de renovação na vertente de estudos da história política que, sob influência direta da historiografia francesa e da contribuição advinda do contato com outras disciplinas, possibilitou o questionamento acerca do papel desempenhado pelo Estado no campo político, em virtude da complexidade dos comportamentos políticos e das diversidades das instâncias de poder e de política que permeiam o todo social.

Inserido nesse debate, encontramos o trabalho de Luiz Carlos Bretas, *A guerra das ruas: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*, onde o autor estabelece uma

abordagem contrária a dos estudos acima citados, entendendo a polícia como mediadora entre o povo e o Estado. Focalizando a polícia do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, Bretas buscou perceber a vida cotidiana das delegacias cariocas de forma a possibilitar a compreensão das visões de mundo dos policiais. Seu enfoque privilegiou a polícia como mais um espaço de luta pelo poder. Neste sentido, a instituição policial deixa de ser vista como instrumento de um poder que lhe é exterior e passa a ser considerada como constituída de atores capazes de “ter interesses próprios, de participar na definição de seus poderes e atribuições, construindo seu saber específico sobre como controlar o espaço urbano.”¹⁰⁴

A nosso ver, o trabalho de Bretas é bastante significativo na medida em que contribuiu para que a história da instituição policial ganhasse visibilidade, tendo como subsídio a perspectiva sócio-cultural. Valorizando a influência dos aspectos culturais, valores e referências morais, o autor apontou para a importância desses elementos na conformação das ações policiais no campo do político. Isso implica reconhecer que as funções de poder da polícia se fazem através de influências diversas, no contato com outras instituições, entidades e atores sociais, que se ligam aos interesses e objetivos do policial e da instituição em um dado momento histórico.

Ainda sob o viés da história política renovada, alguns estudos apontaram para o papel da polícia política em seu embate direto contra os segmentos sociais, que adotaram uma postura política contrária a do regime instituído. Os recortes propostos por alguns desses estudos possibilitaram um novo olhar sobre o comunista e o papel do comunismo na vida política brasileira bem como, da atuação da polícia política no combate a esses setores.

O estudo produzido sobre o anticomunismo no Brasil, *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta, buscou perceber, na perspectiva da longa duração, a permanência de uma tradição anticomunista reproduzida no Brasil em conjunturas

¹⁰⁴ BRETAS, 1997:28.

históricas diversas. Motta defende que o conflito entre comunismo e anticomunismo ocupou no Brasil, no decorrer do século XX, posição central em sua dinâmica política. Apontando para duas dimensões complementares, representações e ações, o autor destaca o papel da polícia política como peça importante no aparato de repressão política do Estado contra os comunistas. Salienta, sem se prender a uma análise mais profunda, a atuação da polícia política contra os “criminosos comunistas” evidenciando algumas representações anticomunistas relacionadas à violência, presentes nesta corporação. De sua análise, emerge a percepção de que a polícia política ocupou posição significativa na luta contra o comunismo, apresentando motivações consubstanciadas na crença do perigo comunista para a necessidade de vigilância e controle permanentes ante a ameaça vermelha.

Motta¹⁰⁵ nos dá a dimensão da importância do fenômeno anticomunista nos embates mobilizados por diferentes setores e grupos conservadores, que caracterizaram a política brasileira do século XX. Segundo esse autor, criaram-se, na sociedade brasileira, bases para o estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista,

“Reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade.”¹⁰⁶

A partir da contribuição oferecida pelos trabalhos acima, tomaremos a instituição policial como ator político real, que deixa de ser visto como mero instrumento estatal para ser percebido como instituição que se insere no jogo político, com autonomia relativa em relação ao estado. Neste sentido, a existência do discurso e de um sentimento anticomunista na polícia política pode ser explicada, também, como resultante de uma intrincada rede de influências

¹⁰⁵ MOTTA, 2002.

¹⁰⁶ MOTTA, 2002: XXII.

originadas a partir do contato com outros atores políticos, imersos num mesmo contexto histórico de combate ao comunismo.

Entendemos, pois, que a polícia política brasileira estava inserida historicamente no complexo quadro político do século XX, onde prevaleceu a “sensação de mal-estar e de medo diante da possível ‘demonização do mundo pelo comunismo’”.¹⁰⁷ Assim, as Delegacias ou Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social de todo o país estavam imersos numa conjuntura de combate ao “perigo vermelho”. Na lógica da ação do policiamento político os comunistas representavam o “mal” a ser combatido em nome da ordem. A vigilância constante sobre os comunistas, suspeitos em potencial, caracterizou-se como modalidade primordial de ação preventiva originando, não raro, ações arbitrárias e violentas ditadas por um forte anticomunismo presente no meio policial e na sociedade em geral.

Partidária da tradição anticomunista presente na sociedade brasileira, a polícia mineira soube apropriar-se de imagens presentes no conjunto de representações elaborados por outros organismos e instituições engajados em campanhas anticomunistas e que, acreditamos, ajudaram a conformar e a enraizar o imaginário anticomunista no meio policial.

Destacaremos nesse processo, a relação entre a polícia e duas entidades envolvidas nas campanhas anticomunistas: a imprensa não partidária e um grupo anticomunista secreto identificado pela sigla “ADC”. É sobre o impacto e a influência destas entidades no imaginário anticomunista da polícia mineira que iremos tratar a partir de agora.

¹⁰⁷ CARNEIRO, 2002:268.

2.1 - A APROPRIAÇÃO DOS SENTIDOS: IMPRENSA, POLÍCIA E IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA

No Brasil, durante décadas o comunismo foi representado como a grande ameaça aos valores estabelecidos. A propaganda anticomunista sempre esteve presente em vários órgãos e entidades sociais e governamentais, que continuamente veicularam um imaginário político sobre o PCB como inimigo da sociedade brasileira. A imprensa não partidária teve um papel destacado neste processo de constituição de imagens negativas sobre o comunismo. A ela, podemos imputar grande parcela de responsabilidade no processo de recepção, repetição, transformação e circulação de imagens sobre o comunismo e comunistas que, em última instância, pode ter contribuído para a consolidação na sociedade de uma posição política de consenso contrária ao comunismo.

A análise empreendida por Mariani¹⁰⁸ sobre os discursos jornalísticos dos principais jornais do Rio de Janeiro acerca do PCB no período entre 1922 e 1989, descortinou esse processo. A autora verificou que a imprensa, ao longo das décadas, criou formas de representar o comunismo cristalizando sentidos sobre os mesmos que “ganham sua espessura pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação”¹⁰⁹, contribuindo para consolidar uma visão negativa sobre o partido e seus adeptos.

O discurso jornalístico é compreendido pela autora como uma modalidade cujas características possibilitam a institucionalização dos sentidos. Ao se falar “sobre” algo ou assunto, a fala jornalística torna objeto aquilo sobre o que se fala, ao passo que posiciona o jornalista como um observador imparcial podendo, por isso, formular juízos de valor e emitir opiniões. Além disso, o discurso “sobre” algo ao narrar/descrever um acontecimento, o faz a

¹⁰⁸ MARIANI, 1998.

¹⁰⁹ Ibidem, 1998:63.

partir de um lugar de autoridade em que se efetua um processo de transmissão de conhecimento. Por outro lado, o efeito de narrar/descrever um acontecimento se faz sempre na relação com o campo de saberes já existentes e reconhecido pelo leitor. Em suma, o que caracteriza o ‘falar sobre’ do discurso jornalístico produz um efeito de linearidade e homogeneidade da memória atuando na institucionalização social de sentidos. É sobre esse aspecto que Mariani afirma:

“O discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada, uma vez que o discurso dos comunistas praticamente inexistente na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso do Partido, o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade.”¹¹⁰

O discurso jornalístico, fazendo crer na divulgação imparcial, isento de subjetividade da notícia ou evento, apresenta um aspecto pedagógico a partir do qual a ‘verdade’ referente a um ‘mundo objetivo’ é apresentada didaticamente ao leitor, de forma a apagar uma possível interpretação dos fatos por parte deste leitor, uma vez que sendo a notícia imparcial, os fatos falam por si. Esse aspecto didático do discurso jornalístico com relação às esquerdas, segundo Mariani, foi bastante intenso nos anos 1930, onde predominaram as definições/explicações sobre o comunismo. Ao relatar um acontecimento ou apresentar explicações sobre o que era o comunismo, os jornais, a partir de sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e moral cristã, exerceram uma determinação nos sentidos.

No processo discursivo do jornal vão sendo produzidas formas de identificação com o leitor, fazendo com que este reconheça e compartilhe os sentidos que vão sendo textualizados de acordo com o contexto histórico vivido. A produção de sentidos se realiza a

¹¹⁰ Ibidem, 1998:61.:

partir da utilização de expressões, já empregadas em contextos históricos anteriores e a partir do conjunto da memória, mobilizada lexicalmente. Isso se explica a partir da observação da formação histórica da imprensa como instituição, inserida no mesmo campo social dos leitores, marcado pela memória de uma moral, da propriedade e da cristandade. Assim, o discurso jornalístico é atravessado por um “consenso instaurado sócio-historicamente sobre o que é o Mal”,¹¹¹ que permite um processo de identificação, em função do efeito do reconhecimento por parte dos leitores, de pressupostos que estabelecem a diferença entre o bem e o mal. Dessa forma, na instituição jornalística “se espelha a imagem do sujeito de direito, ou melhor, um compromisso com a defesa do Bem”¹¹², afastando por consequência a possibilidade de uma absorção do dizer do outro (imagem do mal) e é nesta impossibilidade que a imprensa foi constituindo ao longo dos anos uma referência negativa para o comunismo:

“No campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes etc. Assim sendo, na imprensa de referência não pode haver espaço para os dizeres comunistas; quando muito, é possível a existência de gestos de simpatia, mas nada além disso.”

Cada jornal, ainda segundo Mariani, apresenta um modo próprio de enunciação sobre os comunistas e que, apesar das diferenças, marca-se por um processo de semantização negativo. A atribuição negativa feita aos comunistas por diversos jornais foi marcada jurídica e historicamente pela defesa do ideário do sujeito de direito e apresentou como principal característica a relação com as práticas sócio-históricas.

Assim, o discurso jornalístico não se constituiu pela invenção de enunciados antes inexistentes, ao contrário “é na historicidade e, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado(s) constituindo o

¹¹¹ MARIANI, 1998:84.

¹¹² Ibidem, 1988:85.

acontecimento sócio-histórico”.¹¹³ Por isso, o discurso jornalístico sobre o comunismo e seus adeptos vai se caracterizar pela repetição ao longo dos anos de um mesmo enunciado, podendo produzir ou não um outro sentido conforme o contexto histórico no qual se insere.

Assim é que se pode afirmar, conforme sustentou Mariani, que o discurso jornalístico estabelece um mecanismo de envolvimento do sujeito-leitor em um processo de filiação e interpretação de sentidos já existentes e que “leva à fixação imaginária da ilusão de uma realidade objetiva”.¹¹⁴ Ele irá atuar na prática cotidiana do leitor, na medida em que elenca e apresenta o assunto sobre o qual o leitor deve pensar direcionando sua leitura para tais assuntos, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de sentidos a partir do que já foi vivido e das indicações do que pode vir a ser. Dessa forma, os leitores, na relação estabelecida com o jornal, são “aprendizes silenciosos – o que não quer dizer passivos – sendo conduzidos, sem se dar conta, a permanecer em sua posição sócio-histórica”.¹¹⁵

Mariani também verificou que as denominações que são apresentadas nos jornais sobre os comunistas os designam e os selecionam como um conjunto específico de sujeitos dentro do todo político-social, os descrevem, a partir de um imaginário já construído e os classificam, qualificando-os dentro de um determinado universo de valores sociais também já constituído.¹¹⁶ Hegemonicamente, a produção de sentidos para comunista gira em torno de inimigo:

“(...) estas denominações tornam ‘objetiva’ uma dada ‘realidade’, reificam a existência dos comunistas com um certo olhar, produzindo o sentido de que os comunistas são inimigos.”¹¹⁷

Além disso, o discurso jornalístico convoca o imaginário da crueldade e escravização que se mantém ao longo dos anos. Nele o inimigo é representado em toda a sua

¹¹³ MARIANI, 1998:91.

¹¹⁴ Ibidem, 1998:94.

¹¹⁵ Ibidem, 1998:94.

¹¹⁶ Ibidem, 1998:119.

¹¹⁷ Ibidem, 1998:122.

crueldade, ateísmo e amoralismo. Assim, nos jornais os comunistas e o comunismo são assim denominados:

“Eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como conseqüência, são inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira. Por sua vez, o comunismo, *um abismo de escravização, uma barbárie*, é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social*, mas também como *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina*.”¹¹⁸

Na perspectiva desenvolvida por Mariani é que podemos apontar o vínculo existente entre o jornal, enquanto veículo de produção, divulgação e confirmação de um imaginário a respeito do comunismo e dos comunistas, e a polícia política receptora não passiva das imagens anticomunistas.

O vínculo entre a polícia e a imprensa se efetiva a partir das dimensões que caracterizam a produção de sentidos do discurso jornalístico. Como a imprensa, a polícia política se alimenta do tema da insegurança advindo da crença no fortalecimento da infiltração comunista no Brasil. A polícia encontra no “perigo vermelho” argumentos para obter mais meios e prestígio junto ao poder instituído além de elementos que lhe permitam, a partir da atribuição que lhe é intrínseca de manutenção da ordem política e social, fundamentar a autoridade que ela exerce ou reclama. Dessa forma, a polícia se apoiará na imprensa de onde buscará argumentos discursivos incontestáveis, haja vista serem expressões ‘isentas’ e ‘imparciais’ da ‘realidade’, para justificar o acirramento do controle e da repressão sobre os comunistas.

A imprensa teria assim, um papel importante junto à polícia política na medida em que fornecia uma gama de sentidos a respeito do comunismo que, somados ao imaginário corrente no meio policial, confirmavam a visão negativa destes sobre os comunistas.

¹¹⁸ MARIANI, 1998:123.

Em meados da década de 1930, a imagem negativa do comunismo/comunista representado como doutrina ou ideologia perigosa para o Brasil, já encontrava-se arraigado na imprensa. Conforme demonstrou Mariani, a representação do comunista como inimigo da Pátria, da família e da religião já estava, neste período, inserida no discurso jornalístico atuando consistentemente na institucionalização dos sentidos.¹¹⁹ Em alguns momentos, percebe-se que o discurso jornalístico assume um caráter de denúncia fornecendo argumentos e indicações sobre o avanço do comunismo e a atuação dos comunistas na cena política, de forma a chamar atenção para o perigo da comunização.

Dentre os artigos e matérias selecionados e arquivados pela polícia, encontramos com frequência essa modalidade do discurso jornalístico, que parece ter influenciado os policiais tanto no sentido de determinar e reafirmar uma significação negativa para o comunismo/comunista, como estabelecendo uma direção para sua leitura e apontando o local onde se processava a infiltração comunista, fazendo assim ressoar de forma constante a ameaça do perigo vermelho.

Neste sentido, destacamos a matéria intitulada “Comunismo no Triângulo...”,¹²⁰ publicada no Jornal O Diário, de Uberaba em fins dos anos 1930. A matéria chama atenção para o avanço do comunismo no Triângulo mineiro, apresentando o comunista como inimigo da ordem e da família mineira:

“A onda avassaladora do extremismo vermelho, contudo, cada dia mais se avoluma e se enraíza nas populações triangulinas perturbando a ordem, enchendo de sérios e bem fundados receios as pacatas famílias mineiras daquelas paragens.”¹²¹

Trata-se de um discurso que vai organizando uma representação negativa do comunismo, apresentando ao leitor um presente no qual a influência malévola do comunismo já se fazia sentir: “Uberlândia e Araguary, por exemplo, constituem verdadeiros focos de

¹¹⁹ MARIANI, 1998.

¹²⁰ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0233.

¹²¹ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0233.

vermelhistas provocadores”.¹²² Elementos chaves para a instituição da doutrinação da ideologia comunista são apontados como responsáveis pelo processo de desintegração da ordem e dos valores tradicionais do povo de Uberlândia:

“Em Uberlândia, a alma do movimento vandálico, é o director do Gymnásio Mineiro, albociado no confortável estabelecimento estadual, desfructando as delícias do funcionário bem aquinhoado de grossas verbas...

S. Excia, desmancha-se em tiradas mauricianas, deixando seus sequazes e meninada, (?) inexperiente, de mandíbulas escancaradas e cahidas tão somente de sonhar em a mansão paradisíaca do regime soviético...”¹²³

O discurso em questão apresenta o “surto de comunização” em Uberlândia e principais cidades do Triângulo como processo perigosamente “real” comprovado por diversas ameaças que surgiam no cotidiano das outroras pacatas cidades do Triângulo como, por exemplo, a mais recente delas que era a ameaça de dinamitação da nova Matriz da cidade de Uberlândia, caso se tentasse construí-la.

Buscando convencer o leitor sobre o perigo real da comunização do Triângulo Mineiro, principalmente na cidade de Uberlândia, o discurso jornalístico, após apresentar as causas desse processo, passa a demonstrar as consequências já visíveis resultantes da ação de extremistas:

“Entre alguns grupos de moças, de cabelos curtos e idéas curtíssimas, é voz corrente que “Deus, Pátria e Família” são vocábulos fora de moda, por antiquados, rançosos e ultra-archaicos...

E, é um facto incontestável, que as classes estudantis e proletárias estão adiantadamente trabalhadas pelo ideal de Carlos Prestes, pela A.N.L... sendo a arregimentação de elementos perigosos, feita abertamente.”¹²⁴

Essa modalidade do discurso jornalístico, produziu um referencial ilusório de que os sentidos alí presentes eram ‘verdadeiros’ e advinham de uma realidade evidente, palpável. Assim, neste discurso, o leitor é levado a assimilar os efeitos de um processo de

¹²² APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0233.

¹²³ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0233.

¹²⁴ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0233.

comunização em curso, tornado realidade pela ação de perigosos extremistas. Essa dimensão do discurso, produzia um efeito imediato na polícia política mineira, que se mobilizava contra a ameaça vermelha advinda do Triângulo, designando investigadores para “proceder a cuidadosas investigações em torno do movimento comunista das cidades de Uberlândia e Uberaba”,¹²⁵ a primeira considerada pela polícia como local em que o processo de doutrinação comunista teve “grande prestígio”, sendo apoiada pelos principais dirigentes do Partido Comunista.

Os dados contidos nas matérias jornalísticas como a citada acima, eram úteis para a polícia na identificação dos líderes extremistas de uma dada localidade. O diretor e Professor do Ginásio de Uberlândia, apontado na matéria do Jornal o Diário como a “alma do movimento vandálico” de comunização de Uberlândia, foi objeto de investigação da polícia mineira, sendo considerado um dos responsáveis pelo “processo de formação espiritual” da mocidade daquela cidade. Referindo-se à matéria do Jornal o Diário, a autoridade policial assim esclarece em relatório sobre crime motivado pela ação comunista na cidade de Uberlândia:

“Há quem suponha que o desenvolvimento da doutrina comunista no Triângulo Mineiro tenha sido decorrente do trabalho de bolchevisação e das idéias socialistas e leninistas disseminadas no Ginásio de Uberlândia pelo Professor Mário Porto e que envenenou o espírito da mocidade, sendo o responsável pelo que hoje ali ocorre.”¹²⁶

Em outra oportunidade, podemos perceber o efeito produzido pelas matérias veiculadas nos jornais sobre o procedimento de investigação policial. Era a partir dos dados presentes nessas matérias, ou simplesmente pelo fato de ali ser apresentado uma situação ‘real’ do processo de comunização, que se dava início a uma investigação. No relatório datado

¹²⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5037; Imagem 0169.

¹²⁶ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0327.

de novembro de 1937, endereçado à autoridade policial, podemos perceber essa influência a partir das conclusões do investigador :

“Regressando de Uberlândia, aonde fui para conduzir a esta capital comunistas de uma lista que me foi entregue por V. Exa., julgo de meu dever informar a V. Exc, que:

-Uberlândia é realmente o maior centro comunista do Estado, não sendo em absoluto exageradas as notícias publicadas por jornais do Estado e do Rio.(...)

-Nos estabelecimentos oficiais de ensino ainda existem comunistas, que contaminaram e ainda insuflam a mocidade, rapazes e moças.(...)”¹²⁷

A partir do final da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960, predominam nos arquivos policiais as matérias jornalísticas onde se reafirmam o perigo da infiltração comunista. Na reportagem intitulada “Infiltração Vermelha”, extraída do Jornal Estado de Minas em 1961 e arquivada sob o tema “Comunismo”, percebemos claramente o papel assumido pela imprensa junto à polícia como veículo de disseminação de sentidos sobre o comunismo:

“De uns tempos a esta parte, é evidente a infiltração extremista em certos setores da vida mineira, notadamente o meio estudantil e o ambiente sindical.

Os comunistas, felizmente, são minoria, mas acontece que, entre nós, como em outros lugares, eles atuam com mais vigor, estão sempre na linha de frente da ofensiva, dispõem de organização e de dinheiro para financiar o seu trabalho. E, quanto aos que se opõem aos seus manejos, estes agem com displicência, não se arregimentam, deixam que os outros operem sem reação. O resultado é o que se conhece. São numerosas em Minas, hoje em dia, as entidades de trabalhadores dominados por adeptos da política de Moscou, ao passo que, nas escolas superiores, sucedem-se movimentos e campanhas de inspiração nitidamente bolchevista.”¹²⁸

As matérias dos jornais O Diário e Estado de Minas estão situadas historicamente em contextos históricos diversos, porém, percebe-se que o modo de organização do discurso jornalístico persiste em ambos os exemplares, segundo modelo no

¹²⁷ APM – Fundo DOPS, Rolo 076; Pasta 5054; Imagem 2071.

¹²⁸ APM – Fundo DOPS, Rolo 010; Pasta 0109; Imagem 2067.

qual se processa uma organização e ordenação dos acontecimentos de modo a produzir explicações, a partir de preocupações presentes no ambiente político de cada época, estabelecendo causas e conseqüências. Por conseguinte, esse processo leva a uma determinação dos sentidos que ao retomar algo já sabido pelo leitor, aponta para um futuro possível e não desejável. Dessa forma, podemos inferir que há uma identificação entre o policial que selecionava e lia essa matéria com o discurso e com o tema da reportagem.

O tema da infiltração comunista será recorrente no meio policial durante toda a década de 1960, daí o interesse neste tipo de reportagem que, além de sustentar o imaginário policial a respeito da infiltração comunista, fornecia dados sobre a ‘real’ existência desta técnica subversiva. Esse tipo de reportagem era importante para a polícia porque organizava e ordenava cotidianamente os acontecimentos referentes à infiltração comunista de modo a comprovar, “no eco das paráfrases negativizadas”¹²⁹ a presença proibida dos comunistas na cena política mineira. Por outro lado, o processo de identificação da polícia em relação ao tema e ao discurso anticomunista enunciado nos jornais, se dava também em decorrência do processo de legitimação da autoridade da polícia sobre a população, emanado pelo discurso jornalístico:

“E cabe, ainda, à polícia através do Departamento de Ordem Política e Social, manter-se em permanente estado de alerta, a fim de impedir que a sociedade mineira, em todos os seus setores, continue a ser impunemente trabalhada por elementos anti-cristãos e anti-democratas. Tarefa que, aliás, não é difícil, pois que eles são conhecidos tanto os velhos, como os novos vermelhos que vão surgindo por aí afora.” (Jornal Estado de Minas.)¹³⁰

Além disso, os discursos jornalísticos foram muitas vezes apropriados de modo a servir de embasamento para a retórica policial, contribuindo para o convencimento das instâncias superiores a respeito do perigo vermelho e da conseqüente necessidade da ação repressiva policial.

¹²⁹ MARINAI, 1998:138.

¹³⁰ APM – Fundo DOPS, Rolo 010; Pasta 0109; Imagem 2067. – Jornal Estado de Minas-1961.

Vários documentos encontrados na pesquisa revelaram essa prática policial de utilização do jornal, demonstrando o envolvimento e a relação existente entre o policial, sujeito-leitor, e o sujeito narrador, aquele que produz o discurso jornalístico. O sujeito que narra/descreve, produzindo o texto jornalístico é “investido pelo leitor como aquele que sabe”.¹³¹ A posição do policial/leitor, por sua vez, é a de quem busca o embasamento necessário para confirmar/justificar sua postura contrária ao comunismo.

Neste sentido, o que resulta dessa relação é a valorização por parte do policial do discurso jornalístico como expressão da ‘verdade’ sobre o comunismo e seus adeptos. Processa-se assim, a aceitação e a assimilação por parte do policial leitor, do efeito de “didatização” produzido pela imprensa e que consistiu em apresentar ao leitor um conhecimento pronto e objetivo sobre o comunismo.

Essa prática pode ser observada a partir da solicitação feita pelo Cel. Olímpio Ferraz de Carvalho ao Delegado de Vigilância Especial em 1958, no qual o requerente solicita o cancelamento de sua “Folha de Antecedentes”, contestando a validade da mesma sob a alegação de não ser e nunca ter sido comunista.

Ao longo dos anos a polícia política havia acumulado quantidade significativa de dados e apontamentos sobre as atividades políticas do Cel. Olímpio. Este foi apontado como membro ativo das causas comunistas, dedicando seu tempo para participar de diversos movimentos, reconhecidamente comunistas segundo a versão policial, como, por exemplo, o Movimento Mineiro pela Interdição das Armas Atômicas (1950) e Associação Mineira pela Paz Mundial (1951) e também como perigoso agitador de “incautos operários”, com participação comprovada em diversas frentes grevistas do operariado mineiro. Além de participar e apoiar diversos movimentos de caráter comunista, a “Folha de Antecedentes” do

¹³¹ MARIANI, 1998:100.

Cel. Olímpio acumulava informações que, de acordo com a visão policial, não deixavam dúvidas sobre a sua condição de adepto ao comunismo:

“(...) É comprador constante de jornais comunistas, inclusive o jornal Emancipação, dirigido por extremistas do Rio de Janeiro. (...) declarou entre outras coisas, que “está solidário com os patriotas de Prestes para defende-los e orienta-los no que for preciso”, (...) Em 8 de agosto aguardou na gare (sic) da Estrada de Ferro Central do Brasil, a chegada do escritor comunista Jorge Amado, (...) Compareceu ao churrasco oferecido a Jorge Amado na Churrascaria Camponesa, desta Capital, (...) tomando assento à esquerda do homenageado, (...) Em 16 de outubro de 1952 em sua residência recebendo ordem de prisão de um Coronel do Exército que a deu em nome do Sr. General Comandante da 4ª Divisão de Infantaria pediu licença para se vestir e, obtendo-a fugiu espetacularmente saltando o muro dos fundos de sua residência,(...)”

Após constatar haver no setor de Documentação e Arquivo do Departamento “volumosa documentação que prova ser o Cel Olímpio Ferraz de Carvalho comunista militante”,¹³² o Delegado da Delegacia de Vigilância, posicionando-se perante ao Corregedor de Polícia pelo indeferimento do pedido de cancelamento da “Folha de Antecedentes”, escreve um detalhado relatório elencando as atividades “tipicamente comunistas” do Cel. Olímpio, assim concluindo:

“Senhor Corregedor: O cancelamento de notas de Olímpio Ferraz de Carvalho não pode ser concedido. Isto porque: 1) Olímpio Ferraz de Carvalho, à vista de suas atividades de comunista convicto e atuante, não nos convence com sua assertiva de que não é e nem foi comunista; 2) Seus antecedentes constituem um desmentido formal e essa assertiva; 3) Sua atuação, quer à frente de entidades de caráter subversivo, como a “Associação Mineira pela Paz Mundial”, de que era presidente, quer orientando e dirigindo greves, é nitidamente comunista; 4) Olímpio Ferraz de Carvalho está requerendo o cancelamento de seus antecedentes neste Departamento não porque esteja preocupado com as informações que a seu respeito existe nesta Repartição, mas sim, porque pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições e teme ter impugnado o registro de sua candidatura. Não há portanto, sinceridade em seu pedido de cancelamento de notas.”¹³³

¹³² APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0238; Imagem 1424.

¹³³ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0238; Imagem 1423.

Convencido de que a verdadeira finalidade da solicitação do Cel. Olimpio residia no interesse de uma futura candidatura, o que só poderia se efetivar legalmente com a certidão favorável emitida pelo DOPS, o delegado da Vigilância Especial apresentou o quinto e último tópico de suas conclusões:

“5) É oportuno transcrever trecho de entrevista do Arcebispo de Olinda de Recife, D. Antônio de Almeida de Moraes, concedida à imprensa da capital pernambucana, que assim fixou as obrigações do eleitor católico com relação aos candidatos comunistas: “Não há portanto nenhuma conciliação possível ante Catolicismo e Comunismo. A excomunhão lançada pelo Santo Padre, contra os comunistas e os que com eles colaborarem deve advertir-nos seriamente de nossa sagrada missão em momentos em que as ambições mais desordenadas pareçam apagar o senso de responsabilidade que pesa sobre cada brasileiro digno de seu nome, de sua pátria. Nenhum católico, pois, em qualquer partido que esteja, pode colaborar direta ou indiretamente com o comunismo”. Em outro tópico de sua entrevista assevera: “O que, porém ao nosso ver, constitui fato gravíssimo na vida política do país é a insensibilidade de nossos homens de elite da nação, ante o problema comunista. A insensibilidade é prenúncio de morte. Estamos nós realmente assistindo aos pródromos da morte dos políticos da democracia e dos chefes das forças econômicas da nação que recebem com aplausos ao pregoeiro da sua própria morte e aniquilamento? Haverá cegueira tão profunda que faça desaparecer o antagonismo entre democracia e comunismo? E será que a ambição enlouqueceu, a tal ponto, os nossos homens, que se pode transformar em argamassa capaz de unir coisas contraditórias e inconciliáveis?”¹³⁴

Neste tópico, o delegado se apropria do texto, transcrito de um jornal da Capital Pernambucana, no qual o Arcebispo daquela localidade fixa as obrigações do eleitor católico com relação aos candidatos comunistas. Ao transcrever o texto, o delegado pretende fundamentar sua decisão na legitimidade da imprensa enquanto veículo transmissor de um conhecimento verdadeiro e irrefutável, de modo a não haver dúvidas quanto a justeza de seu posicionamento. O texto apropriado, apresentando uma dimensão pedagógica, adverte os leitores sobre o perigo do comunismo para o processo político democrático brasileiro, ao mesmo tempo em que relembra a responsabilidade de todo “brasileiro digno” no combate ao

¹³⁴ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0238; Imagem 1423.

problema do comunismo. O autor do texto é aceito pelo policial como porta-voz de uma mensagem legítima a respeito da incompatibilidade entre a doutrina comunista, os preceitos católicos e o exercício da democracia. Aceitando a posição de autoridade do autor do texto, importante representante da hierarquia eclesiástica, bem como fazendo crer que o mesmo reunia qualidades intelectuais e morais superiores, o policial valida seu discurso e se posiciona a favor da veracidade contida em suas palavras.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o texto dá consistência aos argumentos apresentados anteriormente pelo delegado, ele exerce sobre o leitor, neste caso o Corregedor de Polícia, uma determinação de um sentido de incompatibilidade do comunismo na vida política democrática, servindo assim para relembrar e convencer aquela autoridade do perigo que uma candidatura comunista podia representar para a democracia do país, o que, por sua vez, justificaria a decisão do indeferimento do pedido de cancelamento da “Folha de Antecedentes” do Cel. Olímpio.

Esse processo de apropriação do discurso jornalístico foi recorrente em diversas situações. Em ofício enviado pela polícia ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em julho de 1953, prestando informações para instrução de Mandado de Segurança impetrado pela “Editora Jornal do Povo Ltda”, revela-se novamente a utilização de artigos anticomunistas veiculados pela imprensa com o intuito de convencimento de uma instância superior, sobre o perigo latente representado pela ação subversiva dos comunistas. Entendendo ser o Jornal do Povo o “porta-voz” do PCB, com grande responsabilidade na intensa difusão de “maldões princípios” comunistas entre as classes operárias e “menos cultas” do Estado de Minas Gerais e enumerando vários crimes cometidos pelo mesmo em sua “desenfreada propaganda de doutrina e prática comunista”,¹³⁵ a autoridade policial se empenhou em apresentar dados que comprovassem ser o “Jornal do Povo” um órgão da

¹³⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0169.

imprensa comunista, para tanto juntando diversas matérias jornalísticas de caráter anticomunista que foram enviadas, anexo ao ofício, ao Tribunal de Justiça:

*“Juntam-se, também, como simples mostra, e como lembrança, dentre centenas existentes, cerca de duas dezenas de recortes de vários jornais do país, contendo, de inúmeros publicistas – inclusive de altas autoridades da República, palavras de advertência contra o perigo da infiltração comunista que, audaciosamente, com simulações e disfarces de toda espécie, alastra-se pelo país, a cada passo subvertendo a ordem, máxime a econômica, através de incitações a greves e até à sabotagem, com tendência, manifesta e clara de, por meios violentos preconizados, mudar a ordem política estabelecida na Constituição Nacional”.*¹³⁶

Nota-se que, também neste caso, as matérias jornalísticas são apropriadas como expressão da verdade sobre o perigo da infiltração comunista e ganham importância por seu caráter didático e de advertência. Considerando-se o fato de que as matérias foram escritas por “publicistas”, entre eles “altas autoridades da República”, nota-se a dimensão de importância atribuída às matérias selecionadas, uma vez que os autores são investidos de uma posição superior, levando-se em conta tanto o grau de formação, quanto a posição política dos mesmos. Ocorre, assim, uma aceitação da posição de autoridade no quadro político brasileiro de quem escreveu a matéria, ao mesmo tempo em que há uma aceitação da capacidade de conhecimento dos mesmos e que, por sua vez, é fator de validade das análises sobre o problema da infiltração comunista no país.

Mas, como se processava esse vínculo entre a imprensa e a polícia política? Os principais focos de atenção da polícia política foram os movimentos políticos e sociais identificados ao Partido Comunista. O acompanhamento desses movimentos, bem como das atividades dos suspeitos comunistas era o principal dever dos policiais na luta contra o crime político-social. Como parte essencial para o trabalho investigativo, destacava-se a coleta de dados para o setor de arquivo de maneira a facilitar o trabalho do policial municiando-o de

¹³⁶ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0167.

informações que o possibilitasse traçar o perfil do suspeito, identificar e acompanhar suas atividades “subversivas”.

Consubstanciado na “lógica da suspeição” o processo investigativo era um trabalho diário que exigia atenção constante do policial em torno do crime político-social. O policial era orientado a realizar uma investigação minuciosa: “*Anotar tudo, com referência aos investigado; seus costumes, encontros, hábitos familiares, horas de recolhimento, horas de saída do lar, vícios, defeitos físicos, trajés que usa, tics nervosos, endereços de amigos e parentes.*”¹³⁷ Vários foram os meios utilizados pelos policiais para conseguir-se ‘provas’ e elementos que os permitissem identificar as atividades subversivas dos comunistas, dentre elas a infiltração, a “campana”,¹³⁸ as buscas domiciliares e as detenções.

No entanto, parte expressiva dos dados do arquivo criado pela polícia e que tinha por função orientar a ação dos investigadores, era obtida através da verificação diária dos jornais. Mesmo antes de se tornar um Departamento Especializado, a polícia política mineira realizava diariamente uma varredura nos principais jornais publicados na capital e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais eram selecionadas e arquivadas as matérias relacionadas ao tema comunismo. A partir da transformação da polícia política em Departamento de Ordem Política e Social, esse procedimento se aperfeiçoou sendo criado uma seção voltada especialmente para a “Verificação de Jornais”. Ali as notícias consideradas mais importantes eram selecionadas, recortadas e coladas em impresso próprio onde se identificava a fonte da publicação, a data e o tema, para posteriormente ser arquivado.

Essa leitura diária era fonte de informação sobre as atividades das principais lideranças comunistas de Minas e de outros estados, os principais temas e assuntos de interesse do Partido Comunista, sobre os locais de reuniões, encontros e congressos, sobre a programação de manifestos, comícios, passeatas e greves, publicação de jornais de esquerda,

¹³⁷ APOLLÔNIO, 1954:149.

¹³⁸ Na gíria policial ‘campana’ é o ato de seguir e observar um indivíduo continuamente até se conseguir provas contra o mesmo. Cf. APOLLÔNIO, 1954:152.

eleições, informações sobre estudantes, professores, etc. A partir dessas informações, e dependendo da gravidade do fato anunciado pela imprensa a polícia podia dar início a uma investigação completa que visava comprovar a existência de uma ação desestabilizadora ou mesmo se mobilizar de forma a reprimir as ações consideradas subversivas. A título de exemplo, destacaremos algumas passagens constantes nos relatórios policiais e/ou folha de antecedentes políticos-sociais referentes a informações sobre as atividades comunistas, obtidas nos principais jornais em circulação do Estado:

“O Jornal de Belo Horizonte, ‘Folha de Minas’, publica, em sua edição de 13 de dezembro de 1946, uma relação de candidatos do P.C.B. à Assembléia Legislativa Estadual, vendo-se o nome do marginado como um dos citados candidatos.”¹³⁹

“ ‘O DIÁRIO’, em edição de abril do corrente ano, noticiou que o professor mineiro, HEITOR MARTINS encontra-se nos Estados Unidos, lecionando na Universidade de Novo México, em Albuquerque. Trata-se de HEITOR MIRANDA MARTINS, filho de Joaquim Pedro Martins e Emilia Miranda Martins, nascido nesta Capital em 22 de julho de 1933, antigo militante da União da Juventude comunista do Brasil, que participou de campanhas para angariar fundos de auxílio à imprensa comunista no Brasil e que em 1955 foi excluído do C.P.O.R. de Belo Horizonte, por ser comunista.”¹⁴⁰

“Conforme fora divulgado pela imprensa de Belo Horizonte, o Sr. Luiz Carlos Prestes deveria chegar a capital mineira dia 30 de Maio do Corrente ano, às 9,30 horas, viajando por avião. Chegou, de fato, no dia marcado, só desembarcando, porém, no Aeroporto da Pampulha, às 14,30 horas.”¹⁴¹

“FILOMENA MELILO ZILLER - Conforme publica o Estado de Minas de 22/11/1945 foi convidada a comparecer a uma reunião para organização de uma grande ‘Comissão Organizadora do Comício em que falará aos mineiros o engenheiro Yedo Fiúza’. Em 28 de agosto de 1950 foi publicada pelo Diário da Tarde uma relação das pessoas que mais haviam coletado assinaturas para o ‘Movimento Mineiro pela Interdição das Armas Atômicas’, figurando Filomena Ziller com um total de 315. Fez parte de uma comissão que

¹³⁹ Arquivo Particular David Hazan – Informe nº 6, de 18 de março de 1958 – Antecedentes de Comunistas.

¹⁴⁰ APM – Fundo DOPS, Rolo 011; Pasta 0120; Imagem 1116.

¹⁴¹ Arquivo Particular David Hazan – Informe nº 9 – julho de 1959 – Visita de Luiz Carlos Prestes a Belo Horizonte.

foi a sede de “O Diário” protestar contra as medidas policiais que impediram a realização do Comício pela ‘Interdição da Bomba Atômica’ (O Diário de 5/9/1950). Conforme publica o Diário da Tarde em Edição de 8/8/1949, compareceu à sede daquele vespertino para protestar contra a dissolução, pela polícia, da passeata contra a carestia; (...).”¹⁴²

Vê-se, portanto, que a partir das informações veiculadas pela imprensa, a polícia criava ou alimentava fichas e dossiês já existentes em seus arquivos sobre os comunistas. Verificamos assim, uma outra dimensão do vínculo existente entre a imprensa e a polícia. A imprensa era importante também porque ela fornecia dados e indicações sobre a movimentação subversiva dos comunistas, sobre as suas formas e locais de ação, sobre as falas proferidas pelos líderes comunistas, sobre os contatos mantidos por eles, enfim a imprensa fornecia a ‘prova’ da ação subversiva.

Outro procedimento que favoreceu o vínculo entre a polícia mineira e a imprensa foi bastante visível nos anos 1950, ocasião em que houve um estreitamento nas relações de intercâmbio entre a DOP mineira e o DOPS de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas delegacias mantiveram um sistema de troca de relatórios sobre as atividades diárias desenvolvidas em torno da repressão ao comunismo. Nesta troca de informações, era comum que as delegacias do Rio e de São Paulo enviassem a minas matérias jornalísticas referentes ao comunismo, contribuindo assim para o processo de aceitação do imaginário anticomunista exposto nesses veículos.

Há que se ressaltar ainda, que o processo de assimilação/aceitação por parte da polícia política do imaginário anticomunista presente no discurso jornalístico se dava, também, pela negativa, pela contraposição das idéias e argumentos apresentados nas publicações de esquerda. A partir dos anos 1950 até 1964, verifica-se um aumento em Minas Gerais dos jornais de esquerda, alguns de caráter nitidamente comunista, como por exemplo,

¹⁴² Arquivo Particular David Hazan – Antecedentes políticos de Filomena Melilo Ziller.

o Jornal do Povo. O surgimento desses Jornais talvez possa ser explicado pela falta de espaço nos Jornais de referência para o discurso comunista, haja vista predominar nesses jornais a formação discursiva política dominante.

A polícia mineira, ainda obedecendo a lógica da desconfiança, fazia uma leitura sistemática dessas publicações e era por meio delas que ela apreendia as principais informações e referências sobre o inimigo. Assim como as publicações da imprensa de direita, que buscavam apresentar o assunto tratado de forma o mais pedagógica possível, os jornais e as publicações de esquerda também possibilitavam uma leitura didática sobre o comunismo. Porém, para a polícia, a apreensão do conhecimento e das imagens expostas nestas publicações ocorria pela negação, ou seja, tudo aquilo que era escrito sobre a ‘verdade’ comunista era interpretado pelo viés da negação e da contraposição. Assim, o discurso jornalístico de esquerda era imediatamente apropriado como ‘prova’ incontestável das verdadeiras intenções dos adeptos do credo vermelho.

As referências constantes nestes jornais sobre as atividades políticas desenvolvidas em dado momento, eram importantes o bastante para serem apropriadas como exemplo das intenções maléficas e subversivas do suspeito e, portanto, passíveis de serem lançadas na ‘folha de antecedentes políticos-sociais’ do suspeito:

“Os candidatos comunistas, entre os quais o marginado, tiveram seus nomes incluídos na chamada ‘Chapa Popular’, publicada no “Jornal do Povo” de 17 de janeiro de 1947.”¹⁴³

“João Firmino Luzia – (...) Em 30/11/55 concedeu entrevista, na qualidade de presidente do MNPT (Movimento Nacional Popular Trabalhista) ao órgão comunista Jornal do Povo, a propósito da vinda a esta Capital do Ministro do Trabalho, Nelson Omega; (...) Tomou parte no comício pró-anistia, realizado no Barreiro, conforme notícia veiculada no Jornal do Povo de 20/4/56; (...)”¹⁴⁴

¹⁴³ Arquivo Particular David Hazan – Informe nº 6, de 18 de março de 1958 – Antecedentes de comunistas.

¹⁴⁴ Arquivo Particular David Hazan – Antecedentes de João Firmino Luzia.

2.2 - A “ADC” E A DIFUSÃO DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA

A despeito da importância da imprensa como veículo propagador de um imaginário anticomunista, a ênfase no combate ao comunismo também foi motivo da existência de entidades e grupos anticomunistas que surgiram no Brasil a partir da década de 1930.

Motta¹⁴⁵ desvela a criação de diversas entidades cujo papel na divulgação da bandeira anticomunista foi bastante expressivo em períodos em que o comunismo foi percebido como grave ameaça. Ressalta ainda, a atuação dessas entidades nos momentos de arrefecimento do temor comunista, quando coube a elas a tarefa de manter acesa a ‘chama’ da luta contra o comunismo. O autor demonstra a força das entidades e grupos anticomunistas que teriam garantido a reprodução dos valores e argumentos anticomunistas, mantendo viva “...uma tradição que foi retomada pelo conjunto dos setores sociais conservadores nas fases de medo mais agudo à ‘ameaça’”.¹⁴⁶

Uma das organizações anticomunistas que se destacaram no momento anterior ao que Motta denominou como “segundo grande surto anticomunista” (1961-1964) foi uma entidade denominada ADC. Por seu caráter secreto não foi possível identificar o significado da sigla que a denominava, além disso, a entidade conseguiu manter no anonimato os nomes de seus responsáveis e participantes. A única referência que foi possível identificar é quanto à localização de sua sede no Estado de São Paulo, mesmo assim, não há alusão quanto ao endereço existindo somente a indicação da “Caixa Postal” n°s “5293”, “3484” e “8432”.

¹⁴⁵ MOTTA, 2002.

¹⁴⁶ Ibidem:137.

A ADC apresentava como importante característica a ação direcionada à propaganda anticomunista¹⁴⁷, dedicando-se intensamente às atividades de divulgação do anticomunismo. No período que compreende o final dos anos 1940 até a metade dos anos 1950, a ADC teve atuação intensa junto à polícia política mineira.

Nesse período, a DEOP foi abastecida mensalmente com uma edição produzida pela ADC com o título “Imprensa e Comunismo”. O próprio título da publicação é indicativo do formato editorial adotado pela ADC. Trata-se de uma compilação de textos jornalísticos sobre o tema comunismo publicado nos principais jornais das grandes capitais brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre os títulos constantes na documentação, encontramos:

“A farsa pacifista – Estado de São Paulo; A ofensiva vermelha da paz – O Jornal; Literatura Soviética – Jornal do Brasil; Festival (comunista) da juventude – Tribuna da Imprensa; A revolução pretista – Correio da Manhã; A paz e a guerra para os Soviets – Diário de São Paulo; Perigo iminente – O Estado de São Paulo; A União Soviética e o problema da paz – Folha da Manhã; A tática comunista – Diário Carioca; A guerra de nervos e a ofensiva da paz (?).”¹⁴⁸

A DEOP recebia ainda da ADC uma publicação sob o formato de um boletim interno intitulado “RADIOPRESS – DIVULGAÇÃO INTERNA”¹⁴⁹, contendo artigos sobre temas envolvendo a ação dos comunistas. Esses artigos não faziam menção à fonte utilizada e, tão pouco, eram assinados. O aspecto de divulgação e propaganda do anticomunismo ainda é característica presente nos artigos divulgados pelo Radiopress, mas estes apresentavam, sobretudo, um caráter educativo. A intenção implícita nos artigos é de instruir o(s) leitor(es) sobre o sistema comunista e sobre a ação dos seus adeptos. Vários foram os temas divulgados pelo formato Radiopress levando aos leitores informações sobre a situação nas chamadas

¹⁴⁷ Ver MOTTA, 2002:141.

¹⁴⁸ Arquivo Particular David Hazan.

¹⁴⁹ Arquivo Particular David Hazan

democracias populares, sempre sob a ótica de uma análise que buscava evidenciar os pontos negativos da política comunista. Destacamos, para exemplificar, algumas sentenças extraídas dos textos da ADC que demonstram o esforço em divulgar e convencer o leitor sobre as péssimas condições de vida imposta aos povos sob o domínio comunista:

*“Na Hungria, a carência física de frutas cítricas é muito grande. O preço de um limão é ali bem mais elevado. (...) A população faz verdadeiras caçadas a essas preciosas frutas.”*¹⁵⁰

*“O viajante comercial cujas informações estão transmitindo aos leitores acrescentou ainda que toda a população da Hungria está uniforme e pobremente vestida, de um modo medíocre senão mesmo miserável.”*¹⁵¹

*“Budapest, outrora uma deliciosa e florescente cidade do Danúbio, não é atualmente mais do que uma sombra apagada do seu brilhante passado.(...) Tudo o que caracteriza uma grande cidade moderna lhe falta. O tráfego é insignificante, a escolha de objetos expostos nas vitrines é incrivelmente pobre, as pessoas estão miseravelmente vestidas. (...) Em todos os cantos desta cidade que já foi célebre por sua alegria, observa-se tristeza, pobreza e muitas vezes desespero. As pessoas perambulam pelas ruas com uma expressão tensa, sem um sorriso no rosto, abatidas e desanimadas.”*¹⁵²

*“A coletivização forçada que se iniciou em 1929 distinguiu-se profundamente do “comunismo de guerra”. O Estado não se limitou a requisitar. Ele desorganiza de maneira brutal as relações de propriedade e as condições de trabalho: ele coloca os camponeses nos Kolkoses, obriga-os a um trabalho forçado, prescreve tarefas complicadas em troca de um salário miserável e sem nenhum outro estímulo a não ser o medo da polícia secreta.”*¹⁵³

Um dos temas exaustivamente tratado nas publicações citadas é a Campanha pela Paz, que nos anos 1950 mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. Os artigos têm como principal objetivo denunciar a ligação do Partido Comunista com os Movimentos

¹⁵⁰ Arquivo Particular David Hazan – ADC -Radiopres nº 173.

¹⁵¹ Arquivo Particular David Hazan – ADC - Radiopres nº 173.

¹⁵² Arquivo Particular David Hazan – ADC – Radiopres nº 190.

¹⁵³ Arquivo Particular David Hazan – ADC – Radiopres nº 185

pela Paz. Dessa forma, a mensagem principal dos textos é o perigo representado pela “ação sorrateira do Partido Comunista” que, mesmo na ilegalidade, estava por trás dos movimentos, cujos objetivos aparentemente nada tinham com o comunismo.

Os discursos anticomunistas dos artigos se estruturam de forma a denunciar a ‘verdadeira’ intenção dos comunistas ao se envolverem com os movimentos pela paz. A estruturação discursiva do texto apresenta passagens onde se descortina ao leitor as mais sórdidas intenções dos agentes vermelhos.

Assim, os comunistas são acusados de provocar a agitação com o intuito de enfraquecer a resistência da democracia brasileira ante as investidas da União Soviética:

“...foram os comunistas que inventaram o movimento, que o promovem, que se encarregaram de sua propaganda, que encherão as assembléias, que decidirão na hora certa de votar moções e manifestos e que converterão tudo numa ofensiva contra as medidas de defesa e prevenção que as democracias têm tomado para enfrentar a União soviética.”¹⁵⁴

A razão para o interesse comunista nos movimentos pela paz aparece de forma mais explícita no trecho a seguir:

“A campanha da paz é a revolução em marcha. Não passa realmente de uma tática de luta, um elástico e construtivo(Sic) cavalo de Tróia para a penetração do imperialismo vermelho. (...) É o estímulo à revolta, é a exacerbação das intrigas entre os povos, entre governantes e governados e entre as classes.”¹⁵⁵

Em outra citação, reitera-se o verdadeiro objetivo dos movimentos pela paz:

“O movimento “pró-paz”, visa na verdade, o desarmamento das consciências livres e a criação de um ambiente de confusão interna nos países democráticos. (...) É claro que o movimento “pró-paz”, é no fundo uma posição de guerra tão agressiva como o movimento “pró-soviético” dos chefes comunistas. Os que aderiram a este movimento ou são tolos e irresponsáveis, ou, como os líderes comunistas, estão dispostos a trair conscientemente suas pátrias.”¹⁵⁶

¹⁵⁴ Arquivo Particular David Hazan – Imprensa e Comunismo, nº2.

¹⁵⁵ Arquivo Particular David Hazan – Imprensa e Comunismo Totalitário – nº25.

¹⁵⁶ Arquivo Particular David Hazan – Imprensa e Comunismo Totalitário – nº45.

Percebe-se ainda a construção e a atribuição de imagens negativas aos comunistas, à União Soviética e aos países sob sua influência. Os comunistas são apresentados como instrumentos da URSS para a execução de sua política internacional. São acusados de impatrióticos, visto sua postura de completa subserviência aos interesses soviéticos, mesmo contra os interesses de seu próprio país. São, portanto, considerados inimigos perigosos, uma vez que não se importam com os efeitos negativos que venham a produzir sobre as massas nacionais, ao contrário, trabalham a favor da propaganda e da conspiração comunista infiltrando-se em setores estratégicos da sociedade brasileira a fim de “invadir e dominar o espírito desaperecebido do povo”,¹⁵⁷ criando um espírito revolucionário.

A imagem do comunista traidor da pátria é reiterada em várias passagens onde se sobrealça a importância das declarações proferidas pelo líder comunista no Brasil, Luiz Carlos Prestes, que teria se posicionado a favor da URSS disposto a apoiá-la mesmo numa guerra contra seu próprio país.

As versões sobre a realidade política, social e econômica da URSS e demais países socialistas, são profusamente divulgadas com o objetivo que visa demonstrar um modo de vida nada compatível à visão do paraíso socialista. Apontando para a exploração do governo socialista sobre os trabalhadores, o artigo intitulado “O Sistema de Trabalho na Polônia”¹⁵⁸ desvela as miseráveis condições de vida do trabalhador polonês e descreve as privações e punições impostas ao mesmo após o decreto de uma lei que praticamente havia introduzido o trabalho forçado, obrigando homens e mulheres a “trabalharem até o ponto em que nada mais se lhes pode extrair”.¹⁵⁹ A situação da juventude comunista também é objeto de análise detalhada onde destaca-se as dificuldades encontradas pelos jovens, recém formados nos estudos secundários, impedidos pelo governo de continuar seus estudos, uma vez que estes eram enviados para o trabalho nas indústrias. Aqueles que conseguissem continuar os

¹⁵⁷ Arquivo Particular David Hazan – Imprensa e Comunismo Totalitário – nº2.

¹⁵⁸ Arquivo Particular David Hazan – Radiopress – Divulgação Interna nº 81.

¹⁵⁹ Arquivo Particular David Hazan – Radiopress – Divulgação Interna, nº81.

estudos, ingressando em cursos universitários seriam obrigados a passar suas férias em fazendas coletivas a fim de se familiarizarem com os métodos de produção em vigor. A repressão a liberdades individuais é ressaltada através de exemplos que comprovam a agressão do governo comunista contra a população:

“Nas democracias populares e na Rumania em particular, a reunião(Sic) de mais de 3 pessoas, sem autorização especial, são (sic) formalmente proibidas. Como na realidade as autoridade comunistas não podem proibir aos parentes e aos amigos de acompanhar o enterro de uma pessoa querida – um decreto recente fixa em 45 minutos a duração máxima da cerimônia fúnebre. Decorrido o prazo, todos os participantes devem se dispersar sem demora, sob pena de sansões.”¹⁶⁰

As acusações sobre a corrupção e enriquecimento pessoal de altos membros do Partido Comunista também foi uma estratégia de detração muito utilizada nos textos divulgados pela ADC.:

“O lado obscuro da empresa J.V. Stalin, acaba de surgir agora, por ocasião da XXII conferência da região proletária de Moscou. Essa conferência tratou principalmente das questões do SIS. Não poucos delegados declararam que se teria cometido graves erros na escolha dos quadros e no treinamento do pessoal administrativo da empresa SIS... Alguns funcionários construíram palacetes com o material pertencente à fábrica. Entre as pessoas que violaram a propriedade oficial se encontram os conhecidos comunistas Andreev, Lebedev, Uralski, Pokrovaki e outros.”¹⁶¹

Conforme seu intento de lutar contra o comunismo, a ADC denunciava em suas publicações a forma como os comunistas agiam para abalar e destruir o sistema político e social da nação. Nos textos, reforça-se a imagem do comunista como grande inimigo das nações democráticas. A falsidade e a traição são as principais características atribuídas ao comunista e contribuem para configurar a visão dos comunistas como responsáveis por toda sorte de infortúnios e desavenças. Essa visão é reiterada nos exemplos que apresentam um

¹⁶⁰ Arquivo Particular David Hazan – Radiopress – Divulgação Interna, nº139.

¹⁶¹ Arquivo Particular David Hazan – Radiopress – Divulgação Interna, nº 92.

quadro de precárias condições econômicas e sociais nos países dominados pelo comunismo, condições estas agravadas pela total inexistência das liberdades individuais.

Os textos anticomunistas veiculados pela ADC corporificam a ameaça real e potencial do comunismo nos países ocidentais e apresentam um sentido generalizante sobre os malefícios do mesmo. A identificação do inimigo comunista alia-se ao modo de caracterizar nitidamente o comunismo como a ameaça à ordem instituída e que, portanto, deveria ser reprimida. Retoricamente, ocorre o que Ferreira¹⁶² identificou como denominação por “indução de sentidos”, ou seja, a denominação dos sentidos se processa pela indução do leitor a “acreditar que se o comunismo a nível internacional se comporta daquela maneira e com aqueles fins, também se comportará desta maneira no Brasil”.¹⁶³

A polícia política mineira, a quem as publicações foram endereçadas, não ficou imune ao conteúdo anticomunista propagandeado pela ADC. Foi possível observar no conjunto dos relatórios escritos pelas autoridades policiais na década de 1950, a alusão a imagens do inimigo, da traição e da dissimulação atribuídas aos comunistas. A estrutura discursiva dos relatórios, que em sua maioria versavam sobre os Movimentos pela Paz, foi se constituindo de forma bem semelhante à estrutura adotada nas publicações da ADC. Antes de atribuir a infração penal e relatar o acontecimento que deu origem ao inquérito policial, o delegado apresentava um histórico sobre a atuação dos comunistas de forma a situar o leitor, no caso a instância judiciária, do contexto político/social no qual se processou o delito. É neste processo discursivo, em que se descortinam várias imagens anticomunistas, que podemos perceber a influência das publicações da ADC sobre a polícia, na medida em que notamos a apropriação do conteúdo e das imagens anticomunistas veiculados pela ADC.

O tema da Campanha pró Paz, motivo de preocupação tanto da ADC quanto da polícia, possibilitou a esta a assimilação dos argumentos muito utilizados pela ADC,

¹⁶² FERREIRA, 1986:247.

¹⁶³ Ibidem, 1989:247.

contrários a existência de tais movimentos. Assim, as referências sobre a ação dos comunistas na preparação desses movimentos, bem como as afirmações e os argumentos relativos às verdadeiras intenções dos comunistas, são assimilados pela polícia que reproduz nos relatórios de inquérito policial a idéia central sustentada nos discursos da ADC, quais sejam, a intenção de enfraquecimento das defesas do país face a uma situação de perturbação da ordem político e social de forma a privilegiar os desígnios imperialistas da URSS:

“No intuito de enfraquecer a resistência do mundo livre, aos propósitos de dominação comunista, surgiram os “Movimentos Pró Paz” (...).”¹⁶⁴

“Em poucas palavras, podemos assegurar que o Movimento dos Partidários da Paz só tem uma finalidade: debilitar as energias cívicas das nações do mundo Ocidental, de forma a estarem preparadas as suas populações para o grande desfecho que é a deflagração da guerra por parte da Rússia e seus satélites.”¹⁶⁵

Um outro tipo de publicação era enviado pela ADC à DEOP mineira sob o formato de um boletim periódico intitulado “CRISTIANISMO E COMUNISMO TOTALITÁRIO”. Nestes boletins, o conteúdo dos artigos é relacionado ao tema comunismo e religião. Dos assuntos abordados emergem representações relativas a URSS e demais países adeptos do comunismo, com destaque para o ateísmo comunista e para as denúncias sobre a perseguição comunista à religião.

Os comunistas são apresentados como ateus convictos, e promotores de toda sorte de perseguição sangrenta e insidiosa contra a religião. Os textos, no formato informativo, destacam a nefasta ação dos comunistas sobre a religião:

“... a atividade religiosa propriamente dita é cada vez mais reprimida pelos comunistas. (...) as igrejas e casas de culto são frequentemente confiscadas ou fechadas. A perseguição religiosa aumenta de uma maneira terrível. Proibi-se o tocar dos sinos e é

¹⁶⁴ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0277; Imagem 0319.

¹⁶⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0205.

rigorosamente interdita a freqüência de crianças nos cultos ou nas escolas paroquiais. Todos os meios são empregados para dificultar a vida das pessoas religiosas, ou se impõem um trabalho suplementar aos que forem à missa, ou se criam novos obstáculos ao casamento religioso, enfim, sempre se faz uma sistemática obstrução aos candidatos às carreiras governamentais, que tenham algum sentimento religioso.”¹⁶⁶

Em outra sentença, reitera-se a crueldade dos comunistas na tentativa de destruição da religião:

“A história da política soviética para com a religião é uma história que vae, desde a perseguição e a mortandade, até o engano, o suborno, a corrupção, a ameaça e a acaparação. Todos estes processos são usados, simultânea ou separadamente conforme convenha, para destruir a religião, torná-la inoperante ou reduzi-la a um mero instrumento do comunismo.”¹⁶⁷

Nestes trechos e em vários outros que compõem os textos do boletim, a religião é o objeto da ação maléfica dos comunistas. Os sujeitos dessas ações são acusados de agir de forma a destruir a religião gerando um mundo destituído dos valores tradicionais e morais cristãos, tal como estava acontecendo na China:

“Instintos que ficaram sufocados por um código social muito severo durante milhares de anos explodem com brutalidade e sadismo quando os valores tradicionais são abolidos. O governo comunista chinês exorta os casados, que não podem viver juntos por trabalharem em lugares diferentes, a se divorciarem. Aconselha-se o divórcio a um marido que tenha uma formação “mais comunista” do que sua esposa. O divórcio, em cinco anos, se tornou uma importante instituição social.

A família, como instituição burguesa tem de ser “liberada”. Os indivíduos pertencem ao Estado antes de pertencer a sua família. Eis a razão porque as crianças têm de espiar e eventualmente denunciar seus pais.”¹⁶⁸

O conteúdo do boletim “Cristianismo e Comunismo Totalitário” apresentava o comunismo como um perigo aos valores mais caros ao indivíduo e a sociedade, como os laços

¹⁶⁶ Arquivo Particular David Hazan – Cristianismo e Comunismo Totalitário – Boletim Periódico nº 19.

¹⁶⁷ Arquivo Particular David Hazan – Cristianismo e Comunismo Totalitário – Boletim Periódico nº 23.

¹⁶⁸ Arquivo Particular David Hazan – Cristianismo e Comunismo Totalitário – Boletim Periódico nº 190.

do casamento, a autoridade dos padres, o respeito dos filhos para com seus pais. Enfim, um sistema onde não haveria espaço para a religião e para Deus.

Para além do intento informativo e propagandístico da ADC, os boletins podem ter sido importantes para fixar, no meio policial, representações sobre o comunista como inimigos da moral, adversários ferrenhos da igreja e dos valores cristãos tradicionais.

A imagem de incompatibilidade do comunista com a igreja católica foi muito forte no meio policial pelo menos até os anos 1960 e, muitas vezes, direcionou o olhar do policial sobre o suspeito comunista. Uma das formas de identificação do suspeito se fazia através da confirmação ou não de suas práticas religiosas. O fato do suposto comunista não ter o hábito de frequentar e seguir os ritos da igreja católica podia configurar-se, na visão policial, indício da sua condição de adepto do comunismo. Assim, as atividades religiosas do mesmo eram investigadas, de modo a confirmar ou não sua condição comunista.

Neste sentido, o investigador Wilson Marques, determinado para fazer uma investigação em torno do suspeito comunista José Rodrigues Barreiro, certificou-se da idoneidade do investigado a partir da constatação de que o mesmo, juntamente com toda a sua família, pertencia à religião católica:

“A meu ver, este senhor não é comunista, e nem simpatizante do credo vermelho, pois tive oportunidade de observar o mesmo na Igreja de Lourdes, com sua esposa, e nunca o vi em reuniões e comícios de qualquer partido.”¹⁶⁹

O que procuramos mostrar até agora foi que as fontes emissoras de imagens anticomunistas, no caso aqui tratado, a Imprensa de referência e a entidade anticomunista “ADC” forneceram importante contribuição para o processo de veracidade das versões que transmitiram. O que afirmamos é que a autoridade das fontes emissoras se transmitiu para os leitores na medida em que estes se identificaram e, também, necessitaram deste relato para

¹⁶⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 085; Pasta 5288; Imagem 0364.

legitimar sua posição política. Os jornais de direita e a “ADC”, pelo seu peso político e/ou social, aliado ao poder de interditar as contra-versões (comunistas), contribuíram para formatar no leitor-policia1 a naturalização do imaginário anticomunista, ajudando a fixar na corporação policial a “verdade” sobre o comunismo e seus adeptos.

Os policiais mineiros estavam assim, envoltos em um processo marcado pela veiculação constante de discursos anticomunistas que alimentavam um imaginário a respeito da índole e das intenções dos comunistas e, conseqüentemente, da iminência do perigo vermelho. Em razão da repressão aos comunistas durante o período do Estado Novo e também no período subsequente ao término da Segunda Guerra Mundial, a versão negativizada sobre o comunismo, veiculada principalmente pelos jornais de direita e por entidades anticomunistas, será predominante sobressaindo-se ainda durante toda a década de 1950 e 1960. Neste período, as mensagens anticomunistas ganham relevância em virtude do surgimento na cena política de inúmeras entidades civis anticomunistas e também em decorrência de fatores conjunturais tais como o processo de abertura democrática do governo Kubitschek e posteriormente das propostas de reformas de base do governo João Goulart, a aproximação e o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e principalmente, o desprendimento com que os comunistas circulavam na cena política brasileira.

Praticamente todos os relatos da imprensa ou da ADC atualizavam politicamente a crença do comunismo como a grande e ativa ameaça e, neste sentido, as imagens da degradação dos países dominados pelo comunismo, da destruição da família, da igreja, dos valores tradicionais e da Pátria são constantes em seus relatos. A apropriação que a polícia fez destes discursos anticomunistas incluiu a ênfase na significação do comunista como inimigo nacional e o comunismo como o grande responsável pela dissolução da ordem política e social brasileira. Essa apropriação, que ocorria a nível da retórica anticomunista, fornecia

consistência aos argumentos utilizados pela polícia para fins de convencimento das instâncias superiores legitimando assim suas atitudes de prevenção e repressão contra os comunistas.

Porém, a assimilação/naturalização do imaginário anticomunista pela polícia política advém também de processos variados resultantes de uma grande e intrincada rede de influências que se estabeleceram a partir da relação dos policiais com outras instâncias sociais e políticas. Assim, podemos considerar que elementos do universo cultural como os valores, comportamentos, convicções e crenças, que se moldam a partir dessa intrincada rede de influências tecidas no corpo social, foram também fatores determinantes para que a polícia desempenhasse um papel mais ativo no combate ao comunismo.

Acreditamos, pois, que os policiais da polícia política mineira partilharam de uma visão de mundo, uma leitura comum sobre o comunismo enquanto ideologia contrária ao bem, projetado como o grande inimigo a ameaçar a ordem política e social do país. Esses policiais, compartilhando assim de um conjunto de representações que unia grande parte dos setores sociais brasileiros na luta contra o comunismo, imputaram um sentido a uma dada realidade, mediada por imagens negativas sobre o comunismo/comunistas. Essas imagens tornaram possível a assimilação da percepção do comunismo como mal absoluto, e serviram para conferir coesão e identidade à polícia política, enquanto instituição responsável pela salvaguarda da ordem política e social.

CAPÍTULO 3: IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E AÇÃO REPRESSIVA POLICIAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL

Neste capítulo, buscaremos perceber, nas ações e nos discursos da polícia política, o imaginário policial em relação aos comunistas. A articulação entre a noção de imaginário e anticomunismo SERÁ útil para nossa análise haja vista considerarmos que:

“Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social. Ele se traduz como sistema de idéias, de signos e de associações indissoluvelmente ligado aos modos de comportamento e de comunicação.”¹⁷⁰

Por outro lado, na medida em que o imaginário é um domínio amplo, “construído a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”,¹⁷¹ este adere a linguagens as mais diversas, admitindo, por conseguinte, a articulação com outros fenômenos. Podemos assim articulá-lo ao fenômeno do anticomunismo considerando que, no Brasil, este fenômeno consolidou-se enquanto tradição passando a ser referência constante nos movimentos de campanhas e lutas políticas e possibilitando a criação e a recriação de imagens anticomunistas.¹⁷²

Como os imaginários sociais “operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”, o fenômeno do anticomunismo no Brasil vai assegurar ao dispositivo imaginário a intervenção em diversos níveis da vida coletiva operando, “em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas,

¹⁷⁰ CAPELATO; DUTRA: 2000.

¹⁷¹ BACZKO, 1985:311.

¹⁷² MOTTA, 2002:XXII.

permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças”¹⁷³ Dessa forma, entendendo o anticomunismo como “uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”,¹⁷⁴ acreditamos ser possível pensar num imaginário anticomunista na medida em que este:

*“ (...) se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis; em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável.”*¹⁷⁵

Ademais, o imaginário é um fenômeno que intervém na esfera da ação, do exercício da autoridade e da legitimação do poder político. Como nos lembra Baczko:

*“Na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria. Às relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento.”*¹⁷⁶

Assim, entendemos que a instituição policial situa-se em um universo onde se imbricam a racionalidade administrativa e os valores, desejos, aspirações, medos e motivações. Dessa forma, a legitimação do poder de polícia não recai apenas no uso sistemático da força, mas depende também das relações de sentido que são construídas no amplo sistema simbólico constituído em torno de uma tradição anticomunista presente na sociedade brasileira. O imaginário anticomunista, entendido como elemento articulador de uma realidade político-social, configura-se, no âmbito da instituição policial, como uma das

¹⁷³ BACZKO, 1985:312.

¹⁷⁴ RODEGHERO, 2002:8

¹⁷⁵ Ibidem: 8.

¹⁷⁶ BACZKO, 1985:310

respostas que essa instituição dá aos conflitos, divisões e violências reais ou potenciais representadas pelo perigo comunista.¹⁷⁷

O perigo suscitado pela “ameaça vermelha” no Brasil, desde os primeiros anos após Revolução Russa, produziu um imaginário anticomunista compartilhado por diferentes setores conservadores possibilitando a formação de uma tradição anticomunista que serviu de base para a consolidação de uma estrutura autoritária no meio policial que persistiu ao longo do século XX.

A expressão “tradição anticomunista” foi utilizada por Sá Motta para referir-se à constituição na sociedade brasileira de um conjunto de representações, um verdadeiro imaginário anticomunista, que passou a ser elemento constante nas campanhas e lutas políticas ao longo das décadas, intensificando-se nos períodos de 1935-1937, 1946-1950 e 1961-1964, momentos em que houve a radicalização do fenômeno anticomunista em decorrência, entre outros fatores, do crescimento da influência do PCB e da esquerda em geral.¹⁷⁸

Vale destacar que a ansiedade dos setores conservadores ante a ameaça comunista gerou reações autoritárias, encorajando a vigilância e atividades repressivas da polícia política frente ao crescimento dos movimentos de oposição política de esquerda nos anos que se seguiram à criação do PCB.

A vigilância e a repressão da polícia em relação ao PCB foi facilitada ainda pela orientação estatal no que se refere à construção do modelo de criminoso social e político. Por meio da legislação, os governos brasileiros ao longo do século XX incorporaram no discurso de segurança do Estado os fatores sociais e políticos e criaram um discurso de ordem que atribuiu ao criminoso político os traços que o definiriam em contraposição ao criminoso comum.

¹⁷⁷ Ibidem: 309.

¹⁷⁸ MOTTA, 2002.

Sem dúvida, o peso da orientação estatal e da legislação contribuiu para que a repressão política e social pudesse tornar-se prática rotineira nas ações da polícia política. No entanto, o que nos interessa ressaltar é que a legitimidade do poder de polícia assentou-se na existência de um imaginário figurado pelo embate entre os inimigos (comunistas) e os defensores da nação (os policiais). O imaginário anticomunista da polícia política foi um dispositivo forte e eficiente no controle da vida social e funcionou como o motor para o exercício da autoridade e do poder de polícia sobre a sociedade. Dessa forma, podemos inferir que foi por meio do imaginário anticomunista que a polícia política forjou sua identidade, o sentido e a legitimidade para suas ações políticas.

3.1 - O ANTICOMUNISMO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL

A historiografia sobre o anticomunismo no Brasil procurou demonstrar a relação entre o anticomunismo e o processo identitário de grupos que, a partir das imagens construídas sobre os comunistas, buscavam delimitar sua identidade e demarcar seu próprio espaço na cena política.

Segundo Ferreira, o Exército muito se beneficiou com a elaboração e a emissão de uma “ideologia anticomunista”. O anticomunismo no Exército teria servido como meio para a coesão organizacional da corporação e foi usado ainda como matéria prima e como passaporte para a sua intervenção na cena política brasileira.¹⁷⁹ Rodeghero, em “O diabo é vermelho”, demonstrou como a igreja utilizou o anticomunismo para mostrar o seu lugar de

¹⁷⁹ FERREIRA, 1986.

importância dentro de uma sociedade em processo de laicização e secularização.¹⁸⁰ Sá Motta, designou a expressão “indústria do anticomunismo” referindo-se à exploração vantajosa e oportunista do “perigo vermelho” utilizado por vários agentes sociais como o Estado, a igreja, grupos e líderes políticos e órgãos de repressão ao longo do tempo.¹⁸¹ Azevedo aponta para o governo Dutra, demonstrando como este governo utilizou-se do anticomunismo para justificar a continuidade e o reforço do aparato de segurança.¹⁸²

Consideramos a validade das análises acima mencionadas e ressaltamos a importância das mesmas para a discussão sobre a utilização do anticomunismo pela polícia política mineira, para a construção de sua própria identidade e demarcação de seu espaço na cena política, a partir da delimitação da identidade do “outro”, ou seja, do inimigo comunista a quem deveria combater.

Segundo Pesavento, “a construção de uma identidade estabelece uma comunidade de sentido, dotada de uma força coesiva e transfiguradora do real. Em outras palavras, a identidade é uma construção imaginária que se apoia sobre os dados concretos do real e os reinterpreta por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido”¹⁸³

Nos documentos analisados é possível perceber que a polícia política construiu sua identidade a partir da relação de contraposição em relação aos comunistas, sendo a identidade policial edificada por meio da negativa e da detração dos mesmos.

A construção da imagem do subversivo comunista pela polícia política pode ser identificada a partir da criação do PCB, em 1922, e de sua atuação na política brasileira por meio de sua influência em diversos sindicatos operários que, na visão policial, já naquela época, obedeciam à orientação comunista.

¹⁸⁰ RODEGHERO; 1998.

¹⁸¹ MOTTA, 2002.

¹⁸² AZEVEDO; 1992.

¹⁸³ PESAVENTO; 1995: 115 – 116.

A imagem da subversão estava relacionada a quaisquer meios utilizados pelos comunistas que atendendo à orientação da Internacional Comunista tinham o objetivo de derrubar o governo instituído e promover a revolução. O subversivo era qualquer pessoa partidária, simpatizante, aliada ou militante comunista, contrária à ordem estabelecida – “aquele que subverte e é capaz de subverter”¹⁸⁴ e de utilizar as técnicas de divulgação, propaganda, agitação e cooptação das massas para a causa revolucionária.

Essencialmente, por sua capacidade de utilização das “técnicas” mencionadas, o subversivo comunista foi identificado à imagem do mal absoluto, do servo leal, que “cegamente” obedecia aos ditames do governo russo. Na identidade atribuída aos comunistas, estes aparecem como elementos vis, perigosos à nação e eficientes em seus métodos e técnicas de subversão.

Em linhas gerais, o subversivo comunista é caracterizado como elemento “sagaz”, “dissimulado”, “inteligente”, “frio”, “premeditado”, “calculista”, “perigoso”, “convicto”, “violento”, “decidido”, “agitado” e “inconstante”. O conceito de subversão foi utilizado como principal vocábulo denotativo das características acima atribuídas aos comunistas e dos “meios” e das “técnicas revolucionárias” utilizadas pelos mesmos. Por Subversão, entendia-se:

“SUBVERSÃO – (1) Emprego planejado da propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de conquistar a população para um movimento revolucionário que visa alcançar o Poder. (2) Ação tendente a enfraquecer a lealdade de uma pessoa ao seu Governo, ou organização, como prelúdio à defecção, ou ao trabalho de recrutamento. (3) Esforços para alterar o caráter ou fidelidade de uma organização. Na subversão, pode-se estabelecer a seguinte hierarquia, quanto ao grau de participação das pessoas (ordem progressiva de atuação): 1. Simpatizantes. 2. Aliados. 3. OPP. 4. Militantes. Quadros. Veja esses verbetes. Os “companheiros de viagem”, os “oportunistas” e os “inocentes úteis” também participam, porém, de forma concorrente, ou seja, sem objetivarem o mesmo que os comunistas, ou melhor, a tomada do Poder para os marxistas-leninistas.”¹⁸⁵

¹⁸⁴ Segurança Nacional e Subversão: Dicionário Teórico e Prático, 1977:341.

¹⁸⁵ Segurança Nacional e Subversão. Dicionário Teórico e Prático, 1977: 341.

A construção de uma identidade perversa dos comunistas se fez também pela oposição de seus propósitos maléficos e premeditados em relação à simplicidade e ingenuidade do povo brasileiro.

Segundo Samet¹⁸⁶, narrativas históricas sobre a construção da nacionalidade brasileira, vagueiam entre supremas passividades e /ou extremas violências do povo brasileiro, numa percepção da inexistência societária. Neste enfoque, o que se propõe é uma questão de dominação, isto é, “o modo como os produtores dos bens de unidade vão construir a idéia de conjunto em um universo de exclusão.”

Essa formatação da unidade excludente, ou “brasilidade excludente”, terá como cerne a idéia da “construção da ordem” que implica a eliminação do inimigo ou o “usufruto do outro” em nome de um bem maior. Tal postura traduz a visão paternalista das elites em relação ao povo, dito de outra forma, seria “um convite a uma arregimentação das elites para sua missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro, carente de luzes, necessitando de liderança e disciplina.”¹⁸⁷

Dessa forma, a construção do sentido de ordem se fez necessária para o processo de dominação e se configurará a partir de uma de nossas matrizes explicativas que suscita como especificidade brasileira a cordialidade e a índole pacífica da população. A “passividade” do povo brasileiro serviu assim como “veículo para uma representação adocicada da dominação”¹⁸⁸, onde a violência e a extirpação do inimigo é aceita em nome do bem maior.

É esse repertório, que envolve a possibilidade de violência, eliminação do inimigo e a incapacidade da população, que possibilitará a atuação na cena pública de instâncias, como a polícia política, capazes de endossar o “status quo” e “proteger” a população do inimigo potencial, movendo-se assim em direção à salvaguarda da nação.

¹⁸⁶SAMET; 1996: 46-55.

¹⁸⁷DIAS, 1981. – citado por SAMET; 1996:46-55.

¹⁸⁸SAMET; 1996.

Para a polícia política o povo era pouco instruído, mas essencialmente bom, pacífico, ordeiro e incapaz de ter uma noção “real” do perigo comunista.

Por isso mesmo, era passível da ação nefasta dos agentes do comunismo que, infiltrados arditamente nos setores populares, enganavam o povo na tentativa de “inocular” ideologias exóticas e incompatíveis com a nossa estrutura social. Neste sentido, qualquer tentativa dos comunistas em implantar ideologias estranhas à natureza ordeira e pacífica do povo brasileiro, consistiria em violência contra as nossas instituições e nossas estruturas sociais.

Dessa maneira, o processo identitário atribuído pela polícia aos inimigos comunistas e ao povo brasileiro resultou no entendimento da incapacidade da sociedade em assumir sozinha, enquanto povo, a reação necessária ante a extensão do perigo da infiltração comunista latente no meio social.

A atribuição de uma identidade “positiva” ao povo, ao mesmo tempo em que o incapacita a agir contra um inimigo que utiliza de artimanhas e dissimulações, sobreleva a importância da polícia, determinando que a ela caberia o papel de sujeito da necessária e legítima reação contra a expansão comunista. Assim, em contraposição à identificação negativa dos comunistas e da valorização da ‘incapacidade e ingenuidade’ do povo e ainda por delegação do Estado, a polícia se auto identificou como instituição legítima para o combate ao comunismo, atribuindo a si própria o papel de “sentinela avançada da ordem”.¹⁸⁹

Valorizar a simplicidade e a incapacidade da população implicou em valorizar o papel da polícia, esta sim, capaz de enfrentar as malícias e a arditosidade dos comunistas, legitimando por consequência a vigilância e a repressão, que permitiriam a vitória da polícia política contra o comunismo.

¹⁸⁹ APOLLONIO; 1954.

Por outro lado, a auto-imagem do policial esteve diretamente relacionada à sua capacidade de conhecimento e vigilância do inimigo comunista, vinculada à tarefa de “profilaxia social”.

O bom policial deveria penetrar a alma do inimigo, familiarizar-se com as idéias e a doutrina comunista de modo a facilitar o trabalho de identificação e combate ao subversivo. A vigilância sobre os suspeitos comunistas deveria ser exercida, sobretudo, por meio de um trabalho de infiltração e observação paciente, onde tudo referente ao suspeito deveria ser considerado, a fim de comprovar suas atividades conspirativas:

“Numa investigação, tudo interessa; por menor importância que possa aparentar uma ação, o modo de vida do investigado, mesmo de caráter privado, ele pode fornecer meios de ligação com o fato principal a ser apurado. Assim, por exemplo, é interessante anotar, no decorrer da investigação, todos os hábitos particulares do investigado, mesmo que eles não tenham ligação alguma com as atividades subversivas do comunista. Será, digamos, o hábito comum, diário, que o investigado exerce durante o período de conspiração. Tudo constará dos relatórios que serão elaborados pelo policial, pois que essas particularidades serão objetos de interrogatório, por parte da autoridade. Confirmados esses hábitos pelo interrogado, no decorrer do inquérito, surge a confissão indireta do indiciado, relativamente a outras atividades, porquanto é certo que, se o processado confirma certos atos não conspirativos, exercidos ao mesmo tempo em que se entregava à ação revolucionária, ele vem confirmar que a Polícia estava atenta, seguindo-o e anotando tudo quanto foi por ele realizado. Será o endosso do investigado ao trabalho do investigador.”¹⁹⁰

Neste processo, o policial é investido de valores e qualidades morais que o situam ao lado do bem, da ‘verdadeira’ democracia, da justiça e da defesa da Pátria. “Amor a causa”, “patriotismo”, “honestidade”, “disciplina”, “discrição”, “abnegação” e “argúcia”,¹⁹¹ eram qualidades que todo policial deveria possuir na luta incessante contra o delito político e social.

Nota-se que a vigilância policial é legitimada como única forma de se exercer o combate contra ações subversivas. A paciência, a perspicácia, o espírito observador e o espírito de sacrifício, necessários ao policial para o cumprimento de uma boa investigação,

¹⁹⁰ DUTRA LADEIRA, 1971:363.

¹⁹¹ APOLLÔNIO, 1954:148; DUTRA LADEIRA, 1971.

são apresentadas como qualidades superiores em relação aos demais cidadãos e revelam a imagem do policial bem preparado, que sabe avaliar de forma correta o grau de periculosidade dos comunistas. O perigo advindo da ação destes elementos vis e perigosos justificava a investida policial na cena pública e no âmbito da vida privada dos suspeitos.

O policial se definia como um “herói”, um “soldado a serviço do Estado e da Pátria”¹⁹². Apoiando-se na certeza de que o bom policial, “em matéria de investigação política, está prestando um relevante serviço à nação e à população que deseja um regime de ordem e tranqüilidade”¹⁹³ o policial lutava contra o comunismo, movido por um senso de justiça e do cumprimento de sua “missão”. Neste sentido, não havia incongruência entre a legitimidade dos direitos individuais e a legitimidade da ação policial na defesa social. A ação preventiva/repressiva da polícia era assim justificada pelos princípios que garantiam à polícia a intervenção social que visava reprimir os abusos à ordem pública e assentava-se na existência de um perigo iminente representado pela expansão comunista no país.

Essa postura explica o ressentimento nutrido no meio policial em relação a denúncias advindas da sociedade, da prática de violências e arbitrariedades nas ações policiais. Para a polícia, a população não tinha consciência do perigo representado pelo comunismo, e por isso, não entendia sua ação preventiva. Ao mesmo tempo em que se sentia incompreendida pela população, a polícia política defendia-se reiterando sua importância para a manutenção da ordem e reafirmando a capacidade dos policiais como homens conscientes e preparados para o combate ao comunismo e a defesa social:

“Infelizmente, a maioria do povo não compreende a verdadeira finalidade da ação preventiva da Polícia. É taxada de arbitrária, violenta, etc... (...) No tocante a polícia política, ela, com seus setores especializados, age num sentido mais preventivo, e é taxada, muitas vezes, de arbitrária. (...) Ela, possivelmente, sacrificará a liberdade momentânea de dez, vinte ou mais indivíduos, agirá em detrimento dos mesmos, mas beneficiará, quiçá, milhares de pessoas que poderiam ver-se

¹⁹² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 076, Pasta 5049, Imagem 1392.

¹⁹³ DUTRA LADEIRA, 1971.

envolvidas, involuntariamente, em escaramuças com a Polícia no momento em que a mesma estiver desenvolvendo sua ação repressiva.”¹⁹⁴

3.2 - IMAGENS DA SUBVERSÃO

O período imediato ao movimento comunista de 1935 e os anos que se seguem são especialmente interessantes para a percepção do imaginário anticomunista no meio policial. A ofensiva anticomunista, que tomará corpo nos principais grupos sociais conservadores do país, oferecerá uma gama de representações e imagens sobre os comunistas. O “perigo vermelho”, representado pela tentativa de tomada do poder pelos comunistas, suscitará esforços da polícia política para a intensa implementação de ações no sentido de acentuar a vigilância sobre o Partido e seus filiados.

Esse período de intensificação das atividades de vigilância e repressão policial, sugere pensarmos sobre as matrizes de pensamentos, em suas vertentes nacionalista conservadora, cristã e liberal, que constituíram a base para o imaginário anticomunista da polícia política.¹⁹⁵ Essas matrizes não são encontradas isoladas no imaginário anticomunista da polícia. Ao contrário, elas se misturam, se combinam e interagem na conformação desse imaginário.

A menção aos valores a serem defendidos em nome do regime, da família e da igreja se fez presente nas comunicações e relatórios que foram produzidos por autoridades e investigadores. Sobre o comunista Antônio Soares de Oliveira, preso pela DOP em 1937, a autoridade policial, Orlando Moretzsonh, emitiu o seguinte parecer:

¹⁹⁴ DUTRA LADEIRA, 1971:376.

¹⁹⁵ Segundo Motta, três foram as matrizes de pensamento que constituíram a base para a elaboração imaginária do anticomunismo de diferentes setores no Brasil: matriz nacionalista conservadora; matriz cristã e matriz liberal. (Cf. MOTTA, 2002; Ver também DUTRA, 1997.)

“Antônio Soares de Oliveira actualmente não tem profissão. Desde novembro do anno de 1935 que abandonou as funções de foguista da Estrada de Ferro Central do Brasil para viver às expensas do Partido Comunista. Não tem domicilio certo e como elemento de raro valor que é entre aquelles que desejam implantar o regimen communista no Brasil, se restabelecer-se como se espera, será destacado para qualquer outro ponto do paiz, onde sob novos rótulos, novos títulos falsos, conspirará contra o regimen, a família e a igreja.”¹⁹⁶ (grifo nosso)

Num contexto marcado pela certeza sempre presente do perigo comunista, a polícia política mineira permaneceu atenta e disposta a combater o mal representado pela ação contínua dos comunistas. Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro teve seu registro cassado, ação que confirmou a política de intolerância própria da “democracia em tempos de Guerra Fria.”¹⁹⁷ e que possibilitou uma atitude repressiva mais intensa por parte da polícia, uma vez que se fazia necessário aumentar a capacidade de defesa da nação diante da ação dos agentes do comunismo que, mesmo na ilegalidade, “dispuzeram-se a desrespeitar a decisão do Superior Tribunal Eleitoral e procuraram, atravez de inúmeros disfarces, continuar a sua luta, a sua propaganda.”¹⁹⁸

Assim, o recrudescimento da posição anticomunista da polícia política mineira foi reforçado pela condição de ilegalidade imposta ao PCB. Logo se evidenciaram no discurso policial a disposição de luta da polícia frente à ação comunista:

“Nós, nesta guerra sem quartel que estamos mantendo contra os inimigos da Pátria, não estamos lutando somente em nosso benefício ou pelos nossos particulares interesses.

Lutamos pelos princípios de liberdade que devem reger os direitos de pessoa humana, lutamos para que permaneçam intangíveis os elos que unem os brasileiros de todos os Estado numa Pátria una e indissolúvel.

Lutamos para que os ensinamentos cristãos que recebemos de nossos antepassados continuem sendo a norma de conduta que norteiem e regulem nossa vida em comum na sociedade.

Lutamos, enfim para continuar desfrutando o direito de criticar o Governo e seus dirigentes, sem o risco de ir para a cadeia.

Lutamos, portanto, para continuar livres e livres morreremos.)” José Henriques Soares – Delegado de Ordem Pública.¹⁹⁹

¹⁹⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0202.

¹⁹⁷ Ver REZNIK, 2004.

¹⁹⁸ APM – Fundo DOP/MG, Rolo 016, Pasta 0227, Imagem 0074.

¹⁹⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0337.

Claro está, no documento acima, as causas que motivaram a luta da polícia contra o comunismo: a luta pela defesa e manutenção da “Pátria una e indissolúvel”, dos “ensinamentos cristãos” e da “liberdade”.

Percebe-se que o anticomunismo na polícia política mesclava os valores católicos, liberais e conservadores de forma a sustentar seu discurso anticomunista. Neste sentido os policiais acreditavam estar lutando em defesa da nação, dos valores cristãos e da liberdade.

O imaginário constituído a partir da matriz de pensamento cristã é recorrente nos informes policiais. O comunismo é representado como filosofia contrária ao catolicismo e favorável ao desaparecimento da igreja.²⁰⁰ Esse imaginário, baseado na matriz cristã, permitiu aos investigadores estabelecerem parâmetros de identificação do comunista com base na existência ou não em suas atividades cotidianas, de práticas religiosas relativas ao catolicismo.

Na documentação analisada, porém, verificamos a predominância da matriz de vertente nacionalista conservadora nos discursos policiais. As referências à defesa da ordem e salvaguarda da nação contra o inimigo externo são recorrentes em diversos relatórios e comunicados elaborados pelos policiais.

No Brasil, desde os anos 1920, autores nacionalistas autoritários, ao lidar com o tema da ordem e da desordem, defenderam a necessidade da manutenção da ordem para se alcançar o equilíbrio social através da estruturação de uma sociedade entendida como um conjunto orgânico e coeso onde não se admitia a idéia de conflito e de contradições sociais, econômicas e políticas.²⁰¹ A polícia política brasileira, ao longo de sua existência, exprimiu essa corrente nacionalista autoritária. Como instituição pública, foi criada visando o controle

²⁰⁰ Para uma análise sobre a constituição da matriz de pensamento cristã, ver MOTTA, 2002.

²⁰¹ CHAUI, 2001; FAUSTO, 2001; DUTRA, 1997; MOTTA, 2002.

do comportamento político social e, historicamente, ocupou a posição de “sentinela da ordem” assumindo a postura de promotora da “profilaxia social”, concentrando sua atuação,

*“especialmente sobre os agitadores políticos, aqueles que preparam o ambiente em todos os seus aspectos: histórico, físico, administrativo, social, econômico, financeiro, etc., transformando-o em campo fértil para que possam facilmente germinar os movimentos subversivos.”*²⁰²

Como defensora da ordem, manifestou-se naturalmente na polícia a recusa a qualquer tipo de desordem disseminada por ideologias “subversivas e dissolventes” da unidade nacional. E foi a favor da defesa da integridade da Pátria e da ordem social e política, que o anticomunismo da polícia se manifestou de forma mais intensa.

Vale notar, que o Partido Comunista era, na visão policial, o único partido que oferecia um grave risco a ordem pública e ao Estado em virtude de ser,

“(...) o único partido revolucionário que, com um programa pré-estabelecido, pretende dominar o mundo, sublevando as classes trabalhadoras da cidade e dos campos. É essa organização, portanto, que, de fato, atenta contra o Estado e a Ordem Pública”.²⁰³

Verifica-se assim, no meio policial, a necessidade da permanente vigilância num quadro político onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva diante da ideologia comunista que, segundo a avaliação policial estava subordinada a um programa estabelecido por uma potência estrangeira e produzia a inquietação e a intranquilidade nos países do ocidente por meio das agitações sociais e de revoluções internas. O comunismo era identificado, portanto, como uma séria ameaça a ordem social e a nação porque significava a dissolução da ordem e da unidade nacional.

Assim, vistos como defensores do programa do comunismo internacional que visava à tomada do poder por meio da agitação violenta oriunda das lutas entre os grupos antagônicos, e dos distúrbios da ordem social, os comunistas foram postos na qualidade de

²⁰² Segurança Nacional e Subversão – Dicionário teórico e prático. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública. 1977 – reservado. P. 269 – verbete Polícia Política.

²⁰³ APOLLÔNIO, 1954: 476.

inimigos da Pátria. Sublevação, dissolução, ruptura, caos, são referentes que atestam a incompatibilidade entre o comunismo e a ordem. Neste sentido, todo o conjunto de expressões que denotam a desordem desdobra-se em imagens embasadas pelo anticomunismo de viés nacionalista que vêm confirmar o perigo do comunismo e da ação dos comunistas para a nação brasileira, reafirmando a dicotomia entre os policiais, defensores da ordem e da Pátria, e os comunistas, agentes da URSS. Isso se fez sentir no embate travado entre os policiais da Delegacia Especializada de Ordem Pública e comunistas em torno dos Movimentos pela Paz que se seguiram ao final da segunda Guerra Mundial.

3.3 - A Pomba da Paz Comunista: "Garras Malditas de Ódio e de Vingança"

A polícia política mineira travou intenso combate no que diz respeito aos movimentos em torno do tema da paz – Movimento dos Partidários da Paz -, intensificado no Brasil nos anos pós-guerra.

Conforme Carla Rodeghero, entre as estratégias soviéticas adotadas para fazer frente aos Estados Unidos no pós-guerra estava a promoção da paz e o combate às armas atômicas. Em várias partes do mundo foram realizados uma série de congressos e movimentos pró-paz, apoiados pelos partidários do comunismo.

No Brasil, o Partido Comunista havia perdido os caminhos legais para desenvolver suas atividades políticas e passou a apoiar e desenvolver diversas campanhas nas quais seu nome não aparecia diretamente: a "Campanha Contra a Carestia", "Contra o Pacto de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos", em defesa da paz mundial –"Movimentos pelo Pacto de Paz", contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia; a favor do "Centro de

Defesa e Estudo do Petróleo e Defesa Nacional”, “Contra o Emprego da Guerra Bacteriológica”. Segundo Rodeghero, o partido também participou, por meio de seus militantes, da Federação de Mulheres do Brasil, do movimento de mães, da Associação Brasileira de Escritores, dos Clubes de Cultura Popular, do Movimento de Auxílio à Imprensa Popular.”²⁰⁴

Em todo o país foram realizados tais congressos e muitos outros foram reprimidos pela polícia. Em Minas a polícia esteve sempre ativa para impedir a realização dos congressos pela paz. Em 1952, após o governo federal haver decidido pela não realização de um Congresso em Belo Horizonte, bem como pela proibição da propaganda em torno deste Congresso, o Chefe de Polícia Geraldo Starling comunicou ao Governador do Estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, conforme Portaria de 13 de maio de 1951, a Chefia de Polícia proibira toda e qualquer “agitação e propaganda dos Movimentos dos Partidários de um Pacto de Paz, de origem comunista.”²⁰⁵ A polícia mineira havia antecipado a decisão federal no que concerne a ação repressiva contra a realização dos movimentos pela paz e esclareceu ao governador que, desde a promulgação da citada portaria, a polícia havia impedido a realização de quatro grandes Congressos que se realizariam na Capital e em Uberlândia: Congresso de Paz do Brasil Central; Congresso Metropolitano; Congresso Regional e Congresso Estadual.

O que justificou tanto empenho por parte da polícia Política Mineira foi a certeza da origem comunista de tais movimentos. Para a polícia, era nítido o envolvimento e a participação de comunistas nos movimentos pró-paz. Conforme esclarece a autoridade policial, tais movimentos, “*são tipicamente comunistas. Comunistas são as suas instruções,*

²⁰⁴ Rodeghero, 2002: 64.

²⁰⁵ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 092 - Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2063.

*comunistas as pessoas que comparecem, comunistas, os “slogans” usados, comunistas, os organizadores, etc.”*²⁰⁶

Assim, os movimentos Pro Paz seriam, conforme visão policial, mais um disfarce do Partido Comunista que, por sua condição de ilegalidade, buscou se organizar em associações, à primeira vista de caráter legal, mas que não passavam de mais um embuste dos comunistas com o intuito de despistar as autoridades policiais e levar adiante as diretrizes políticas da URSS. Neste sentido, os comunistas registraram as associações sob as mais diversas denominações burlando assim as leis em vigor no país. Ainda na avaliação policial eram sempre os mesmos elementos comunistas que figuravam nos mais variados movimentos que surgiram no Brasil.

Percebemos que as autoridades policiais identificavam esses movimentos como sendo parte da estratégia da política de guerra do comunismo internacional adotada pela União Soviética, após a 2ª Guerra Mundial. Dessa forma, a Campanha da Paz seguia as diretrizes da política da URSS de conduzir o mundo à revolução social por meio de agitações e provocações de revoluções internas. Neste sentido, o Delegado Antônio Dutra Ladeira foi contundente ao concluir:

*“Em poucas palavras, podemos assegurar que o Movimento dos Partidários da Paz só tem uma finalidade: debilitar as energias cívicas das nações do mundo ocidental, de forma a estarem preparadas as suas populações para o grande desfecho que é a deflagração da guerra por parte da Rússia e seus satélites. Realmente, não tem a União Soviética outro objetivo senão este, muito bem estudado e orientado por sua imprensa e sua diplomacia.”*²⁰⁷

No meio policial, o envolvimento dos comunistas nos movimentos pró paz e a diretriz que vinha seguindo o extinto partido comunista no Brasil expressavam o comprometimento dos comunistas com a sua verdadeira pátria, a União Soviética. Assim, conforme o delegado Antônio Dutra Ladeira, os comunistas não se prostaram ante sua

²⁰⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0209.

²⁰⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0205. – fevereiro de 1953.

condição de ilegalidade e continuaram suas “patuscadas internacionais”²⁰⁸ buscando arregimentar grande número de “inocentes úteis”²⁰⁹ ou “úteis que não são inocentes”²¹⁰ para a sua causa revolucionária.

Os comunistas no Brasil foram representados como “patriotas de Prestes” e seu trabalho, por ordem de Prestes e conseqüentemente de Moscou, tinha a finalidade de agitar as massas. De acordo com a polícia, Luiz Carlos Prestes se configurava como o grande traidor e inimigo da nação e maior responsável pela orientação e difusão de idéias malsãs que visavam destruir a soberania nacional.

Entre os documentos apreendidos na sede da “Associação Mineira Pela Paz”, os policiais destacaram o Manifesto da Frente Democrática de Libertação Nacional, segundo os mesmos de excepcional importância, por comprovar a posição inimiga assumida por Prestes que “prega abertamente a revolução, a luta armada, contra o regime e contra a Pátria”. Anexado aos autos como prova da subversão presente na Associação Mineira, o delegado Dutra Ladeira sugere que “somente isso bastaria para segregar da sociedade os inimigos da ordem e da tranqüilidade.”²¹¹ Buscando comprovar a verdadeira nacionalidade do líder comunista no Brasil, as autoridades policiais mencionaram com freqüência em seus relatórios à fala atribuída a Prestes no qual o mesmo posiciona-se a favor da Rússia: “*No momento em que saía da Casa de Correção, Prestes assim falou: ‘Meu Partido é o Partido Comunista e as minhas primeiras palavras serão de saudação e de homenagem ao Exército Vermelho’.*”²¹²

Estas palavras, para além de comprovar a subordinação dos comunistas aos ditames soviéticos, serviram para justificar a repressão policial contra os movimentos de cunho comunista. Neste sentido, em 1951 o Delegado de Ordem Política e Social, José

²⁰⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016; pasta 0227; imagem 0209. - fevereiro de 1953.

²⁰⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016; pasta 0227; imagem 0209. – fevereiro de 1953

²¹⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016; pasta 0227, imagem 0209. – fevereiro de 1953

²¹¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016; pasta 0227; imagem 0212. – fevereiro de 1953

²¹² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0077.

Henriques Soares, assim se manifesta: “*Não fraquejarei no combate aos inimigos da Pátria, os traidores que declararam que lutarão pela Rússia contra o Brasil, num caso de guerra.*”²¹³

Em 1953, o Delegado Antônio Dutra Ladeira reafirma a disposição da polícia em lutar contra os traidores da pátria, ao afirmar que a polícia,

”(...) estará sempre vigilante e agirá do mesmo modo tantas vezes, quantas os traidores da Pátria se dispuserem a desrespeitar a lei.

Jamais terá contemplação com aqueles que se colocam ao lado da Rússia e contra o Brasil, jamais tranzigirá com aqueles que declarara que num caso de guerra entre o Brasil e a Rússia ficarão com a Rússia e lutarão contra o Brasil.”²¹⁴

Ainda segundo a lógica policial, a Campanha de Paz atentava diretamente contra os sentimentos de patriotismo do povo, incentivando os conflitos e a desordem social. Os movimentos insuflados pelos comunistas tinham a finalidade de “desfibrar” o povo e a Campanha pela Paz era uma campanha destinada a enfraquecer a resistência moral do povo brasileiro, para quando chegada a hora da dominação soviética, os soldados e as classes operárias já “envenenados” pela propaganda deletéria dos traidores da pátria não oferecessem resistência alguma. A técnica comunista, consistiria então em diminuir a “virilidade necessária ao combate na defesa intransigente da honra, da dignidade e da integridade da Pátria”.²¹⁵ O verdadeiro intuito desses movimentos era enfraquecer a nação para o processo de tomada do poder pelos comunistas. A intenção dos agentes de Moscou, no Brasil e em todo o mundo onde ocorriam os movimentos pela paz, era minar os esforços contrários ao imperialismo soviético. Os comunistas, elementos “ardilosos e sagazes”, trabalhavam na verdade, segundo a visão policial, para a guerra enquanto disfarçadamente pregavam a paz.

Referindo-se a atuação dos comunistas nos movimentos Pró-paz, assim esclarecia o delegado José Henriques Soares:

²¹³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0074.

²¹⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0213.

²¹⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, Pasta 0227, imagem 0323.

*“(...)seus donos na Rússia preparam encarniçadamente a guerra. Assim, na hora do conflito poderá vencer o mundo que já estará nessa hora devastado pelas idéias que vêm sendo destiladas através da campanha bem organizada e bem paga, da Paz, Contra o Envio de Tropas Para Fora do Território, Contra a Bomba Atômica”.*²¹⁶

O delegado Antônio Dutra Ladeira ao apreender um “Apelo” editado em Belo Horizonte pelos comunistas, ressalta a “má fé e a solércia” dos mesmos ao destacarem isoladamente um trecho do parecer do Promotor de Justiça da Comarca da Capital de forma a evidenciar a posição favorável do Promotor em relação à campanha de Paz. Indignado com a audácia dos comunistas, o delegado afirma categoricamente que o Promotor não emprestou a solidariedade de seu nome à Campanha, mas que, assim como os policiais também é favorável à paz; mas não à paz dos comunistas, uma vez que esta é uma,

*“paz da traição, uma paz de negação da liberdade, uma paz contra os sacrossantos direitos da Pátria, uma paz que foi bem caracterizada por um desenho publicado em uma revista francesa, onde a pomba de Picasso trazia um estojo de veneno no bico e bombas de dinamite nos pés, que longe de serem os pés da mansa e suave Pomba da Paz, eram garras malditas de ódio e de vingança.”*²¹⁷

Era, portanto, inconcebível para as autoridades policiais o funcionamento das associações, uniões ou centros referentes aos movimentos Pro Paz em virtude de sua identificação como apêndice do extinto Partido Comunista e de sua vinculação direta aos ditames do Estado Soviético. As campanhas pela paz permitiam assim, na visão policial, a continuidade da ação dos comunistas que, protegidos pela aparência de legalidade das associações, “se valiam desse disfarce para fins de propaganda e proselitismo”.²¹⁸

A proliferação das associações e entidades ligadas aos movimentos pró paz foi vivenciada pela polícia enquanto um conflito real, de significativas proporções. A esse respeito, o relatório escrito pelo Delegado de Ordem Política e Social, José Henriques Soares, em setembro de 1951, trouxe à tona o conflito ocorrido em Uberlândia após a proibição da

²¹⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0315.

²¹⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0205.

²¹⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0209.

realização do “Congresso das Mulheres do Brasil Central”, cujo programa voltado para a defesa da paz, combate à carestia e defesa da infância seguia as diretrizes da “Federação das Mulheres do Brasil”, com sede na Capital Federal.

Após a prisão de algumas pessoas que contrariaram a ordem da autoridade policial local e se reuniram para a realização do Congresso, vários manifestantes, “um bando de 300 a 400 comunistas, homens e mulheres”,²¹⁹ segundo o delegado de Ordem Política e Social, marcharam para a Delegacia com o intuito de obrigar o delegado a libertar os presos. O conflito entre os manifestantes e a polícia se acirrou culminando com um tiroteio que atingiu um motorista de praça daquela cidade. Na conclusão do inquérito, o comunista Oswaldo Malaquias foi indiciado como autor dos disparos tendo o delegado avaliado os acontecimentos como resultado da “técnica comunista” de perturbação da ordem.

Conforme se lê no relato, percebe-se que os comunistas foram representados como um “bando” de homens a serviço do mal, da crueldade e do ódio que lançaram mão de todos os meios para atingir o seu fim, que não era outro senão instaurar a desordem a fim de facilitar os propósitos de dominação comunista. As ações maléficas dos comunistas, segundo a polícia, podiam ser comprovadas pela utilização recorrente da “técnica comunista” de perturbação da ordem na qual se valorizava o emprego da violência e era sistematicamente utilizada por comunistas em toda a parte, conforme comprovaram os conflitos de Nova Lima, Mina do Morro Velho, Teófilo Otoni e em várias outras regiões mineiras onde confrontos provocados pela ação comunista resultaram em mortes e feridos, inclusive de policiais.

Da mesma forma a ação maléfica dos comunistas se fazia sentir em Uberlândia. Identificados como um “bando chula”²²⁰ de homens e mulheres “cruéis” e “vingativos”²²¹, os comunistas, segundo o relato do delegado, não hesitaram em sacar de suas armas e *“atirarem a esmo na direção da Polícia, pondo em risco a vida e a integridade de pacatos cidadãos e*

²¹⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0331.

²²⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

²²¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

crianças que por força de suas profissões estavam obrigados a permanecer no local onde se verificou o conflito.”²²² Para confirmar seu relato, o delegado descreveu que dezenas de pessoas assistiram à cena em que os comunistas sacaram suas armas. O interessante é que nas declarações das testemunhas arroladas no inquérito, todas são unânimes em afirmar que viram apenas o indiciado sacar sua arma e efetuar o disparo contra a polícia e, ademais, o inquérito foi remetido à justiça constando somente um elemento comunista indiciado. Assim, verifica-se no discurso policial uma tentativa de aumentar a gravidade dos acontecimentos, acrescentando à cena do conflito vários comunistas armados em atitude de combate contra a polícia, o que comprovaria a crueldade e a vileza próprias dos comunistas.

Ainda em torno do mesmo acontecimento, percebe-se claramente que o policial associa o comunista a imagens da maldade e covardia, quando esclarece que o motorista de praça, Antônio Rodrigues Brandão, um “modesto e obscuro jovem”²²³, foi vítima “*da insânia, da irresponsabilidade e da tirania de sicários mercenários que fazem uso dos privilégios e prerrogativas de pessoa humana de que gozam, a serviço do mal, da crueldade e do ódio*”.²²⁴ Convencido da crueldade e da maldade dos comunistas, afirma o delegado que para atingirem seus objetivos, não pouparam os comunistas nem mesmo as mulheres, que foram expostas ao perigo durante o confronto com a polícia. Em sua visão sobre o conflito, ficou claro para a autoridade policial que as mulheres foram usadas pelos homens comunistas como escudo e como “estratagem”²²⁵ para “enganar e ludibriar”²²⁶ a polícia. Os comunistas são covardes, “*mandam à frente as mulheres, enquanto que se deixam ficar atrás (sic) para atirar, como atiraram e depois lançar as culpas sobre a polícia*”.²²⁷

²²² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

²²³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0318.

²²⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0318.

²²⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

²²⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

²²⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0335.

A identificação do comunista à imagem da delinqüência foi recorrente em vários outros casos envolvendo os movimentos pela paz. Verifica-se no discurso policial que o comunista foi identificado à imagem do criminoso comum com base no entendimento da definição de crime como sendo o fato humano contrário à lei.

Após o Partido Comunista ter seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral, confirmou-se para a polícia a condição criminosa dos comunistas. Estes passam a ser vistos como transgressores das leis e, por consequência natural, responsáveis pela desordem social. As autoridades policiais, convictas da íntima relação dos comunistas com os movimentos da paz se empenharam em provar que as associações em questão não passavam *“de um disfarce, um ‘nariz de cera’ do Partido Comunista que se vale desse recurso para fazer sua propaganda e manter acesa a chama de vida do Partido.”*²²⁸

Respondendo pelo expediente da DEOP na ausência de seu titular, o Delegado Antônio Dutra Ladeira indiciou seis “conhecidos e notórios comunistas” inclusos no Art.9º e 10º da Lei nº 1802, de 5.1.1953, encerrando um longo e constante trabalho de vigilância na Sede da Associação Mineira pela Paz em Belo Horizonte, com a prisão em flagrante dos comunistas que se reuniam naquele local. Em seu relatório de conclusão dos autos, Dutra Ladeira faz uma longa exposição apontando as inúmeras entidades internacionais e nacionais ligadas a movimentos de origem comunista. A intenção de Dutra Ladeira era demonstrar que entre todos os movimentos de origem comunista o mais preocupante *“e que mais tem resistido ao ridículo de tais movimentos, é, sem dúvida, o Movimento Mundial dos Partidários da Paz (...).”*²²⁹ No ato da prisão, os policiais apreenderem uma grande quantidade de material subversivo comprovando assim a ação criminosa dos comunistas:

“Uma fotografia de um painel de Diego de Rivera, onde se vêem os ditadores da Rússia e da China; uma circular da Comissão Nacional contra o Acordo; um boletim da reunião do Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, em que figuram os nomes de

²²⁸ APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – sub-pasta 2, Imagem 2209.

²²⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, Pasta 0227, Imagem 0205.

*Branca Fialho, Abel Chermont, Valério Konder e muitos outros comunistas já processados; um manifesto dirigido ao povo de Uberlândia em que só há assinaturas de elementos comunistas; um boletim de propaganda política para a renovação da diretoria do Sindicato dos Bancários em que o primeiro nome de signatários é o de Armando Ziller; um 'Manifesto da Frente Democrática de Libertação Nacional', do dirigente Luiz Carlos Prestes; um libreto sobre movimento de paz, publicado na China comunista; discurso pronunciado pelo antigo comunista e ex-senador A. elo.(Sic) Chermont; vários exemplares e recortes de jornais comunistas entre os quais, "A Tribuna", de Porto Alegre, "Jornal do Povo", órgãos do partido comunista e muitas outras peças que provam o caráter internacional e comunista do movimento dos partidários da paz."*²³⁰

Ao finalizar seu relato, Dutra Ladeira reafirma a disposição da polícia no combate ao crime e, em tom de advertência, possivelmente um recado para a instância judiciária, a quem seriam endereçados os autos, afirma que *"pouco importa que os indicados sejam absolvidos, condenados ou que o processo seja arquivado"* porque a polícia continuaria sempre vigilante e agiria do mesmo modo contra os criminosos que desrespeitam a lei.

Para além de demonstrar a disposição da polícia em combater os crimes cometidos pelos comunistas, a advertência do delegado indica que o indiciamento de comunistas envolvidos com os movimentos pela paz, nem sempre era reconhecido e aceito pelo judiciário como prática de crime. Indica que as autoridades policiais faziam um grande esforço para convencer o judiciário da condição de ilegalidade dos comunistas, disfarçados sob a capa de legalidade das associações pela paz, e do mal representado pela continuidade de suas ações. Por isso, era praxe a autoridade policial, na elaboração de seu relatório, preceder o relato do fato que motivara a instauração do inquérito com um extenso e detalhado histórico sobre o partido comunista do Brasil, sobre a URSS e sobre a ação dos comunistas, sempre desqualificada pelo delegado na tentativa de provar a ação maléfica dos comunistas no Brasil.

Nota-se um embate, no campo jurídico, entre a polícia e a instância judiciária. Esse embate fica claro na representação sobre o arquivamento de autos de Inquérito Policial

²³⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, Pasta 0227, Imagem 0211.

enviada pelo delegado de Ordem Pública à consideração do Juiz Municipal da 3ª Vara Criminal em 26 de junho de 1952. Trata-se de um documento em que o delegado da DEOP solicita ao Juiz o desarquivamento dos autos de Inquérito Policial enviados à justiça, em que foram autuados em flagrante alguns comunistas que, segundo o delegado, estavam reunidos “comemorando o Dia da Jornada Mundial da Paz, fixado pelo Cominform”.²³¹ Com relação ao inquérito, o Ministério Público opinou pelo arquivamento dos autos sob o fundamento de que a reunião não constituía crime, por serem salutareis e humanos os objetivos da Campanha de Paz. Após o parecer do Ministério Público, os autos foram encaminhados à Procuradoria Geral do Estado onde também o Sub-Procurador e o Procurador Geral concordaram com o parecer do Ministério Público.

Manifestando-se contrário à decisão de arquivamento dos autos pelo Juiz Municipal, a autoridade policial rebateu, ponto a ponto, as alegações que o representante do Ministério Público utilizou para fundamentar o pedido de arquivamento junto ao Juiz, deixando assim transparecer sua visão sobre o comunismo e sobre os comunistas.

Para o delegado, a diretriz que o movimento comunista pro paz vinha seguindo já estava exposta nas instruções presentes em informe de autoria de Luiz Carlos Prestes, onde o mesmo afirmava que a tarefa da Paz “*é atual e decisiva e a ela todas as demais devem subordinar-se*”. Traduzindo o significado implícito nos dizeres de Prestes, afirma o delegado que ele “*quis dizer que a Campanha da Paz dever ser aproveitada como meio de fazer lembrado (sic) o Partido, como meio de propaganda, como recurso de agitação*”. E mais adiante afirma, com relação ao flagrante, que havia não somente uma “tentativa de crime, mas a sua positivação”.

Com relação aos comunistas, esclarece que a polícia já estava acostumada a lidar com os mesmos e por conhecer tão bem as técnicas comunistas pôde afirmar que, como todo

²³¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2283.

criminoso, o comunista não diz a verdade. Ele é um falsário, um mentiroso. Ao utilizar-se de tal argumento, o delegado não só reafirma a imagem do comunista como criminoso como também reforça essa imagem:

“Os criminosos em geral negam o seu crime e com raras exceções confessam plenamente a ação.

Os comunistas, muito especialmente, astuciosos e pérfidos, jamais confessam a prática de seus crimes. O Dr. Promotor teve oportunidade de tomar grande conhecimento desta faceta, nos casos do Dr. Neiva e de Zuza, comunistas que mantiveram-se na negativa de seus crimes até o fim, embora o Dr. Neiva, digo, embora Zuza tivesse inicialmente confessado a sua parte.”²³²

Para sustentar seu argumento e reafirmar a condição dos comunistas como criminosos, especialmente astutos, traiçoeiros e falsos, a autoridade policial recorreu à lembrança de um crime de homicídio, ocorrido no passado recente – mais precisamente no ano de 1949 em Belo Horizonte, envolvendo dois comunistas, dos quais um deles era importante membro do Partido Comunista. A época, o crime teve grande repercussão na sociedade e nos meios policiais, ficando conhecido na imprensa como “O assassinato de Marcha-a-ré”.

Em setembro de 1949, Luiz Soares de Souza Rocha, 3º Delegado Auxiliar da Chefia de Polícia vê-se diante de um crime de homicídio o qual vitimou o motorista de praça Isoni, mais conhecido pela alcunha de “Marcha-a-ré”. O crime ocorreu à noite, sendo a vítima violentamente atacada com uma barra de ferro que lhe atingiu a cabeça.

Após intensas investigações, a polícia concluiu que a vítima tinha alguma prova que incriminava seu algoz, algo relacionado com o envolvimento deste com mulheres ou uma possível carta contendo “revelações comprometedoras do Partido Comunista”²³³. Na busca do criminoso, os investigadores apontaram como principal suspeito o médico Romualdo Neiva, homem “dado a aventuras galantes” e que, além disso, era comunista.

²³² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 092, Pasta 5395 – subpasta 2, Imagem 2209.

²³³ Revista Vigília ns. 15, 16 e 17 – outubro, novembro e dezembro de 1950 – Ano II, p. 21 – Arquivo particular Hazan.

A suspeita, porém, só viria a ser confirmada no desenrolar das investigações com as confissões de mais dois co-autores do crime, Geraldo Gomes da Silva e José Abrahão Guerra – apontado pela polícia como o comunista e conhecido pela alcunha de “Zuza” -, que apontaram o médico Romualdo Neiva como o autor intelectual do delito. Zuza, somente confessara a sua participação, segundo a polícia, após tomar ciência de que diante da confissão de Geraldo não havia mais outra saída a não ser também esclarecer o seu envolvimento no crime. De acordo com o relato do Delegado Auxiliar, Zuza, como era comum aos comunistas, mostrou-se bem preparado para fugir com evasivas às perguntas que lhe eram feitas, negando a todo custo o seu envolvimento, o que só confirmou “o dissimulador consumado que é”.²³⁴

Zuza foi liberado pela polícia logo após a sua inquirição e novamente preso em virtude de mandato expedido pela Justiça. Em torno da prisão e inquirição de Zuza a imprensa levantou suspeitas sobre os métodos de inquirição da polícia em razão do estado deplorável em que o mesmo se encontrava; “verdadeiro farrapo humano”. O Delegado responsável pelo caso rebateu as acusações afirmando que Zuza ao ser liberado após suas declarações, foi vítima dos comunistas amigos do Dr. Neiva que se encontravam empenhados em salvar de qualquer modo o seu grande líder no Estado. Segundo o delegado,

“Quando o mandamos em paz, prevíamos o que ia lhe acontecer. Por dever do ofício, conhecemos muito bem os métodos de persuasão e de intimidação usados pelos prestistas. Eles nunca perdoam o traidor, o que delata o crime e aponta os criminosos. Para eles todos os crimes são perdoáveis, menos o de traição ao Partido e aos seus chefes.”

Mais uma vez, a polícia tende a reforçar a imagem do comunista como elemento ardiloso e cruel, capaz de torturar seus próprios companheiros em nome da causa revolucionária e da defesa dos preceitos comunistas.

²³⁴ Revista Vigília ns. 15, 16 e 17 – outubro, novembro e dezembro de 1950 – Ano II, p. 7 – Arquivo particular Hazan.

Identificado o mentor do crime e comprovada a sua participação por meio das declarações dos outros envolvidos e também por meio dos exames periciais, o condutor dos autos empenha-se em comprovar a maldade intrínseca ao acusado haja vista ser o mesmo um comunista; não um comunista qualquer, mas sim um ex-secretário da extinta “célula Pedro Ernesto” e secretário do “Comitê Distrital de Santa Efigênia”, com grande atuação nas atividades ligadas ao Partido, inclusive relacionadas à preparação do “Congresso Pró-Paz”. Rebatendo as declarações de testemunhas que disseram ser o Médico um homem de bondade ilimitada, amigo dos humildes e com virtudes morais e cristãs, o delegado adverte:

“É preciso não se esquecer nunca de que o Doutor Romualdo da Silva Neiva é comunista. Não se trata de um mero simpatizante do credo vermelho, como cavilosamente se quer insinuar após o crime. Mas, de um autêntico comunista, cujos ideais jamais renegou. E um comunista, vamos ser sinceros, é capaz de tudo, até de praticar o mais feio dos crimes, que é o de trair à Pátria. Destituído de qualquer sentimento cristão, a bondade do comunista é um máscara, encobre sempre outros desígnios, visa outros objetivos.

Visitando os lares pobres de Santa Efigênia, distribuindo amostras de remédios, o Doutor Romualdo o que visava não era minorar o sofrimento alheio, mas angariar prosélitos para a sua doutrina política, mais fácil de ser encontrados entre a dor e a miséria.”²³⁵

E, mais adiante, o condutor do inquérito, delegado Luiz Soares de Souza Rocha, percebe na trama e na perpetração do crime, a clara influência do comunismo segundo os moldes “tipicamente vermelhos.” Utilizando expressões sugestivas, “requisites de maldade”, “traição”, “ardil”, “barbaridade”, “cilada” e “execução”, o delegado delineia os métodos comunistas para a confecção de um crime. Para o delegado, seguindo os moldes comunistas, a vítima é sempre atraída para uma armadilha onde é executada com requintes de maldade. Buscando comprovar sua tese, descreve alguns dos mais divulgados crimes praticados no Brasil por agentes comunistas, salientando as semelhanças presentes entre esses crimes e o assassinato de Marcha-a-ré. Assim, nos crimes que vitimaram Elza Fernandes, Tobias Warcheski (Sic), Maria Silveira e Domingos Antunes da Silveira, este último ocorrido no Rio

²³⁵ Revista Vigília, ns. 15, 16 e 17 – outubro, novembro e dezembro de 1950 – Ano II, p. 11 e 13 – Arquivo particular Hazan.

de Janeiro, as vítimas “*foram inteligentemente atraídas a uma cilada, em logares (sic) êrmos e despoliciados e alí friamente executadas*”.²³⁶ Dessa forma, sobre o indiciado, atesta que:

*“A insensibilidade moral demonstrada pelo Doutor Neiva, a sua calma fria e meditada, retratam fielmente o criminoso nato, tipicamente comunista, educado para o crime, preparado física e espiritualmente para resistir as mais duras provas, aos mais cerrados interrogatórios. Tem ele a fibra de um verdadeiro líder bolchevista. Vem vivendo com heroísmo incomum o seu grande drama, conseguindo, deste modo, maior número de simpatizantes entre o seu credo político, aos quais dá o exemplo de como resistir os golpes da adversidade.”*²³⁷

A visão policial sobre o caso encerra algo de paradoxal. Trata-se de uma investigação de um crime comum, previsto do código de processo penal, que é o crime de homicídio. Ao mesmo tempo, o caso ganha uma importância e status especial em razão de ter sido cometido por elementos comunistas. A importância do caso reside no fato de que o crime em questão, apesar de ser um crime comum, serviu para trazer à tona a frieza, a insensibilidade e a crueldade intrínseca ao comunista. O “assassinato de Marcha-a-ré” confirmou no imaginário policial, a tendência malévola e criminosa dos comunistas, reafirmando a crença de que os comunistas são sorrateiros e traiçoeiros na execução de seus planos.

À época, o caso Marcha-a-ré repercutiu positivamente no meio policial. O sucesso da investigação foi avaliado como resultado da eficiência dos métodos investigativos amparados por parâmetros de cientificidade, os quais guiaram a execução e a confecção de laudos periciais, úteis para a comprovação do *modus operandi* dos criminosos. A resolução do caso conferiu à polícia status de eficiência e idoneidade nos métodos de investigação, apesar das denúncias de utilização de métodos violentos para a obtenção das confissões dos acusados.

²³⁶ Revista Vigília, ns. 15, 16 e 17 – outubro, novembro e dezembro de 1950 – Ano II, p. 17 – Arquivo particular Hazan.

²³⁷ Revista Vigília, ns. 15, 16 e 17 – outubro, novembro e dezembro de 1950 – Ano II, p. 19 – Arquivo particular Hazan.

No entanto, o caso Marcha-a-ré não foi “encerrado” após a sua apuração. Ele continuou vivo na lembrança policial e sua importância reside no fato de que esse caso foi usado por um bom tempo como referência a uma realidade onde a ordem e a segurança social estariam comprometidas pela presença e ação de elementos naturalmente maus, com tendências criminosas, que sempre pautaram suas ações pelo disfarce, mentira, dolo. O caso tornou-se assim referência na polícia, como prova concreta e real do perigo representado pela presença dos elementos comunistas no meio social. Serviu para confirmar que o comunista tinha uma mente criminosa, que sua ação se pautava por um “programa” previamente estabelecido e, para a consecução deste programa, os comunistas agiam na surdina, usando de artifícios desprezíveis como a cilada e a emboscada para concretizar seus atos maléficis. Eles, os comunistas, eram elementos traidores que abatiam suas vítimas indefesas pelas costas. Utilizam-se de “máscaras” para enganar e ludibriar pessoas simples e inocentes, enredando-as em sua trama. Não davam chances de defesa às suas vítimas. Eram elementos capazes de tudo, cruéis, frios e calculistas. Na visão policial, nenhum comunista era bom, eles “não têm coração, não têm sentimentos, são materialistas e não acreditam em coisa alguma”.²³⁸ Seus atos, aparentemente bons, não passavam de uma “máscara” que encobria intenções traiçoeiras e maléficis.

Assim delineados, os comunistas eram, ao mesmo tempo, motivadores e alvos da ação vigilante e saneadora da polícia. Dessa forma, os combates travados pela polícia contra os movimentos pró paz, eram vistos como uma “guerra” que vinha sendo travada há um longo tempo contra toda a maldade representada pelos comunistas. O sentido que movia a repressão policial era o sentimento de patriotismo e de coragem. Os policiais se viam como homens de extrema coragem e muita perseverança. Lutavam incessantemente contra o comunismo,

²³⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, pasta 0227, imagem 0082.

responsável por todo o tipo de desordem, problemas sociais e econômicos advindos da ação desestabilizadora daquela ideologia malsã.

Nesta guerra incessante contra o comunismo, as decisões judiciais favoráveis aos comunistas eram entendidas pelos policiais como uma batalha perdida. Diante dessas circunstâncias, o sentimento de impotência se sobrepunha à vontade de lutar. Nas palavras do delegado de Ordem Pública, José Henriques Soares, rídica é a luta que vinham mantendo contra os “patriotas de Prestes”, porque no Brasil *“tudo é favorável ao criminoso e para o criminoso e, para a vítima, nada mais que palavras falazes, vazias e inócuas.”*²³⁹ Ao escrever essas palavras, o delegado deixou transparecer sua desaprovação e desapontamento em relação ao sistema jurídico brasileiro, que permitia brechas legais para a continuidade da ação do extinto Partido Comunista e, em seguida advertia: *“Mas a coisa está caminhando de tal modo que muito em breve quem estará na cadeia será o Tenente Georgino, o Delegado José Henriques e outros tolos que vivem por aí a fora pensando que podem consertar uma coisa que já não tem mais jeito, que já não tem mais concerto”.*²⁴⁰ Entretanto, logo o sentimento de desânimo dá lugar ao compromisso de não fraquejar no combate aos inimigos da Pátria. Investindo-se da condição de um herói que luta pela defesa de sua nação, o delegado reafirma que enfrentará os comunistas *“até que eu venha tombar no campo de luta”.*²⁴¹

²³⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 016, Pasta 0227, Imagem 0314.

²⁴⁰ APM – Fundo DOPS/MG; Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0314.

²⁴¹ APM – Fundo DOPS/MG; Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0314.

3.4 - O IMAGINÁRIO DA INFILTRAÇÃO COMUNISTA: O SETOR TRABALHISTA E ESTUDANTIL

Nos primeiros anos da década de 1920, como resultado da conjunção entre a crise econômica e social e o impulso recebido pela Revolução Russa, verificou-se, nos grandes centros urbanos, um aumento das mobilizações operárias organizadas por diversas entidades sindicais como as Ligas, Federações, Associações e Uniões operárias. Após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a influência do anarquismo começa a declinar ao passo que o comunismo se faz sentir na orientação ideológica do operariado. As mobilizações operárias passaram a ser então preocupação da polícia política que se organizava em Minas Gerais, cuja competência de zelar pela ordem pública conjugava-se ao respaldo jurídico representado pela tipificação da greve como crime e, por conseqüência, autorizava sua intervenção e/ou mediação junto aos movimentos operários.

Com o desenvolvimento urbano a partir do final do século XIX, a questão operária é consignada no âmbito do Direito Público. As considerações sobre o direito a greve, oscilaram em diversos momentos entre a caracterização de delito e direito prevalecendo, no entanto, o entendimento favorável à tipificação da greve como delito. Conforme demonstrou Mattos,²⁴² pelo Código Penal de 1890, as greves foram consideradas como crime passível de prisão de um a três meses para quem “causar ou provocar a cessação do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” (art. 206). Nos anos 1930, as greves são novamente alvo de uma legislação que restringia ao máximo seu exercício. A Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, da segurança Nacional, classificava a greve como delito no funcionalismo público e nos serviços inadiáveis. Durante o Estado Novo, o Código Penal de 1940 confirmou a greve como crime e na constituição de 1946, finalmente a

²⁴² MATTOS, 2004.

greve passou de delito a direito garantido. Porém, o governo Dutra através do Decreto-Lei nº 9.070, de 13 de março de 1946, impôs barreiras legais ao exercício do direito à greve, reforçando o poder normativo da Justiça do Trabalho ao submeter obrigatoriamente os dissídios à conciliação prévia, limitando a possibilidade de greves legais à situação em que os empregadores não cumprissem suas cláusulas e excluindo do direito à greve as categorias de “atividades fundamentais” tais como o funcionalismo, trabalhadores rurais e trabalhadores em serviços urbanos, comércio de gêneros e indústrias básicas ou “essenciais à defesa nacional”.

Acompanhando a criação e o desenvolvimento da legislação referente ao movimento trabalhista e ao direito de greve, a vigilância e a repressão policial sobre a classe trabalhadora foi reiterada por meio dos regulamentos internos da polícia política mineira como atribuição inerente à sua função de mantenedora da ordem. Em 1927, o regulamento da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política Social já definia atribuição de velar pela ordem e desenvolver intensa vigilância contra manifestações comunistas. Foi porém na década de 1930, que a atribuição do controle policial sobre as classes trabalhadoras foi enfatizada como se percebe no regulamento de 1931 da Delegacia de Ordem Pública, onde a responsabilidade pelo controle e apuração do delito de greve é explicitada de forma a não deixar dúvidas quanto a sua competência: “apuração de crimes contra a Segurança Nacional e Economia Popular, danos a bens públicos, desacato, injúria, greve, comércio de armas proibidas (...)”.²⁴³

Ao longo dos anos 1940 e principalmente na segunda metade dos anos 1950 e primeiros anos de 1960, período em que se verificou uma das fases mais dinâmicas do movimento operário brasileiro,²⁴⁴ a repressão aos setores trabalhistas foi intensificada e o regulamento policial do recém criado Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, consolidou sua função direcionada ao controle sobre as greves e a intervenção e fiscalização

²⁴³ MOTTA, 2003:141 – grifo nosso.

²⁴⁴ Ver MATTOS, 2004.

de encontros, reuniões e manifestações públicas trabalhistas. Verificamos assim, que desde a criação da polícia política o setor operário esteve entre as suas principais preocupações.

A despeito da criação e adaptação ao longo dos anos de uma legislação que restringiu e mesmo criminalizou o exercício dos movimentos operários e as greves e mesmo da criação e atualização de regulamentos policiais que enfatizavam a vigilância e a repressão policial sobre a classe trabalhadora, fatos que sem dúvida legitimaram a ação policial sobre o setor operário, a polícia política identificou as associações, sindicatos e uniões operárias como locais mais prováveis para as “agitações” provocadas pelos comunistas.

A polícia tinha discernimento de que nem todo operário era comunista. Para ela a finalidade de um sindicato era a de “lutar pelo direito de seus associados”²⁴⁵, finalidade essa legítima e reconhecida como o “meio excelente para resolver as questões que surgem entre empregador e o empregado”²⁴⁶, com a ressalva porém, de que o Sindicato fosse bem orientado e obedecesse ao regime da ordem. De outra forma, entendia que a influência das idéias comunistas no meio operário só poderia ser altamente negativa e pernicioso, haja vista ser o comunismo o grande motivador da dissolução da ordem. Desde cedo ficou claro para a polícia política que o setor operário seria o meio ideal para a infiltração comunista e a tentativa de dominação do PCB:

“O agrupamento de uma classe em torno do seu sindicato, veio despertar a cobiça do Partido Comunista do Brasil, que viu nesse aglomerado de trabalhadores a possibilidade de difundir seu programa, bem como tentar assenhorar-se de sua direção.”²⁴⁷

Uma das “missões” do PCB, segundo a Polícia Política, era o de criar ambientes favoráveis à revolução. Para isso o PCB agia no meio operário a fim de desestabilizar a economia estatal e privada por meio da greve “uma das armas mais poderosas que o Partido

²⁴⁵ APOLLÔNIO, 1954:75.

²⁴⁶ APOLLÔNIO, 1954: 75.

²⁴⁷ APOLLÔNIO, 1954: 75.

Comunista possui”.²⁴⁸ Nenhum ambiente seria mais favorável, na visão policial, à tentativa de enfraquecimento do regime do que o setor operário, já que qualquer perturbação neste meio, por meio das diferentes formas de greves, além de desorganizar o meio social traria enormes prejuízos à economia privada e estatal.

A partir dos anos 1930 até os primeiros anos da década de 1960, a vigilância e repressão da polícia política sobre a classe trabalhadora mineira foram constantes. Durante os anos de 1950 até 1964, os movimentos grevistas e os movimentos sindicais, tomaram um rumo ascendente. Mattos, avaliando a cidade do Rio de Janeiro, apontou para a existência neste período de uma equivalência em relação ao número de greves por empresa e greves por categoria, o que jogaria por terra a idéia do predomínio absoluto das greves por categoria e a idéia de que as greves se faziam de “fora para dentro da empresa”. Segundo este autor, há durante todo o período, a existência de organizações no local de trabalho (OLT) que é indicativo da mobilização autônoma dos trabalhadores e implica no entendimento de que o sindicalismo oficial não garantia por si só o controle total sobre as mobilizações operárias. Neste sentido, Mattos defende que os sindicatos atuavam conjuntamente com as OLTs que juntos apontaram várias demandas da classe trabalhadora, expressas pela pautas de reivindicações dos grevistas, entre elas: reajuste salarial, atraso de pagamentos, melhores condições de trabalho; luta por direitos adquiridos, questões políticas, solidariedade.

Nesta conjuntura, que foi identificada no meio policial como momento de grande perigo social, o número de comunicações e informes sobre os movimentos sindicais e paredistas indicam a intensa atuação de vigilância do DOPS sobre a classe trabalhadora. A partir do exame desta documentação, percebemos que os policiais registravam em seus relatos as possíveis causas econômicas, políticas e de reivindicação de direitos dos trabalhadores, porém percebiam os movimentos grevistas e as programações dos sindicatos como parte do

²⁴⁸ APOLLÔNIO, 1954:83.

plano comunista de desestabilização das instituições estabelecidas; como programações que enquadravam-se no velho e conhecido plano vermelho de “achincalhe e desmoralização de nossas instituições básicas e de autoridades constituídas.”²⁴⁹

Apesar de constarem em seus relatórios os motivos das greves e manifestações públicas relacionadas a questões trabalhistas organizadas pelos sindicatos e pelas OLTs, os policiais viam esses movimentos apenas como resultado da “agitação” promovida pelos comunistas que, infiltrados nas entidades sindicais empunhavam falsas bandeiras já que não pretendiam ajudar a ninguém, pois visavam apenas embriagar as massas com perspectivas ilusórias conseguindo dessa forma que os trabalhadores, sem capacidade de discernimento ou levados por um sincero desejo de lutar pelo progresso de sua Pátria, acabassem por convulsionar seu país abafando o progresso social ao impacto das crises e das destruições.

Nos relatórios sobre greves, percebemos um esforço por parte do policial em identificar e apontar os líderes comunistas envolvidos em sindicatos e na preparação do movimento paredista. Sobre a greve do setor têxtil de Belo Horizonte, o informe relativo às investigações realizadas, aponta a participação no sindicato de vários ‘conhecidos comunistas’ da polícia:

“Cumprindo a deliberação do Sindicato, cerca de nove mil tecelões de Belo Horizonte, Cidade Industrial e Marzagania, uma vez organizados os piquetes de greve, cruzaram os braços no dia 30 último, às 22,00 horas, atingindo as seguinte fábricas: Santa Elisabeth, Cotonifício Minas Gerais, Estamparia São Geraldo, Renascença, Cachoeirinha, Três Américas, Minas Fabril e Marzagania.

O movimento, conforme fora prometido pelos grevistas, foi absolutamente pacífico. Não obstante a Polícia, agindo preventivamente, colocou nas principais fábricas destacamentos da Polícia Militar, e nas pequenas guardas-civis, os quais já se encontravam em seus postos quando ali chegaram os piquetes de greve.

Tais piquetes eram comandados por deputados, a saber: Fábrica da Renascença: Deputado Hernani Maia, acompanhado de sua mãe e do comunista seu marido. Fábrica da Cachoeirinha: Deputados Ilacir Pereira Lima e Sinval Siqueira. Cidade Industrial. Deputado Waldomiro Lobo.

Ao término da greve houve uma reunião no Clube dos Bancários, assistida, entre outras pessoas, pelos Srs. Sinval Bambirra,

²⁴⁹ APM – Fundo DOPS, Rolo 014; Pasta 0188, Imagem 0565.

*Sinval Siqueira, Waldomiro Lobo, Hernani Maia, João Alves Batista da Silva (Presidente do Sindicato), Milton Sales, José Galdino da Rocha, João Firmino Luzia, Armando Ziller, Conceição Maia e Bolivar Vasconcelos. (...)*²⁵⁰

A Polícia política mineira realizando cotidianamente um acompanhamento detalhado sobre as associações e sindicatos de trabalhadores, líderes sindicais, imprensa sindical e movimentos paredistas, estabeleceu um padrão de vigilância policial em relação a esses movimentos. Era prática rotineira da polícia a infiltração em assembleias, reuniões reservadas e atos públicos, além do acompanhamento sistemático dos líderes comunistas “infiltrados” no meio operário. As investigações objetivavam acompanhar os líderes e militantes sindicais tachados de comunistas, agitadores ou simpatizantes a causa comunista que, por sua vez, tinham suas vidas e ações detalhadamente investigados e registrados no setor de arquivo e folhas de antecedentes políticos.

Nos arquivos policiais, são inúmeros os relatórios e comunicados de investigações sobre as entidades e movimentos trabalhistas, além de grande quantidade de recortes de jornais, manifestos e documentos sindicais.

A preocupação com o operariado tornou-se evidente no meio policial, donde se percebe o nítido esforço em demonstrar o vínculo existente entre as entidades e movimentos dos trabalhadores com aquilo que, na visão policial, era resultado da técnica comunista de infiltração e aliciamento das massas para a subversão da ordem e enfraquecimento do regime. Voltando nosso olhar para a década de 1930, constatamos que alguns municípios já se apresentavam na cena mineira como centros urbanos de relativo peso industrial, destacando-se como importantes pólos na economia e na política mineira. Por conseqüência, foram centros onde o movimento operário acumulou longos períodos de experiência nas lutas políticas e onde o comunismo figurou como proposta política capaz de influenciar o meio

²⁵⁰ Informe nº 1 de 2 de janeiro de 1958 – Arquivo Particular Hazan.

operário e capaz de mobilizar a polícia política em torno da vigilância dos sindicatos, associações e greves operárias.

Os informes, comunicados e relatórios produzidos pela polícia desde a década de 1930 colocam o comunismo como a grande ameaça a ordem e (re)atualizam o imaginário da infiltração comunista. Esse imaginário foi referência constante no meio policial e ao longo dos anos reafirmou a crença de que os comunistas adotavam a “técnica” da infiltração com o intuito de introduzir-se de maneira sutil nos mais diversos campos da atividade humana com o objetivo de enfraquecer as instituições e impor a comunização do país.

É o que se pode verificar na comunicação de diligência efetuada pelo investigador Romeu Moreira de Godoy em 1937, contendo informações sobre a influência dos dirigentes comunistas no meio operário. Afirma o investigador que:

“os elementos dirigentes do Partido Vermelho nesta Capital, localizaram-se nas Sedes da União dos Empregados de Bares e Restaurantes, à rua Guajajaras 1591, União dos Operários em Construção Civil, à Av. Bias Fortes, 1585 e à rua Tupys, 1278, redação e oficinas do jornal comunista “UNIÃO”. Dos pontos acima mencionados, distribuem jornais, boletins, fazem inscrição de candidatos às fileiras comunistas, ante-fascista, realizam sessões ordinárias e extra-ordinárias e, em suma, dirigem todo o movimento da Capital, generalizado (sic) nos meios operários dos bairros onde existem núcleos organizados e subordinados às directorias das Associações proletárias acima. Pode V. Exencia. Estar certo de que mão ocultas semeiam, habilidosamente, o terrível perigo vermelho nesta Cidade, onde ao mais leve contacto com a baixa classe se sentem os seus efeitos.”²⁵¹

Seguindo o mesmo padrão de análise, encontramos o informe de Helyon Guimarães que, em 1932, faz um relato sobre a infiltração comunista nas organizações operárias de Juiz de Fora. Segundo o policial,

“sob o titulo de Sindicato da Construcção Civil e Sindicato dos Têxteis, os comunistas desta cidade estão procurando arregimentar e levar para a sua organização os operários em fábricas de tecidos, pedreiros, carpinteiros, marceneiros e pintores disendo (sic) que a sua organização é reconhecida pelo Governo Federal. Os ditos comunistas

²⁵¹ APM – Fundo DOPS, Rolo 049, Pasta 3836, Imagem 0306.

mantem correspondência com o exterior e têm grande copia de jornais e boletins que espalham entre os seus associados ou adeptos e segundo ouvi diser, (sic) pretendem fazer grande distribuição de boletins na cidade.”²⁵²

Nos anos subseqüentes, as referências à “infiltração” no meio operário continuaram a ter destaque nas investigações policiais. O relatório do delegado da DEOP, Antônio Dutra Ladeira, produzido em 1954, apresenta o mesmo sentido. Ao indiciar Belisário Ferreira Rodrigues, preso por fazer propaganda do PCB no meio operário da Cidade Industrial, o delegado explicita a infiltração e a influência negativa do comunismo no meio operário:

“Um Pelotão da Polícia Militar, sob o comando do 1º Tenente Raimundo Nonato dos Santos, encontra-se destacado na “Cidade Industrial”, abrangendo parte da jurisdição do município e comarca da Capital, com a missão de ali manter vigilância e segurança da ordem pública, visto tratar-se de um grande núcleo operário em serviço nas fábricas ali existentes. Essa precaução foi principalmente tomada em consequência da afluência clandestina, nestes últimos tempos, de elementos comunistas ativos àquele local de trabalho, bem como de movimentos grevistas, uns levados a efeito, outros sob freqüentes ameaças, e todos, ou quase todos, insuflados por comunistas, em suas incursões ao local, fatos que de perto vêm sendo acompanhados por esta Especializada.”²⁵³

Em 1951, por meio de um relatório circunstanciado e confidencial, a DEOP obteve detalhadas informações sobre o município de Itajubá. O município é apontado como a cidade mais próspera do sul do Estado, destacando-se por suas indústrias. Por possuir considerável índice operário, quer industrial e ferroviário, quer rural, concluiu o policial que essa condição “levou aos adeptos do credo vermelho, terem para Itajubá uma especial atenção.”²⁵⁴ De acordo com o relatório a “infiltração” comunista em Itajubá já havia se processado há mais de vinte anos, em virtude de sua localização e facilidade das comunicações com o Rio e São Paulo. Esse processo de infiltração, segundo o investigador, ocorreu lentamente, desde a primeira investida comunista na cidade em 1932, com a

²⁵² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 069; Pasta 4712; Imagem 0872.

²⁵³ APM – Fundo DOPS, Rolo 016, Pasta 0227; Imagem 0122.

²⁵⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4664, Imagem 2245.

realização da “Primeira Convenção Operária Camponesa”. A partir desta data, Itajubá teria sido alvo da ação constante dos “adeptos do credo vermelho”.

Em seu relato, a ação comunista nos meios operários aparece associando a imagem da infiltração à imagem da doença. O agitador comunista é representado como agente inoculador do germe que como corpo estranho ao organismo social, espalha e infecta esse organismo enfraquecendo-o e destruindo-o aos poucos. Neste sentido, esclarece o policial: *“Os comunistas, infiltrados nos meios ferroviários, fizeram com que estes levassem o germe da ideologia moscovita até os meios operários e camponeses (sic) de Itajubá.”*²⁵⁵

Nota-se que, a “infiltração” comunista é vista como uma das técnicas dos agentes de Moscou para imiscuir-se na vida dos sindicatos e promover as mais diversas agitações. Essa técnica consistia, segundo a polícia, na criação de espaços e meios para a doutrinação comunista e a divulgação da propaganda e materiais subversivos, com o intuito de convencimento e arregimentação das classes. O imaginário da infiltração comunista nas organizações e nos movimentos dos trabalhadores assinala o caráter externo dos elementos comunistas em relação à classe trabalhadora e ao país. A ênfase na caracterização do comunista como seguidor das orientações e diretrizes soviéticas será acentuada pela comprovação da estreita relação entre as principais lideranças comunistas dos trabalhadores e a URSS. Essa ligação será também demonstrada, por meio de investigações que demonstram a visita de líderes comunistas envolvidos com o sindicalismo brasileiro, em viagem a países como a URSS e CUBA e pela suposição da presença em eventos nacionais promovidos pela classe trabalhadora, de lideranças comunistas estrangeiras.

Neste sentido, o informe produzido em 1960 pelo investigador do DOPS, Bolívar Carneiro de Vasconcelos, demonstra a força deste imaginário com destaque para a íntima relação entre as lideranças sindicais e a URSS.

²⁵⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4664, Imagem 2245.

Comunicando sobre reunião realizada no “Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira”, constatou que “apenas uma minoria dos empregados está se insurgindo e fomentando a greve, sendo orientados por um elemento reconhecidamente comunista e que estava em Moscou no dia em que a Rússia colocava em órbita o seu primeiro Sputnik”²⁵⁶

O comunista em questão era o Presidente do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte, João Firmino Luzia. João Firmino foi objeto de sindicância por parte do DOPS em comunicação datada de 1958, o qual destacou sua participação no Congresso Sindical Mundial e sua visita à Rússia:

“Regressou a Belo Horizonte, em fins de 1957, o comunista JOÃO FIRMINO LUZIA, Presidente do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte, que, no dia 2 de outubro daquele ano, seguira para a Europa a fim de participar do Congresso Sindical Mundial, em Leipzig.

Convidado pela Federação Sindical Mundial, que lhe assegurou a estada e a locomoção pelos países comunistas, JOÃO FIRMINO LUZIA conseguiu levantar a importância necessária para as passagens e empreendeu viagem – como simples observador, para burlar as autoridades, visto ter havido proibições no sentido de evitar que líderes sindicais participassem do mencionado Congresso.

Com ele participaram do citado Congresso mais 43 pessoas, integrantes da delegação brasileira, que apresentaram informes do Brasil, referentes ao desenvolvimento econômico, proteção à infância, analfabetismo, reforma agrária e relações comerciais com todos os povos.

Após o Congresso, que teve duração de 14 dias, a delegação russa ofereceu uma viagem àquêlê país, limitada apenas a oito lugares, isto é, oito pessoas. Entre estas, foi escolhido João Firmino Luzia.

Nessa viagem teve ele oportunidade de assistir a parada de sete de novembro e a duas sessões do Soviet Supremo. Encontrava-se ainda na Rússia quando foi lançado o segundo satélite artificial.

*Após seu regresso concedeu entrevista a um dos matutinos de Belo Horizonte, onde tem oportunidade de afirmar que “nenhuma restrição pode fazer do que viu nos países da “Cortina de Ferro”, todos demonstrando uma vida tranqüila, feliz e voltados para o trabalho e o progresso”.*²⁵⁷

Para o investigador do DOPS, a infiltração do agente comunista foi confirmada por seu estreito relacionamento com a URSS e por seu posicionamento a favor daquele País. O informe sobre a assembléia do Sindicato dos Marceneiros é subjetivo e baseado na

²⁵⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 014, Pasta 0197, Imagem 1739 e 1740.

²⁵⁷ Arquivo Particular Hazan.

identificação do líder sindical com o Partido Comunista, no posicionamento e no discurso de João Firmino em relação à URSS. Além disso, João Firmino foi reconhecido pelo DOPS como “agitador comunista” e identificado como pessoa perigosa que buscava inserir-se nos sindicatos oficiais para participar de forma mais efetiva de suas atividades e manifestações. Assim como João Firmino, os “agitadores comunistas” eram qualificados pelo policiais como militantes vermelhos com “inegável sagacidade e sobretudo astuciosa perseverança”²⁵⁸ que buscavam infiltrar-se nos setores trabalhistas para dedicarem exclusivamente à subversão da ordem pública.

O imaginário da infiltração é reforçado também pela representação que os policiais tinham sobre a classe trabalhadora. Para os policiais da polícia política o operariado era em sua maioria constituído de pessoas simples, pouco esclarecidas, incapazes de se levantar contra a ordem e, por sua simplicidade e inocência, estavam mais propícios à ação dos subversivos comunistas, os quais acenavam a eles com toda a sorte de mentiras e promessas de um futuro melhor. Esse imaginário reforçou a visão policial de que o operariado era essencialmente “ordeiro”, conservador e “bem intencionado”²⁵⁹ e que por isso mesmo rechaçava a propaganda comunista conservando-se ao lado da “ordem”. Em contrapartida, a imagem que se tinha do comunista era de que este era um elemento astuto que aproveitava-se da condição de simplicidade e ignorância das classes trabalhadoras para “doutriná-las” inculcando-lhes o espírito de luta e revolta.

A esse respeito, o próprio Bolívar de Vasconcelos esclarece:

*“A Assembléia em apreço contou com a presença de 219 pessoas. Pude observar que os operários presentes, em quase sua totalidade são elementos pouco esclarecidos e portanto estão sempre sujeitos à acção de elementos extremistas.”*²⁶⁰

²⁵⁸ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0121.

²⁵⁹ APM – Fundo DOSP/MG, Rolo 069, Pasta 4709, Imagem 0531.

²⁶⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo, 014, Pasta, 0197, Imagem 1739.

3.5 - INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO CAMPO

O anticomunismo da polícia política mineira, expresso por meio do imaginário da infiltração comunista no setor trabalhista, ganhou reforço frente a um contexto de multiplicação de ligas camponesas e entidades sindicais no meio rural. Desde meados da década de 1950, a mobilização camponesa ganhara relevo na cena política após a consolidação e crescimento das Ligas Camponesas.

Organizadas primeiramente em Pernambuco sob a condução do advogado Francisco Julião, as Ligas pretendiam ser o elemento articulador nas lutas pelas reivindicações do campesinato em torno da idéia de uma reforma que redefiniria a estrutura fundiária do país. No início dos anos sessenta, as Ligas ganharam maior visibilidade política, expandindo-se por todo o território nacional, por meio da criação de Delegacias de Trabalho e através de uma maior definição ideológica a partir do amadurecimento da palavra de ordem da reforma agrária radical. É a partir desse momento, segundo Azevedo²⁶¹, que as Ligas se transformariam no fantasma que rondaria os campos, agitando a velha ordem estabelecida e ameaçando, com o espectro da reforma agrária radical, o monopólio da terra e o poder das oligarquias e da burguesia agroindustrial.

Neste período, o ambiente político também fora marcado pela atuação do presidente João Goulart quando este decidiu estimular, através das cartas sindicais fornecidas pelo Ministério do Trabalho, a sindicalização em massa no campo. A questão agrária passou a ser articulada no plano mais geral das reformas de base e da transformação democrática da sociedade. Nesta atmosfera de aparente liberdade, reforçada pelo posicionamento governamental a favor das reformas sociais, os trabalhadores rurais pareciam aproximar-se em demasia do velho partido comunista que, ilegal de direito, reforçava sua presença no

²⁶¹ AZEVEDO, 1982:253.

campo político fazendo reuniões, vendendo seus jornais nas bancas e articulando líderes e teóricos nos meios sindicais rurais, criando, assim, na ótica policial, um perigo substancial para o processo de infiltração comunista e subversão dos trabalhadores rurais.

Neste ambiente, a questão camponesa é posta na ordem do dia pela polícia e foi estimulada pela “redescoberta” por alguns setores conservadores do Brasil do perigo da subversão no meio rural, como foi o caso da Igreja Católica, que a partir dos anos 60 reforçou a interpretação de que as ‘ideologias exóticas’ deveriam ser combatidas principalmente nos processos de sindicalização dos trabalhadores rurais. Movia-se a igreja no sentido de implementar uma série de medidas visando contribuir para a melhoria da situação dos trabalhadores do campo, evitando os motivos para a difusão de idéias subversivas.²⁶²

Dessa forma, a formação e a atuação das Ligas Camponesas bem como a criação de sindicatos rurais tornaram-se motivo de preocupação da Delegacia de Vigilância Social do DOPS, a quem coube estar atenta às investidas dos comunistas nas áreas de propaganda e convencimento dos camponeses e dos trabalhadores rurais para a luta armada.

As Ligas Camponesas foram classificadas pela polícia política como “Frentes Comunistas” organizadas pelo P.C.B. Representavam, na visão policial, um grande perigo para o país porque realizavam “velada sabotagem econômica e psicológica contra o país”, empenhavam-se “em desmoralizar as autoridades e as instituições públicas”; e promoviam agitações “em nome de causas justas, mas evitando diálogo com as autoridades pelos processos normais.”²⁶³ Assim as Ligas Camponesas eram vistas como organizações que defendiam causas e reivindicações justas, humanas e jurídicas, mas sob a aparência de justiça social, escondiam objetivos escusos que era o de atrair os cidadãos, procurando engajá-los em causas dignas, para depois, pela doutrinação, serem arregimentados para o Partido Comunista colocando-os na órbita de influência soviética.

²⁶² RODEGHERO, 2002.

²⁶³ Segurança Nacional e Subversão – Dicionário Teórico e Prático, 1977:60.

Em Minas Gerais, as Ligas representaram maior expressividade no campo político a partir dos anos 1960, contudo, a questão da infiltração comunista no meio rural foi motivo de preocupação da polícia política já nos primeiros anos da década de 1950. A Delegacia Especializada de Ordem Política e Social – DEOP, apontava os anos 1950 como um momento de forte inquietação nacional provocado pelo plano comunista idealizado por Luiz Carlos Prestes e seus correligionários que, aproveitando-se da “ignorância dos trabalhadores do campo”²⁶⁴, vinham provocando uma situação de desajustamento da ordem em várias regiões do país. Assim ocorreu, segundo relato do Delegado da DEOP, em Porto Alegre, Recife, Jaboatão, Belém do Pará, Fernadópolis/SP, Jaboticabal/SP, Barretos/SP, Minas – nordeste do Estado, Januária, Manga, médio São Francisco e Patos de Minas -e em Porecatú (sic) no Estado do Paraná, onde os comunistas, segundo o relato apresentado pelo Delegado, chegaram a estabelecer um “novo Canudos”²⁶⁵ tal o clima de insurreição e subversão implantado na região.

Em meados dos anos 1950, foi realizada em Belo Horizonte a “1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” ocasião em que foi organizada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais – ATAMG. Posteriormente à 1ª Conferência acima citada e durante os primeiros anos da década de 1960, Minas Gerais viu surgir inúmeras Associações e Ligas de lavradores e trabalhadores agrícolas, todas segundo a polícia, “de inspiração e organização sabidamente comunista”²⁶⁶ Para a polícia mineira, os comunistas intensificaram o processo de infiltração, agora em áreas onde o nível de desenvolvimento econômico da população era baixo e a população era composta de pessoas com pouco grau de instrução, angariando assim a simpatia dos lavradores. Segundo o investigador Eloy Vieira Lúcio, este era o ambiente favorável para a infiltração de elementos reconhecidamente subversivos: “Devido ao espírito simples de nosso camponês, os elementos

²⁶⁴ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0326.

²⁶⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0326.

²⁶⁶ APM – Fundo DOPS, Rolo 010; Pasta 0111; Imagem 2147.

agitadores que seguem orientação do comunismo internacional, têm encontrado facilidade no seu trabalho de aliciação dos mesmos.”²⁶⁷

Para isso, recorriam aos mais diversos disfarces, como o usado por Porfírio Francisco de Souza que se fez passar por “viajante comercial, do ramo de ampliação de retratos”²⁶⁸ na região de Montes Claros/MG, para pregar a Reforma Agrária insuflando os camponeses e trabalhadores agrícolas a conseguirem suas terras usando a força, a violência e a perturbação da ordem. A fim de salientar a astúcia empreendida pelos comunistas no processo de infiltração no meio rural, vários relatórios apontam as artimanhas e os disfarces usados pelos “agitadores profissionais”, úteis para o aliciamento do camponês.

Neste sentido, um comunicado de julho de 1961 enfatizava a visita realizada pelo Deputado Ernani Maia na região do Rio Doce, ocasião em que o investigador pode constatar o intenso trabalho de aliciamento exercido pelo deputado em questão quando este chegou até a se fantasiar de caipira, “usando botas e lenço no pescoço” numa dissimulada tentativa de proximidade com os camponeses e com os problemas vivenciados pelos mesmos. Em outra oportunidade, os investigadores Hélio Ferreira e Antônio Greco relatam o episódio produzido pela “Comitiva de Belo Horizonte”, constituída por dois médicos, três advogados, um fotógrafo e dois estudantes, todos comunistas “agitadores profissionais” responsáveis por um “foco de agitação político-subversiva” na região de Três Marias, num lugarejo próximo ao Rio São Francisco.²⁶⁹ A comitiva, de acordo com os investigadores, tinha por finalidade o aliciamento e a doutrinação do campesinato local à causa comunista de arregimentação da massa camponesa. Os investigadores, preocupados com a gravidade da situação, apontam os métodos e as técnicas comunistas utilizadas pela comitiva para o seu intento e como exemplo, informam que os comunistas em questão organizaram uma festa que teve início no sábado e

²⁶⁷ APM – Fundo DOPS, Rolo 010, Pasta 0111, Imagem 2197.

²⁶⁸ APM – Fundo DOPS, Rolo 018, Pasta 0273, Imagem 1512. Relatório sobre as Ligas Camponesas elaborado pelo investigador nº546 – David Hazan, em fevereiro de 1962..

²⁶⁹ APM – Fundo DOPS, Rolo 014; Pasta 0195; Imagem 1431.

só terminou no domingo, conseguindo atrair com churrasco, rezas, foguetes e outros festejos, cerca de 200 famílias camponesas. Durante o evento, segundo relato policial, os comunistas colocaram em execução o seu plano de doutrinação dos camponeses realizando vários discursos, como os proferidos pelos estudantes Arnaldo, Mariano Beser, o advogado Romanelli e o professor Tiago Cintra, com efusivos “vivas” a Fidel Castro e a reforma agrária e “morras” aos americanos e aos fazendeiros. No relatório, a maneira como os comunistas enganavam as pessoas mais simples foi colocada em evidência pelos investigadores quando estes descreveram que os comunistas induziam os camponeses a se filiarem à Liga Camponesa iludindo-os com promessas de terras em qualquer parte do país.

A essa altura, a representação do comunismo como inimigo não derivava apenas do medo que o comunismo conquistasse a classe trabalhadora da cidade e do campo, agindo a partir das diretrizes soviéticas. O impacto da revolução cubana trouxe à tona o perigo decorrente do programa comunista de revolução social por meio da ação revolucionária do campesinato. No imaginário anticomunista da polícia, Cuba surge como grande ameaça estrangeira ao Brasil, uma vez que naquele país, não tão distante, a ameaça comunista se consumou de fato na tomada de poder pela esquerda.

Era em Cuba, segundo os policiais do DOPS, que os líderes comunistas brasileiros buscavam a inspiração, o exemplo para a formação das Ligas Camponesas e a transformação política e social através da revolução camponesa. Para a polícia mineira, a ameaça vermelha estava mais próxima e a infiltração comunista no meio rural, através das Ligas Camponesas, era uma realidade a ser evitada a qualquer custo sob o risco de se ver implantado no Brasil a tomada do poder pela força armada de camponeses.

Em julho de 1961, o investigador Eloy Vieira Lúcio comunica ao Chefe do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG que a formação de Ligas Camponesas em Minas estava tomando um caráter alarmante e adverte:

“(...) Posso adiantar que em Novo Cruzeiro, Teófilo Otoni, Nanuque, Jampruca, Pedra Corrida, Montes Claros, Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Uberlândia, Araguari, Corinto, Bom Despacho, Canápolis, Poços de Caldas, Caldas, Juiz de Fora e muitas outras cidades estão sendo articuladas as Ligas Camponesas e que todas elas obedecem a orientação comunista, podendo no futuro o nosso País ser ensanguentado como foi Cuba, porque a finalidade dessas Ligas é tomada da terra pela fôrça.”²⁷⁰

A menção do processo revolucionário de Cuba é indicativo de que esse país passou a representar no imaginário policial o foco propagador da ameaça revolucionária comunista. Em comunicação de caráter “secreto”, o investigador David Hazan produziu, em 1961, um relatório sobre as “Ligas Camponesas” e sua atuação em Minas Gerais. Mais uma vez, as Ligas Camponesas são caracterizadas como “um foco de agitações vermelhas” e, por isso, aconselha-se maior vigilância sobre elas. Neste relatório, Cuba é apontada como exemplo negativo para o processo de reforma agrária a ser implantando no Brasil e como ponto de apoio e de distribuição de material subversivo para os comunistas brasileiros:

“(...) Mais tarde o deputado Hernani Maia, que sempre se interessou pelos problemas da “Reforma Agrária” visitou Cuba, dali trazendo farto material sobre a reforma agrária posta em execução por Fidel Castro, prometendo estudá-lo com cuidado e atenção e examinar também a possibilidade de adapta-la à realidade brasileira e apresentar, na Assembléia Legislativa de M. Gerais, um projeto instituindo a reforma agrária em nosso Estado.”²⁷¹

O deputado mencionado no relatório é reconhecido em várias investigações como elemento comunista infiltrado em diversos movimentos ligados a luta camponesa, fato que se torna verdade inquestionável quando se comprova, a partir da constatação de sua visita a Cuba, o vínculo internacional existente entre o deputado e o país do líder Fidel Castro. No imaginário policial, os comunistas que se envolveram com as formações das Ligas Camponesas, ao tentarem fazer no Brasil a reforma agrária, estariam se pautando na experiência revolucionária ocorrida em Cuba colocando-se, portanto, a serviço daquele país e consequentemente do imperialismo soviético.

²⁷⁰ APM – Fundo DOPS, Rolo 010, Pasta 0111, Imagem 2198.

²⁷¹ APM – Fundo DOPS, Rolo 010, Pasta 0111, Imagem 2147.

Esse seria o caso de Francisco Julião e Jofre Correia Netto. Francisco Julião, em relatório sobre as Ligas Camponesas apresentado em 1962, é caracterizado como homem de capacidade quase mística na criação de “um mundo de convencimento e subversão”.²⁷² As falas atribuídas a Francisco Julião adquirem relevância quando o assunto é Cuba. Com o intuito de demonstrar a intenção impatriótica de Francisco Julião ao adotar o exemplo da revolução cubana para o processo de luta camponesa do Brasil, vários são os relatórios que, apontando para os discursos proferidos pelo mesmo, buscam demonstrar sua íntima relação com Cuba e com a ideologia comunista.

O discurso de Francisco Julião era o meio utilizado pelos investigadores para comprovar sua filiação ideológica ao comunismo. Neste sentido, as palavras proferidas por Julião ganhavam ênfase nos relatórios e assumiam um caráter de ‘confissão’ comprobatória da sua ação impatriótica, colocando-o, portanto, na mira policial. A comparação entre Julião e Fidel Castro é evidenciada nos relatórios policiais e, quase sempre, há um destaque para o caráter revolucionário proposto por Julião nos moldes do exemplo cubano:

*“Havia uma pequena diferença entre Julião e Castro; enquanto este escondeu bem, durante todo o tempo da revolução e até há pouco, sua condição de marxista-leninista, vale dizer, comunista, iludindo os incautos e os simplórios, Julião afirmou para o repórter dos “Diários Associados” Luiz de Carvalho que ‘sou comunista e não me importo que me chamem como tal. O que quero, na verdade, é revolução; é transplantar o regime de Cuba, da Rússia para o Brasil. Lá extinguiram-se os latifundiários. O camponês ali tem vez. Por enquanto propago uma revolução pacífica, mas não garanto o que possa acontecer se as coisas não acontecerem como nós queremos...’”*²⁷³

Jofre Correia Netto, segundo a polícia, era um perigoso agitador foragido da Justiça do Estado de São Paulo, mais conhecido como “Capitão Jofre”, ou como “Fidel Castro Brasileiro”. Assim como Francisco Julião, é apontado como agitador profissional infiltrado junto à população do campo para “cutucar os alicerces da nação”²⁷⁴ através da doutrinação da

²⁷² APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0273; Imagem 1503.

²⁷³ APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0273; Imagem, 1506.

²⁷⁴ APM – Fundo DOPS, Rolo 010, Pasta 0111; Imagem 2150.

massa camponesa. De acordo com as investigações da DVS, Jofre Netto, vinha percorrendo as cidades de Montes Claros, Bom Despacho, Lagoa da Prata, Vale do Rio Doce, Três Marias, Teófilo Otoni, Araguari, Uberlândia, Centralina, Ituiutaba e outras, produzindo e organizando pequenas associações com o intuito de transformá-las em Ligas Camponesas durante a realização do “I Congresso Brasileiro de Reforma Agrária” a ser realizado na Capital, com a possível presença de Fidel Castro. O imaginário da infiltração comunista junto aos camponeses era constantemente reforçado pelos investigadores através da seleção de trechos de declarações produzidas pelo mesmo. Suas palavras, tal como acontecia com Francisco Julião, ganhavam status de uma confissão a respeito de sua posição subversiva e de seu alinhamento ao processo revolucionário cubano:

*“Jofre Correia Neto já afirmou que as “ligas” já têm mais de onze mil associados em Minas Gerais: que tais ligas procuram garantir os direitos dos trabalhadores rurais dentro da legalidade mas que, se os meios legais falharem (...); que, “se as leis ou os representantes da lei estiverem podres, nós então vamos seguir o exemplo de Cuba”. Perguntado se os camponeses estão sendo preparados para essa emergência, respondeu: “Estar estão. Mas nem é preciso. O melhor soldado do mundo é sempre o camponês.”*²⁷⁵

O exemplo do perigo suscitado pelos agitadores profissionais no meio da massa camponesa, é figurado em alguns relatórios com a intenção de alertar o Chefe do DOPS para os futuros perigos representados pela formação das Ligas em Minas Gerais. Em 1962, o investigador David Hazan adverte que no nordeste alguns camponeses já foram levados a visitar Cuba

“e a consideram o exemplo presente, tendo palavras de espanto e de admiração por Sierra Maestra, suas escolas e suas plantações, sendo Fidel Castro, entre eles, um nome obrigatório, estando de tal modo “dopados” pela idéia da luta armada que o próprio Governador de Pernambuco, senhor Cid Sampaio, não esconde a convicção de que o Nordeste marcha para uma comoção social, existindo ali uma “pregação revolucionária””²⁷⁶

²⁷⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 010, Pasta 0111, Imagem 2150.

²⁷⁶ APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0273; Imagem 1504.

Ainda no nordeste, onde as Ligas tiveram até aquele momento maior força, o exemplo negativo das mesmas, parece assumir proporções assustadoras. Neste caso, os lavradores animados por um comunista agitador, seguidor de Francisco Julião:

“ (...)chegaram ao ponto de simular um julgamento de “grileiros”, nos moldes dos famosos julgamentos sumários de Fidel Castro, quando Miguel Ferreira Macedo (depositário do Juiz da Comarca), Antônio Vaz da Eira, Otávio Volpato, Paulo Velásquez e Orlando de Oliveira Dantas foram condenados ao “paredon”. ”²⁷⁷

O imaginário da infiltração estava atrelado à imagem que o policial tinha sobre o chamado “agitador profissional”. Para que possamos entender a imagem construída pelos policiais sobre o denominado comunista agitador, buscaremos perceber qual era o sentido atribuído aos termos “infiltração” e “agitador”. No meio policial era consenso que todo comunista estendia sua ação a todos os setores da vida da nação, por meio de organizações ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, agindo como “se fora um polvo, com os tentáculos dirigindo-se em várias direções”. Os meios mais visados pela ação comunista eram: sindical, estudantil, intelectual, camponês, parlamentar, militar, religioso e administração pública.²⁷⁸ A infiltração consistia, portanto, na penetração de um certo número de comunistas em uma determinada organização ou meio onde por variados processos, inclusive o da agitação e propaganda, os comunistas iam lentamente conseguindo a dominação, até o seu controle integral.

A agitação por sua vez era reconhecida no meio policial como uma obrigação de todo militante comunista, um encargo incutido de modo tão sistemático pelo Partido que se tornou algo natural entre os comunistas. Consistia, sobretudo, na sensibilização de massas ou

²⁷⁷ APM – Fundo DOPS, Rolo 018, Pasta 0273, Imagem 1507.

²⁷⁸ Segurança Nacional e Subversão – Dicionário Teórico e Prático, 1977:1.

grupos em torno de uma idéia, de um apelo contundente do Partido Comunista, com a intenção de levantar os ânimos, e as paixões dos grupamentos de pessoas.²⁷⁹

O agitador profissional, portanto, era na visão policial, o elemento alheio aos verdadeiros interesses das massas ou dos grupos nos quais se infiltrava. A idéia era a de que o agitador era aquele que buscava aliciar e convencer as massas ou grupos em torno de uma idéia vital à filosofia marxista e aos preceitos do Partido Comunista, persuadindo as pessoas sobre a legitimidade dos objetivos comunistas e, não raro, buscando tirar proveito próprio da situação. A imagem presente no meio policial era a de que os insufladores de camponeses e operários eram homens que nada entendiam da vida do campo, que nunca conheceram a dureza dos instrumentos de trabalho. Por isso mesmo, era fácil concluir que sob a aparente intenção da busca de uma solução para os problemas do homem do campo a atuação dos comunistas na formação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais não passava de “agitação”, de “atitude anti-democrática”, de “ação subversiva”²⁸⁰ Essa imagem alimentou, nos relatórios policiais, comentários depreciativos dos investigadores em relação as pessoas envolvidas com a causa dos trabalhadores rurais e dos camponeses.

Informando sobre a constituição da diretoria da “Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais”, o investigador desqualifica a atuação de seus membros junto aos camponeses e trabalhadores rurais ao demonstrar a incompatibilidade entre os associados e o homem do campo, já que todos os citados além de serem comunistas, segundo a avaliação dos policiais, eram homens com nenhuma experiência com o trabalho no campo e, portanto, não tinham capacidade para conhecer e vivenciar os verdadeiros problemas dos trabalhadores rurais. Para o investigador os comunistas membros da Associação buscavam somente o aliciamento das massas camponesas. Sobre os mesmos, assim se referiu: “Nenhum deles é

²⁷⁹ Segurança Nacional e Subversão – Dicionário Teórico e Prático, 1977:8.

²⁸⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 018; Pasta 0273; Imagem 1520.

trabalhador agrícola ou lavrador! São “picaretas do asfalto” e, na sua grande maioria nossos velhos conhecidos, aqui bem fichados.”²⁸¹

Esse processo de desqualificação e detração dos comunistas envolvidos na organização de Associações e Ligas Camponesas também se estendeu as pessoas ligadas à formação de sindicatos no meio rural, incrementada em Minas Gerais a partir de 1963, por meio de incentivo do governo Goulart. Neste período, várias frentes de trabalho do setor rural procuraram se organizar para a formação de sindicatos agregando os trabalhadores dos campos. A campanha de fundação de sindicatos de lavoura e indústria extrativa tomou corpo na capital e em vários municípios mineiros colocando em alerta a Delegacia de Vigilância Social – DVS/DOPS para o perigo da ação subversiva realizada pelos comunistas. Os Sindicatos passam a ser vistos como estrutura de fachada para o processo de doutrinação revolucionária onde os comunistas, sob “a capa de um sindicalismo” trabalhavam para impregnar na massa dos trabalhadores rurais a doutrina revolucionária, instigando o movimento revolucionário para a transformação radical da estrutura brasileira.

Nos relatórios apresentados pelos policiais notamos o esforço por parte dos mesmos em denegrir a imagem dos fundadores e membros dos cargos administrativos dos sindicatos os quais são apontados como elementos desonestos que aproveitavam de sua posição e de manobras políticas dentro do sindicato a fim de auferir lucros indevidos, provenientes de remuneração referente a supostos serviços prestados no sindicato. Assim, a visão policial era a de que para os comunistas a fundação de sindicatos rurais interessava na medida em que podiam ser usados como fachada para a doutrinação das massas e na medida em que estes se constituíam em boa fonte de renda, em “indústria de fácil enriquecimento”²⁸² para os mesmos.

²⁸¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 018; Pasta 0273; Imagem 1520.

²⁸² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 049; Pasta 3871; Imagem 1447.

3.6 - INFILTRAÇÃO E DOCTRINAÇÃO NO MEIO ESTUDANTIL

Nos primeiros anos da década de 1960, a cena política brasileira foi sacudida por uma intensa mobilização ideológica e política resultante da participação ativa de diversos setores da sociedade, ansiosos por um processo de transformação do país. Segundo Heloisa Starling²⁸³, a certeza do novo Brasil aliado a euforia decorrente da vontade real de participação e a brisa radical proveniente da experiência cubana, colocaram em cena os jovens estudantes brasileiros, os quais movidos pela “doideira conscientizadora” da época ressurgem à cena pública fazendo desta a sua sala de aula. Os jovens estudantes mineiros, imbuídos de uma missão e de um dever para com o povo brasileiro, se propuseram a mobilizar os setores populares como força “inequívoca e definitiva na construção do ‘novo’ Brasil”²⁸⁴.

No entanto, sob o ponto de vista do DOPS mineiro, as atividades estudantis na cena política mineira eram direcionadas pelo Partido Comunista. A polícia política passou a enxergar conspirações comunistas nos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina, Economia e outras da “UMG” – Universidade de Minas Gerais, e também no setor estudantil secundário. Era imperativo neste momento combater o comunismo não só diretamente juntos aos operários e camponeses, mas também junto à classe estudantil, identificada como mais um “Frente Comunista” de onde saíam os doutrinadores e líderes que iludiam, aliciavam e manobravam os trabalhadores e os “inocentes úteis”²⁸⁵, pregando “aparentemente” em prol de suas justas reivindicações em diversos setores sociais, mas na realidade planejando seus objetivos e as ações de massa, de modo a apoiar a linha geral do comunismo.

²⁸³ STARLING, 1986.

²⁸⁴ Ibidem, 1986:27

²⁸⁵ Inocentes úteis: Pessoas estranhas à organização comunista e que por um ardid, ou corrupção, prestam serviços à subversão, sem o saberem. Verbete extraído do Dicionário Teórico e Prático – Segurança Nacional e Subversão, 1977.

A suposta ação subversiva de comunistas infiltrados nas escolas foi motivo de preocupação da polícia mineira na década de 1950. Neste período, a polícia já identificava, em algumas localidades mineiras, a pregação subversiva de alguns professores como uma das causas da disseminação e desenvolvimento da doutrina comunista, principalmente na região do Triângulo Mineiro, onde vários professores foram apontados como responsáveis diretos pela doutrinação dos jovens estudantes num contínuo processo de “formação espiritual” em torno das “idéias socialistas e leninistas” que teve início, segundo versão policial, na década de 1930.²⁸⁶

Em maio de 1964, idêntica preocupação move a ação do Delegado da DVS, Thacyr Omar Menezes Sai, ao indiciar o Professor Moacir Vasconcelos, identificado pela autoridade policial como “intelectual do comunismo”.²⁸⁷ O Professor é apontado como líder e doutrinador de estudantes e responsável intelectual pelo plano de afixação de páginas do jornal comunista “A Classe Operária” nas ruas da cidade de Belo Horizonte. Segundo o delegado, a malícia do professor ficou explícita quando este tentou eximir-se de sua responsabilidade no plano subversivo ao fazer crer tratar-se de mera “ação estudantil” e afirmando que foi procurado por alunos do Colégio Anchieta que o convidaram para a colocação de jornais em muros da cidade.

Dessa forma, a atuação dos estudantes em Minas Gerais era vista pela polícia como resultado direto da implantação de líderes comunistas e “doutrinadores” no meio estudantil, principalmente nos núcleos ou Diretórios Acadêmicos, onde eram programadas intervenções estudantis na cena política.

A Delegacia de Vigilância Social, dedicando-se constantemente a vigilância dos estudantes identificados como comunistas ou filo-comunistas, criou um sub-setor, “Setor Estudantil”, voltado especialmente para o controle dos estudantes que dedicavam-se ao

²⁸⁶ APM – Fundo DOPS/MG; Rolo 016; Pasta 0227; Imagem 0327.

²⁸⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 018; Pasta 0270; Imagem 1328.

estudos de matérias subversivas e insistiam em ocupar a cena pública subvertendo a ordem estabelecida.

Houve neste período grande quantidade de informes sobre conferências e atos públicos diversos levados a cabo pelos estudantes. Nestes informes, os policiais ressaltaram a presença dos comunistas “infiltrados” nas Escolas, Faculdades e entidades estudantis de onde estariam doutrinando os jovens estudantes num processo de aliciamento para a causa comunista e também insuflando a participação destes jovens nas agitações políticas promovidas pelo Partido Comunista. Em maio de 1962, o investigador nº 706- Herriot Gonçalves da Silva, reporta ao Chefe do DOPS sobre a peça teatral realizada por estudantes, intitulada “Auto dos 99%”. O investigador informa que a peça tinha a finalidade de “incrementar a luta pela reforma universitária e, ao mesmo tempo ridicularizar o sistema educacional brasileiro”. Era também uma “crítica ao subdesenvolvimento de nosso país e o situa como escravo dos trustes e dos imperialistas estrangeiros”.²⁸⁸ Em seguida, o investigador chama atenção para a fala do presidente da UNE, que havia respondido positivamente à pergunta de um dos presentes, confirmando a presença de comunistas na UNE. Assim, pode o investigador concluir que “A campanha volante da UNE já percorreu vários Estados do Brasil, em pregações de reforma universitária e, também, em difusão do comunismo, por meio de contatos com os líderes vermelhos, principalmente no meio estudantil, onde tem encontrado relativa receptividade.”²⁸⁹ Afirma o investigador que a campanha de reforma universitária era um disfarce dos comunistas infiltrados na classe estudantil, estes verdadeiramente empenhados em implantar o comunismo no país. Sua afirmativa é endossada pela atitude observada no local de exibição da peça teatral onde o investigador pode observar alguns líderes comunistas e dirigentes da UNE sendo bastante

²⁸⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1120.

²⁸⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1120 e 1121.

assediados por vários estudantes “socialistas de extrema esquerda”, entre os quais oito conhecidos comunistas, citados nominalmente pelo investigador.

A identificação dos estudantes com o movimento comunista era sempre reiterada nos relatórios policiais de forma a justificar a vigilância sobre os mesmos. Em maio de 1962 o sub-inspetor da DVS, Thacyr Omar Menezes Sia, informa que:

“Estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da U.M.G., em número superior a cento e cinquenta, seguirão hoje para o Estado da Guanabara, convidados por Ivan Ramos Ribeiro, um dos dirigentes do P.C.B. e um outro comunista, ainda não identificado, a fim de ali visitarem a Exposição Soviética de Indústria e Comércio. Os referidos estudantes visitarão, também, a Embaixada Soviética. Deverão assistir em local ainda não sabido ao filme: - “COMO SER UM BOM COMUNISTA.”
290

Assim, entendidas como locais de risco, visto serem pontos de concentração de estudantes comunistas e professores doutrinadores, as faculdades foram sistematicamente postas sob vigilância policial constante. A Faculdade de Ciências Econômicas – FACE, foi avaliada pelos policiais como o reduto de comunistas implantado na U.M.G e denominada pelo DOPS como “Fábrica de comunistas financiada pelo Governo Federal”. Um informe datado de junho de 1963 e produzido por um investigador da DVS não identificado no documento, nos dá a dimensão do problema representado pela FACE segundo avaliação do policial. Sob o título de “O COMUNISMO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DE MINAS”,²⁹¹ o informe apresenta um histórico da infiltração comunista na FACE que, ao longo dos anos, havia aumentado a intensidade do “sistema de formação dos adeptos do credo vermelho”, formando agitadores que são “vistos na madrugada, pelas ruas em propagandas esquerdistas”.

A “infiltração” na FACE, segundo o policial autor do informe, acontecia nos “postos de ensino” e no “Diretório Acadêmico”, ficando a escola à mercê dos comunistas: “Lá, comunistas, socialistas, nacionalistas e todos os elementos esquerdistas conseguem, com

²⁹⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1122 e 1123.

²⁹¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0267, Imagem 0546 a 0549.

facilidade, bolsa de estudos, viagem e, do dia para a noite, são transformados em professores.”²⁹²

O investigador acusa a eficiência do “sistema de formação dos adeptos do credo vermelho” colocado em prática na FACE, demonstrando que seus alunos, “tempos após, ocupam as cátedras de ensino, substituindo seus antigos mestres”. Na visão do policial, a formação de comunistas na FACE estava ligada diretamente à presença de “doutrinadores” do credo vermelho que se investiam da qualidade de professores encontrando entre os alunos “aqueles que a eles se ligam pelo laços ideológicos”. Eram esses professores “doutrinadores”, chamados pelo investigador de “professorado vermelho da Escola” que, paralelamente as matérias do *currículum* escolar, iniciavam a difusão do comunismo, sendo assim os principais responsáveis pela formação e pelo encaminhamento dos alunos “na estrada da técnica de agitação internacional”.

Assim, apresentando dados comprobatórios da situação alarmante identificada na FACE, o informe de junho de 1963 além de apontar os crimes cometidos pelo “professorado Vermelho”, dedica parte de suas explanações para referir-se ao “maior ninho de comunistas dentro da Escola”: o Diretório Acadêmico e o Curso de Sociologia, política e administração pública. Nestes locais, ainda segundo o investigador, era visível a capacidade de doutrinação do professorado vermelho, em vista do grande número de alunos aliciados para a doutrina comunista.

O Diretório Acadêmico da FACE era, segundo o DOPS, o “centro de radiação” de conferências dos principais líderes esquerdistas do país. Era ali, no Diretório Acadêmico, que falava-se sobre Fidel Castro, Kruschev, Brizola, Prestes e insultavam-se os verdadeiros democratas “com planos de agitação e revolução armada no Brasil”. Também era o local onde

²⁹² APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0267; Imagem 0546 a 0549.

ocorriam a maior propaganda comunista e a influência anti-americana da Escola, a partir da circulação de propagandas e livros subversivos como os de Máo Tse Tung e Che Guevara.

Para comprovar o grau de periculosidade representado pelo D.A da FACE, o autor do informe comunica que no acontecimento político que culminou com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, em 1961, todos os agitadores do D.A., naquela época, se uniram para instalar no próprio D.A. uma estação transmissora de rádio com o intuito de retransmitir para todo o estado as notícias da “Rádio da Legalidade” de Porto Alegre, comanda por Leonel Brizola.

Denuncia ainda que vários outros incidentes foram provocados pelos agitadores da FACE, como por ocasião da visita do Gov. Carlos Lacerda a Belo Horizonte para conferência na Sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Nesta oportunidade os alunos da FACE “tentaram hostilizá-lo por todos os meios” e foram impedidos pelo DOPS. Neste sentido, o investigador intenta demonstrar que a Faculdade de Ciências Econômica da UMG, não passa de “uma fábrica de comunistas e o Q.G das operações de agitações do PC em Belo Horizonte.”²⁹³

Sob o impacto de uma conjuntura política marcada por denúncias de infiltração comunista nos postos do governo, o investigador disserta ainda sobre a “influência dos comunistas da FACE no Governo do Estado”. Afirma o mesmo que os “elementos” formados pela Face “vêm para a vida pública e se misturam com o povo, insuflando nas repartições públicas a sua ideologia e empregando no Estado todos os seus adeptos.” Era, segundo o policial, o que acontecia no Banco do Desenvolvimento Econômico e no Conselho de Economia do Estado, no governo de Magalhães Pinto, onde os principais dirigentes eram comunistas outrora alunos da FACE.

²⁹³ APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0267; Imagem 0546 a 0549.

Em outra oportunidade, a influência negativa do DA da Faculdade de Ciências Econômicas é reiterada, desta vez na comunicação do investigador nº 981 – Amauri Laga²⁹⁴. Nela, o Chefe do DOPS é informado sobre a reunião de caráter esquerdista realizada no Auditório da FACE e promovida pelo Departamento Cultural do Diretório Acadêmico.

Segundo o comunicado, na ocasião foram projetados filmes trazidos de Cuba por um dos estudantes intitulados “Morte ao Invasor” e “Em Cada Fábrica uma Escola”. Posteriormente, segundo o relato, procedeu-se a um debate da situação Cubana no Hemisfério Oriental seguida de intensa “doutrinação” feita por dois estudantes sobre a “posição sociológica do povo cubano em face às contingências impostas pelo Imperialismo Americano” e sobre a “formação de novos núcleos de Nacionalistas Cubanos.” Temas como a “Formação e Revolução Cubana”, “A formação adotada por Fidel Castro de Guerrilhas e Contra-Revolucionários”, “A formação de uma nova ideologia Cubana” também foram debatidos.

O investigador alerta para o fato de que a maioria dos participantes da reunião era composta por alunos do 1º ano dos diversos cursos mantidos pela Faculdade, atestando, portanto, que os elementos por ele identificados estavam fazendo intenso trabalho de doutrinação dos seus novos colegas.

A conclusão dos investigadores acima mencionados, destaca a intensa atividade de comunização da FACE, indicando como sua principal função a formação de comunistas: “eles estão dando aulas, todos juntos, planejando ‘reformas’, gritando a altos brados contra as nossas instituições democráticas e ninguém os combate.”²⁹⁵ Ambos os investigadores apontam para o perigo presente na FACE em vista da convergência naquele local de “perigosos” doutrinadores comunistas, que aproveitavam da inocência dos jovens para instilar sua pregação marxista. Ambos crêem que a infiltração comunista no meio estudantil atentava

²⁹⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 014, Pasta 0198, Imagem 2017.

²⁹⁵ APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0267; Imagem 0549.

contra as “verdadeiras” instituições democráticas do país e endossavam a necessidade da ação policial neste meio, principalmente na FACE, de modo a garantir a salvaguarda da Pátria contra seus inimigos.

No informe “O Comunismo na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas”, nota-se que a construção narrativa além de apresentar dados e fatos sobre a FACE o faz no tom de alerta, numa tentativa visível de chamar a atenção da autoridade policial para aquele “ambiente hostil”. O tom de alerta é seguido pela constatação do investigador de que as ações de combate aos comunistas por parte da sociedade não correspondiam ao “real” perigo vigente na FACE e em outras faculdades da UMG. Tal constatação o leva a considerar as medidas mais eficazes para o combate à infiltração naquela faculdade. Assim, ao concluir seu informe o investigador deixa explícito o seu posicionamento em relação à FACE, sugerindo uma (re)ação policial firme e pontual contra os comunistas infiltrados naquela faculdade: *”Será que nada se poderá fazer? Acreditamos que sim, se reagir-mos violentamente por todos os meios, para que não seja tarde demais. É preciso desencadear contra eles a resistência democrática e denunciá-los publicamente.”*²⁹⁶

²⁹⁶ APM – Fundo DOPS, Rolo 018; Pasta 0267; Imagem 0549.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da preocupação em compreender o comportamento político da polícia política mineira entre os anos 1930 e 1964, procuramos demonstrar que a polícia política mineira se identificou com os projetos políticos do Estado de Minas Gerais e agiu de forma repressiva contra os inimigos da ordem (leia-se comunistas), não somente pela intervenção do Estado ou porque foi criada inicialmente para defender o regime político ou porque havia na sociedade brasileira uma violência social generalizada que ameaçasse o regime político, mas, sobretudo, porque partilhou valores, atitudes e crenças conformados por um imaginário anticomunista, presente em diferentes culturas políticas que se interagem em um mesmo momento histórico “em zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados”.²⁹⁷

Ao estudarmos a polícia política, somos obrigados a reconhecer que a relação que se estabelece entre o Estado e a polícia é uma relação recíproca onde “governo e a ação policial são virtualmente indistinguíveis”.²⁹⁸ Assim, admitimos que o caráter do regime irá determinar o funcionamento da polícia direcionando a centralização do comando policial, a extensão da interferência policial na vida política e a natureza das tarefas desempenhadas pela mesma. A polícia, por sua vez, desempenhará um papel mais ativo na política do Estado, direcionando suas ações para a manutenção, controle e defesa da ordem política.

No entanto, não podemos deixar de considerar os policiais como parte constitutiva de uma sociedade estruturada por uma cultura política autoritária, marcada por uma tradição anticomunista.

²⁹⁷ BERSTEIN, 1998:354.

²⁹⁸ BAYLEY, 2001:23.

Nesta cultura política autoritária, onde prevalece a percepção de uma sociedade sem conflitos e contradições, porque entendida como una e coesa, conformou-se um imaginário anticomunista visto como expressão do caos e da desordem político/social.

Partilhando desta cultura, a polícia política mineira conformou uma visão de mundo mediada pelas representações anticomunistas e consubstanciada na crença no perigo vermelho, possibilitando assim sua interferência nos embates políticos cotidianos, moldando suas escolhas políticas e conferindo coesão e identidade próprias, que a definia enquanto grupo e instância de poder, e, principalmente, legitimando suas ações no combate aos “subversivos da ordem.”

A partir da criação da polícia política, setor especializado da instituição policial, vimos consolidar no país a organização do modelo policial repressivo no qual se rejeitou, a favor da política oficial, o direito à liberdade de opinião e a opção político partidária. A “ameaça vermelha” contribuiu para a sacralização deste modelo autoritário de polícia. Aliado à violência física, expressão da práxis do ideário autoritário, a utilização de meios extra-legais foram justificados, na medida em que visavam a proteção do “cidadão ordeiro”.

Ao longo deste trabalho, cremos ter sido possível demonstrar que, no período analisado, a polícia política teve um papel destacado na condução da vida política da sociedade mineira, atuando de forma intensa e direta sobre essa sociedade, afetando negativamente os processos políticos competitivos e a construção associativa, limitando assim o grau de liberdade da população.

Assim, as abordagens apresentadas neste trabalho nos fazem pensar sobre a persistência, ainda nos dias atuais, do modelo autoritário de polícia e do conseqüente afastamento desta corporação em relação à sociedade.

A questão da persistência da violência na instituição policial coloca-se, pois, na ordem do dia. Como transformar uma polícia de caráter autoritário para uma polícia a serviço

do público, capacitada a lidar com o crime sem sustentar um Estado autoritário e garantindo a liberdade a todos os cidadãos? Como mudar a visão negativa que a sociedade tem da polícia? A percepção do policial sobre o seu papel e a visão que este tem sobre a política, a sociedade e o Estado pode ser um entrave à transformação da polícia?

O resgate de alguns elementos da tradição humanista, como a concepção de liberdade, pode ser útil para pensarmos a respeito da instituição policial num governo republicano. Retomando Maquiavel, há um vínculo estreito entre a forma de governo e liberdade. A liberdade é entendida como o direito a todos cidadãos de exercer suas potencialidades, somente existindo num regime de governo reconhecido como legítimo pelos participantes de uma comunidade. A liberdade, portanto, será vivenciada e garantida quando há a participação social na vida institucional.

Há que se buscar assim uma maior interação entre a polícia e a sociedade, de modo a possibilitar maior interferência e controle dos cidadãos sobre a instituição policial. Neste sentido, a existência de uma polícia a serviço do público é o grande desafio para a construção de um Estado efetivamente republicano e para a consolidação da democracia.

São grandes os desafios a serem enfrentados para diminuir o distanciamento, operado ao longo de décadas por meio de um policiamento repressivo, entre a polícia e a sociedade. No entanto, discussões atuais buscam definir o papel da instituição policial enquanto órgão público a serviço da comunidade. É o caso, por exemplo, do “Programa de Policiamento Comunitário – CONSEPS” que vem sendo desenvolvido em Belo Horizonte. O Programa, desenvolvido pelo CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, junto à Polícia Militar e Polícia Civil de Minas Gerais, surgiu como resposta a um apelo da sociedade em favor da mudança no relacionamento com a polícia e tem como objetivo “reinventar” a instituição policial envolvendo o incremento da confiança da

população em relação à polícia e a atuação direcionada da polícia na sociedade, por meio da participação das comunidades nas políticas de planejamento e interferência da ação policial.

Não obstante os avanços já conseguidos em relação a uma aproximação recíproca entre polícia e sociedade, alguns desafios ainda persistem. Talvez, mais do que qualquer outro desafio, diz respeito ao apego dos policiais à tradição e aos valores autoritários que de certa forma definem e fundamentam o comportamento dos policiais. É significativo, por exemplo, a relutância e a recusa de alguns policiais civis em participar dos CONSEPS – Conselhos Comunitários de Segurança, o que indica a permanência de uma “mentalidade” autoritária na percepção do papel da polícia, que ainda se fundamenta no critério da ação repressiva como sinônimo de eficiência e como elemento que reveste a polícia do devido “respeito” por parte da sociedade.

Ainda assim, pensar a república no Brasil requer (re)pensar suas instituições políticas e a real participação social na implementação de ações voltadas para o interesse público. Quem sabe assim, o resgate da participação cidadã possa resultar na aproximação da instituição policial com suas raízes gregas, tornando-se enfim “coisa pública” e instrumento da cidade e dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; LATTAMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A construção da Verdade Autoritária*, São Paulo, Humanitas, 2001.

ALVES, Eliane Bisan. A comunidade Alemã sob suspeita. (in): CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inventário DEOPS Alemanha*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias: intelectuais e a polícia política (1930-1945)*. São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001.

APOLLONIO, Luiz. *Manual de Polícia Política e Social*. 1ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1954. Coletânea Acácio Nogueira – Vol.III

_____. *Manual de Polícia Política e Social*. 4ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1967. Coletânea Acácio Nogueira – Vol. III.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1968-1978)*. São Paulo: EDUSC, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de; et al. *O DEOPS/SP em busca do crime político*: família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Série Dossiês DEOPS/SP. Radiografia do autoritarismo brasileiro; v. 4.

_____; et al. *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Série: Dossiês DEOPS/SP, Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro; v.3.

_____; et. al. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político* – famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Série Dossiês DEOPS/SP; v.2.

ARAÚJO, Lucimar Almeida de; et al. O acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de; et al. (Orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO *Os Arquivos das Polícias Políticas: Reflexos de nossa história contemporânea*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 1996.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

AZEVEDO, Débora Bithiath de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília: UnB, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda: Ed. Portuguesa, 1985. v.5. Antropos – Homen.

BAGGIO, Sheila Brandão. “A força pública de Minas na Primeira República”. In: Revista Brasileira de Estudos Político, 49, jul. de 1979.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: Uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BEATO, Cláudio C. **Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário**. Disponível em: www.crips.ufmg.br/consep.htm. Acesso em 08/ago/2004.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. (in) RIOUX E SIRINELLI (ORG.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In: BIGNOTTO, Newton (Org.) *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; et alli. *Dicionário de Política*. Brasília. Unb, 1986.

BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 –1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A polícia da era Vargas*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no Jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs.) *A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003. (Série Labirintos da Memória)

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.

_____. O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias Silenciadas*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002.

_____. O projeto integrado Arquivo/ Universidade e o acervo DEOPS. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inventário DEOPS: Alemanha, módulo I*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

_____. “O Estado Novo, o DOPS e a Ideologia da Segurança Nacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, 1999.

CARONE, Edgard. *O movimento Operário no Brasil (1930 – 1945)*, São Paulo, Ática, 1991.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, ciência e “Higiene social”. In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Brasília, Editora da UnB, 1981.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. “Contra o espantinho da repressão: a polícia e a construção da ordem burguesa no Brasil”. In: Revista OAB – RJ, 22, jul. de 1985.

CASTELO BRANCO, Zonildo. *Segurança Nacional e subversão: Dicionário teórico e Prático*. Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 1977. (RESERVADO).

CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930-1942*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro.1988. vol. 12, n. 22.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, Et alli. *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, G. A. Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1994/2.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: A doutrina sobre Autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: UNESP, 1996.
- DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUTRA LADEIRA, Antônio. *Manual de Organização e Prática policiais*. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Belo Horizonte,1971.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Org.) *Representações: Contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-ômega, 1974.
- FERREIRA, Jorge. O Governo João Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3
- FERREIRA, José Medeiros. *Comportamento político dos militares – Forças Armadas e regimes*. Ed. Estampa, 1992.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: PUCSP, 1986. Dissertação de mestrado em ciências sociais.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A história política hoje: tendências e desafios. In: *Anais ANPUH- MG - IX Encontro Juiz de Fora*. 1994. FAPEMIG / CNPQ.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano – v. 4)

_____. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLORINDO, Marcos. *O serviço reservado do DOPS na Era Vargas*. Franca: UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado em História.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

KLEIN, Lucia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – Rj e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. TomoIII, v.2.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus-Ed. Unicamp, 1986.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Dissertação de Mestrado.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepfol de. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, 1997.

MALACHIAS, Bolívar. *Manual do Delegado de Polícia – Polícia Judiciária*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a Imprensa. Os comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas – SP, Unicamp, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas da ditadura, 1964-69*. São Carlos: Edufscar, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. *Revista Brasileira de História*. [online], 2004, V.24, n.47. [cited 13 dez 2004], p. 241-270. Available From World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pide=S0102_018820044000100010&lng=em&nrm=iso>.ISSN0102_0188.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1978.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n’O Estado de S. Paulo (1930-1937)*. São Paulo: PUCSP, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONKKONEN, Eric H. *História da Polícia Urbana*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval. (Orgs.). *Policiamento Moderno*. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n.7).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

_____. *A história política e o conceito de cultura política*. Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. *Revista de História – LPH*, nº 6. 1996. Dep. História / UFOP.

_____; et. al. *República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG*. In: *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG / Departamento de História, v. 29, p. 126-153, 2003.
NEDER, Gizlene et alli. *A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831 – 1930*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.

NEGRÃO, João Henriques Botteri. *Selvagens e Incendiários. O Discurso Anticomunista e as Imagens da Guerra Civil Espanhola*. Tese de Doutorado em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2001.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa, Editorial Estampa: 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As forças Armadas: política e ideológica no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEDROSO, Regina Célia. *O olhar vigilante: estado Autoritário e ideologia policial (1924-1940)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Márcia Guerra. *Casablanca tropical: A Polícia Política e a espionagem britânica*. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ, 2001.

PEREIRA, Márcia Guerra; et al. A reconstituição do acervo. In: *DOPS: A lógica da desconfiância*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “*Violência do Estado e classes populares*”. In: *Dados*, 22, 1979.

REINER, Robert. A pesquisa policial no Reino Unido: uma análise crítica. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval. (Orgs.). *Policiamento Moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; nº 7.)

_____. *A política da Polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX. O tempo das crises*. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RÉMOND. René (Org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZNIK. Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Legislação e Repressão: A legitimação da Ordem Autoritária. Estudo dos Casos de Expulsão na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1995.

SAMET, Henrique. Construção da Brasilidade Excludente. In.: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

SANTANA, Emerson Nogueira. *Polícia Política: Problemas de definição*. Juiz de Fora: Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH – MG. 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais. Dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: UnB/IBRI/FUNAG, 2001.
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Ordem Política e Social. *Resumo Histórico do D.O.P.S.* São Paulo, 1953.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Idéias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2000.

SIRINELLI, Jean François. Elogio da Complexidade. In.: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Ed. Paz e Terra.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 4. n. 10, 1989.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUANO, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da FFLCH – USP, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, Newton (Org.) *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: *DOPS: A lógica da desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.